



**Município de Leiria**  
Câmara Municipal

## **Relatório de Atividades à Assembleia Municipal relativo ao período entre 17 de novembro de 2014 a 13 de fevereiro de 2015**

**Município de Leiria**

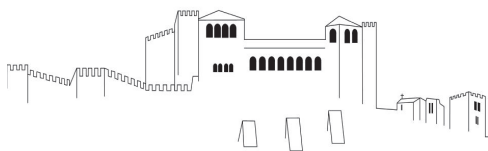
### **CAPÍTULO I - Informação financeira**

Para os efeitos no disposto da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborado pela Divisão Financeira o relatório financeiro, o qual constitui o **Anexo I** ao presente relatório e dele faz parte integrante.

### **CAPÍTULO II - Os processos judiciais pendentes e o estado atualizado dos mesmos**

Pela sociedade de advogados “Diogo, Neto, Marques & Associados” foi enviada a listagem atualizada que constitui o **Anexo II** ao presente relatório e dele faz parte integrante.

### **CAPÍTULO III - Outras informações relevantes sobre a atividade do Município**



Município de Leiria

Câmara Municipal

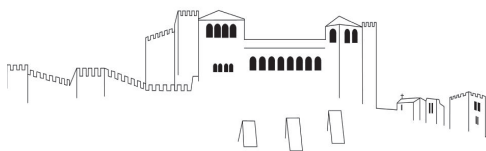
---

Divisão Financeira (DIF)

---

## RELATÓRIO FINANCEIRO

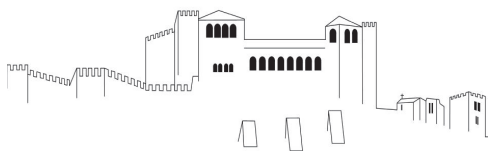
Para os efeitos no disposto da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



## ÍNDICE

1. RECEITAS.....	3
1.1 Receitas Correntes.....	4
1.1 Receitas de Capital .....	7
2. DESPESAS.....	10
2.1 Despesas Correntes .....	10
2.2 Despesas Capital .....	13
3.EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO.....	15
4. RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS.....	16
5. INDICADORES DE GESTÃO .....	16
5.1 A 31 de dezembro de 2014.....	16
5. 2 A 31 de janeiro de 2015 .....	16
ANEXO .....	19
Mapa de Execução de janeiro a dezembro de 2014.....	20
Mapa da Execução de janeiro de 2015 .....	21

**Nota: Cada um dos pontos do presente relatório financeiro, inicia-se com uma análise comparativa e detalhada relativa ao ano de 2014, sendo posteriormente efectuada uma breve análise ao período de janeiro de 2015.**



Divisão Financeira (DIF)

1. RECEITAS

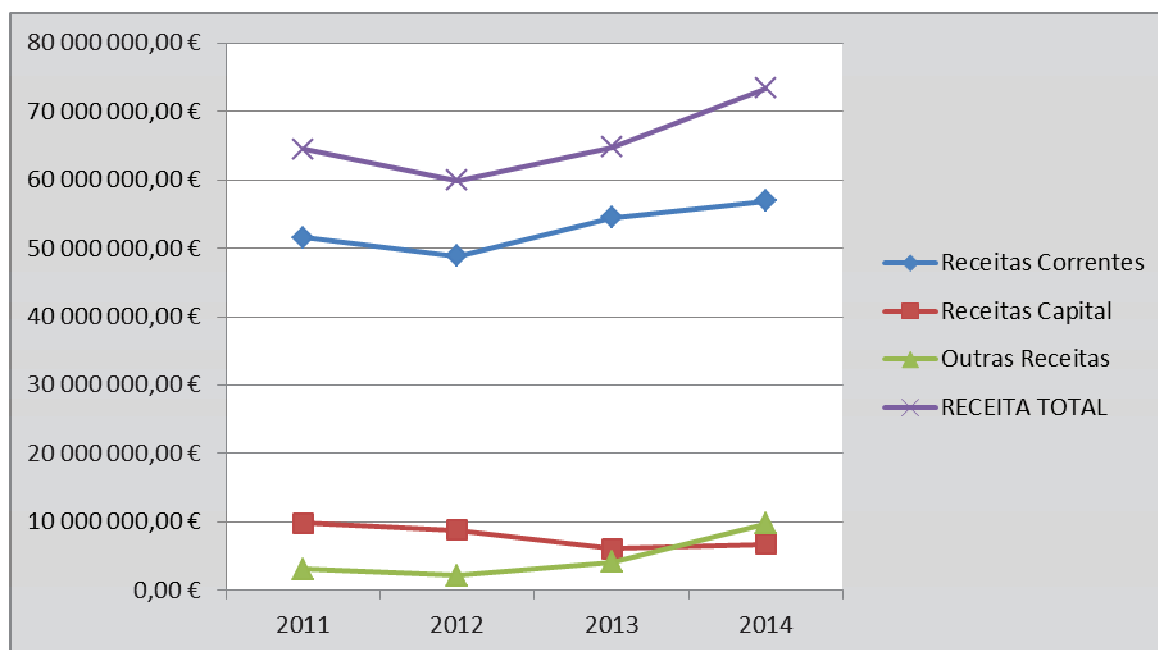
A 31 de dezembro de 2014 a Câmara Municipal de Leiria apresenta €73.354.656,74 de *receita total* acumulada, dos quais €56.876.907,40 correspondem a *receitas correntes* (77,5% do total da receita), €6.748.434,80 correspondem a *receitas de capital* (9,2% do total da receita), €171.392,10 correspondem a *reposições não abatidas nos pagamentos* e €9.557.922,44 correspondem ao *saldo da gerência anterior* (13% do total da receita acumulada).

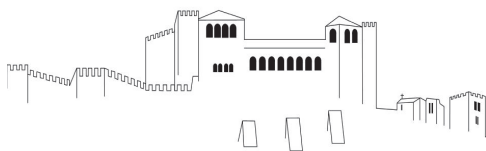
Tipologia	Valor	%
Receitas Correntes	56 876 907,40 €	77,5%
Receita Capital	6 748 434,80 €	9,2%
Reposições	171 392,10 €	0,2%
Saldo Gerência Anterior	9 557 922,44 €	13,0%
<b>TOTAL</b>	<b>73 354 656,74 €</b>	<b>100%</b>

A receita total acumulada a 31 de dezembro apresentou um aumento de 13% (€8.920.346,50) face aos valores de 2013. Este aumento na receita foi originado pelo crescimento de 4% (€2.392.246,01) das *receitas correntes*, de 10% (€ 605.224,52) das *receitas de capital* e de 135% (€5.5686.533,62) nas *outras receitas*.

O acréscimo nas *outras receitas* foi proporcionado pelo *saldo da gerência anterior* que passou de €4.080.407,20, em 2013, para €9.557.922,44, em 2014.

Evolução da Receita a 31 de dezembro





Divisão Financeira (DIF)

Considerando a receita total acumulada a 31 de dezembro sem o *saldo da gerência anterior*, verifica-se que esta apresenta um acréscimo de 5% (€3.106.538,91) face aos valores de 2013.

Analisando o quadro infra, verifica-se que o Município de Leiria tem vindo, ao longo dos últimos 4 anos a otimizar a execução da receita, tendo em 2014 superado as previsões orçamentais em cerca de 5%.

Evolução do Grau de Execução da Receita				
Anos	2011	2012	2013	2014
%	59,4%	63,1%	92,3%	104,9%

### 1.1 Receitas Correntes

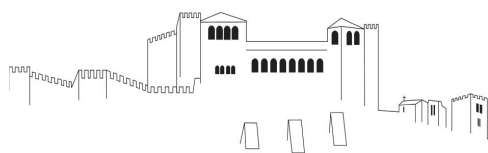
Na estrutura das *receitas correntes* e analisando o ano de 2014, são os *impostos directos* que maior peso detêm com 51%, seguindo-se as *transferências* com 30%. A *venda de bens e serviços* representam 8% e os *rendimentos de propriedade* 5%.

As *taxas, multas e outras penalidades* e os *impostos indirectos* representam 3% e 2%, respetivamente. Já as *outras receitas correntes* têm um peso insignificante na estrutura deste tipo de receitas, representando cerca de 0,3% (€152.574,07).

Receitas Correntes	Valor	%
Impostos Diretos	29 233 212,27 €	51%
Impostos Indiretos	1 389 271,95 €	2%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 439 711,74 €	3%
Rendimentos de Propriedade	2 856 645,54 €	5%
Transferências Correntes	17 221 778,66 €	30%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4 583 713,17 €	8%
Outras Receitas Correntes	152 574,07 €	0,3%
<b>TOTAL</b>	<b>56 876 907,40 €</b>	<b>100%</b>

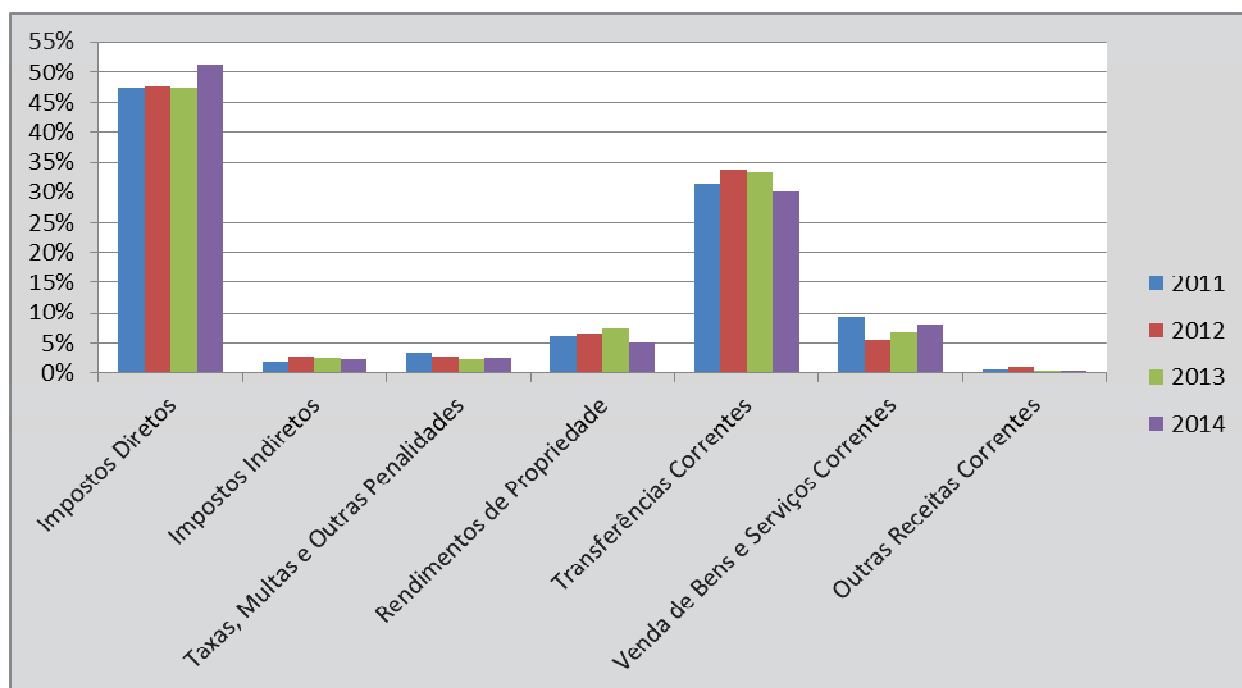
A *receita corrente* acumulada, à data de 31 de dezembro apresenta um aumento de cerca de 4% (€2.392.246,01) face ao período homólogo do ano anterior.

Para este aumento contribuíram os *impostos directos* com 13% (€3.390.515,34), a venda de bens e serviços em 24% (€886.732,75), as *taxas, multas e outras penalidades* que aumentaram em cerca de 11% (€ 144.530,83) e ainda os *impostos indirectos* com 2% (€ 24.806,79)



## Divisão Financeira (DIF)

## % Receita Corrente a 31 de dezembro



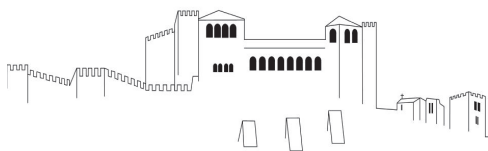
Com um comportamento inverso, salienta-se a quebra de 28% (€1.121.935,78) nos *rendimentos de propriedade*, nas *outras receitas correntes* em cerca de 19% (€34.875,49) e de 5 % (€897.528,43) nas *transferências correntes*.

## Evolução dos Impostos Diretos até 31 de dezembro

Impostos Diretos	2011	2012	2013 (a)	2014(b)	Varição (b-a)
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	13.150.801,57	13.788.154,23	16 244 624,10	18 881 520,41	2 636 896,31
IUC - Imposto Único circulação	2.523.360,31	2.933.952,25	3 657 118,78	3 365 144,16	-291 974,62
IMT- Imposto Municipal s/ Transmissão Onerosa de Imóveis	5.613.906,47	3.802.880,10	3 327 932,57	3 890 693,26	562 760,69
Derrama	3.087.427,47	2.732.434,85	2 612 159,98	3 095 854,44	483 694,46
Contribuição Autárquica	12.375,54	8.741,28	861,50	0,00	-861,50
Imposto Municipal da sisa	1.742,78	0.00	0,00	0,00	0,00
Imposto Municipal s/Veículos	26,58	0.00			
<b>TOTAL</b>	<b>24.389.640,72</b>	<b>23.266.162,71</b>	<b>25 842 696,93</b>	<b>29 233 212,27</b>	<b>3 390 515,34</b>

Analisando o quadro anterior, verificamos que o acréscimo na receita proveniente de *impostos diretos*, face ao período homólogo do ano anterior, se ficou a dever ao aumento de 16% (€2.636.896,31) na receita proveniente do *imposto municipal sobre imóveis*, de 17% (€562.760,69) no *imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis* e de 19% (e 483.694,46) na receita proveniente da *derrama*.

Os restantes impostos registaram uma tendência inversa, tendo-se verificado, por exemplo, uma quebra de 8% (€291.974,62) no *imposto único de circulação*.



Divisão Financeira (DIF)

A rubrica de *impostos indiretos*, registou um aumento de 2%, face ao período homólogo de 2013, tendo contribuído positivamente para este valor a receita proveniente da *ocupação de via pública*, da *publicidade*, da *verificação metrológica* e de *mercados e feiras*.

Já a receita relativa a *loteamentos* e *obras* contribuiu de forma negativa para o referido aumento.

Impostos Indiretos	2013	2014	Variação	%
Mercados e Feiras	56 881,37 €	58 305,51 €	1 424,14 €	3%
Loteamentos	35 022,63 €	6 571,78 €	-28 450,85 €	-81%
Obras	920 004,12 €	824 413,95 €	-95 590,17 €	-10%
Ocupação Via Pública - Esplanadas	6 825,09 €	11 670,85 €	4 845,76 €	71%
Ocupação Via Pública - Outros	13 625,46 €	28 881,84 €	15 256,38 €	112%
Publicidade	218 071,81 €	311 176,80 €	93 104,99 €	43%
Verificação Metrológica	45 651,09 €	50 615,12 €	4 964,03 €	11%
Outros	68 383,59 €	97 636,10 €	29 252,51 €	43%
<b>TOTAL</b>	<b>1 364 465,16 €</b>	<b>1 389 271,95 €</b>	<b>24 806,79 €</b>	<b>2%</b>

Relativamente à *rubrica taxas, multas e outras penalidades* verifica-se um aumento em cerca de 11% em relação a igual período do ano anterior, tendo sido proporcionada, essencialmente, pelo aumento da *rubrica de multas e outras penalidades*, em cerca de 140%.

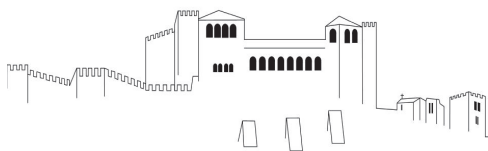
Importa referir que as coimas e penalidades por contra ordenação passaram de € 75.121,80 em 2013, para € 169.396,53 em 2014, tendo registado um aumento de 125% face ao ano anterior.

Taxas, Multas e Outras Penalidades	2013	2014	Variação	%
Taxas	1 111 554,76 €	998 356,12 €	-113 198,64 €	-10%
Multas e Outras Penalidades	183 626,15 €	441 355,62 €	257 729,47 €	140%
<b>TOTAL</b>	<b>1 292 180,91 €</b>	<b>1 439 711,74 €</b>	<b>147 530,83 €</b>	<b>11%</b>

Também a receita corrente relativa a juros de mora registou um aumento significativo de 130% face ao ano anterior, tendo tido um aumento de € 132.602,69.

A quebra na receita proveniente de *rendimentos de propriedade*, face a 2013, foi proporcionada pela diminuição em 31% (-€1.150.971,43) na receita proveniente de *rendas*.

Quanto às *transferências correntes*, o decréscimo face aos valores da receita de 2013, foi proporcionado pela diminuição das transferências provenientes do Estado em 5% (-€897.528,43). Do total das *transferências* €8.214.611,00 são relativas ao *Fundo de Equilíbrio Financeiro*, €1.585.104,00 são provenientes do *Fundo Social Municipal* e €4.479.428,00 são provenientes da *participação variável no IRS*.



## Divisão Financeira (DIF)

Transferências Correntes	2013	2014	Variação	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	8 602 793,00 €	8 214 611,00 €	-388 182,00 €	-5%
Fundo Social Municipal	1 585 104,00 €	1 585 104,00 €	0,00 €	0%
Participação Variável no IRS	4 457 468,00 €	4 479 428,00 €	21 960,00 €	0,5%
Outros	3 473 942,09 €	2 942 635,66 €	-531 306,43 €	-15%
<b>TOTAL</b>	<b>18 119 307,09 €</b>	<b>17 221 778,66 €</b>	<b>-897 528,43 €</b>	<b>-5%</b>

Quanto à rubrica *venda de bens e serviços* o aumento de 24% registado em 2014, face ao período homólogo de 2013, foi proporcionado pela receita da *venda de serviços* que cresceu 25% (€876.554,22) devido, essencialmente, ao aumento da receita proveniente de *resíduos sólidos*, dado que em 2014 o Município relevou €3.128.369,82, tendo apenas refletido €2.358.111,16 em 2013.

De acordo com o explano no quadro comparativo seguinte, que se reporta ao período de janeiro, verifica-se que houve uma diminuição em cerca de 75% na receita com impostos diretos, dado que, face ao período homólogo de 2014, houve uma diminuição generalizada na receita oriunda quer do imposto sobre imóveis, quer no imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, quer no imposto único de circulação.

Na maioria das restantes receitas correntes, verifica-se um aumento, na generalidade, o que contribui para que as receitas corrente tenham aumentado em cerca de 3% face ao mesmo período do ano anterior.

Receitas Correntes	2012	2013	2014	2015	Variação*
Impostos Diretos	779.833,24 €	568.053,71 €	1.502.472,82 €	857.104,34 €	-75,3%
Impostos Indiretos	98.199,18 €	131.393,42 €	61.552,79 €	62.961,68 €	2,2%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	146.709,40 €	115.486,88 €	77.136,14 €	91.370,78 €	15,6%
Rendimentos de Propriedade	3.373,67 €	794.642,40 €	1.140,84 €	403.306,08 €	99,7%
Transferências Correntes	1.777.778,90 €	1.705.888,69 €	1.819.091,86 €	2.138.606,96 €	14,9%
Venda de Bens e Serviços Correntes	356.459,57 €	53.498,65 €	91.127,23 €	110.538,76 €	17,6%
Outras Receitas Correntes	14.519,07 €	22.632,13 €	13.692,69 €	4.341,53 €	-215,4%
<b>TOTAL</b>	<b>3.176.873,03 €</b>	<b>3.391.595,88 €</b>	<b>3.566.214,37 €</b>	<b>3.668.230,13 €</b>	<b>2,8%</b>

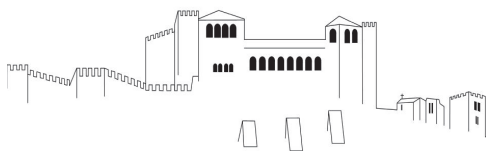
\*A variação é calculada da seguinte forma: (2015-2014)/2015

## 1.2 Receitas de Capital

No cômputo total das receitas de capital, verifica-se um aumento em cerca de 9% (€605.274,52) face ao período homólogo, devido a um aumento na receita relativa a transferências de capital, oriunda da participação do Município em projectos co-financiados no âmbito do FEDER.

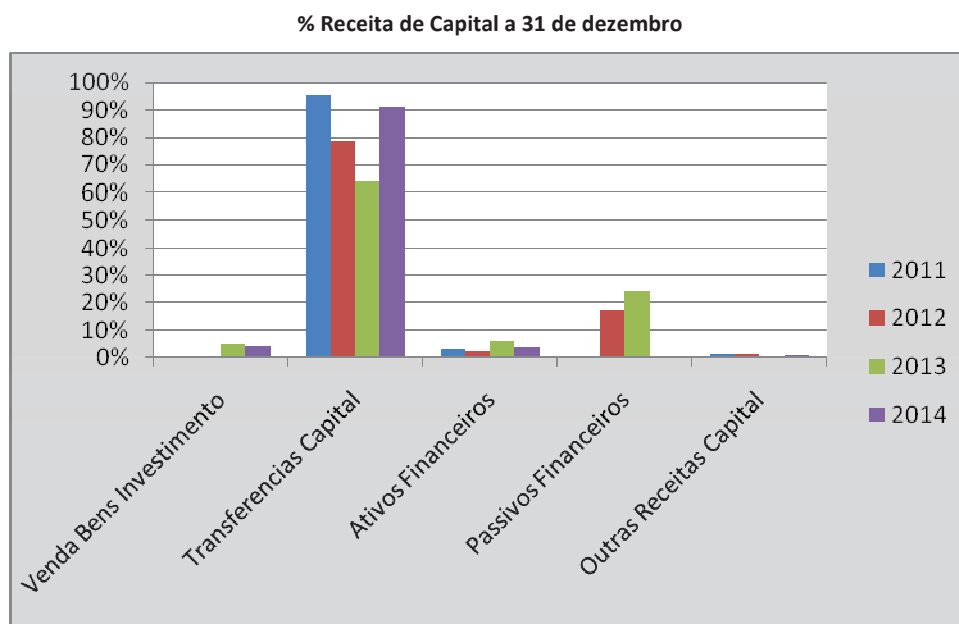
Receitas Capital	2011	2012	2013	2014
Venda Bens Investimento	1.030,13 €	16.812,50 €	304.291,24 €	276.454,62 €
Transferências Capital	9.405.520,94 €	6.912.024,74 €	3.929.764,98 €	6.154.711,46 €
Ativos Financeiros	328.949,32 €	196.266,57 €	369.111,14 €	248.101,18 €
Passivos Financeiros	0,00 €	1.536.826,00 €	1.500.000,00 €	0,00 €
Outras Receitas Capital	145.272,34 €	141.150,33 €	39.992,92 €	69.167,54 €
<b>TOTAL</b>	<b>9.880.772,73 €</b>	<b>8.803.080,14 €</b>	<b>6.143.160,28 €</b>	<b>6.748.434,80 €</b>



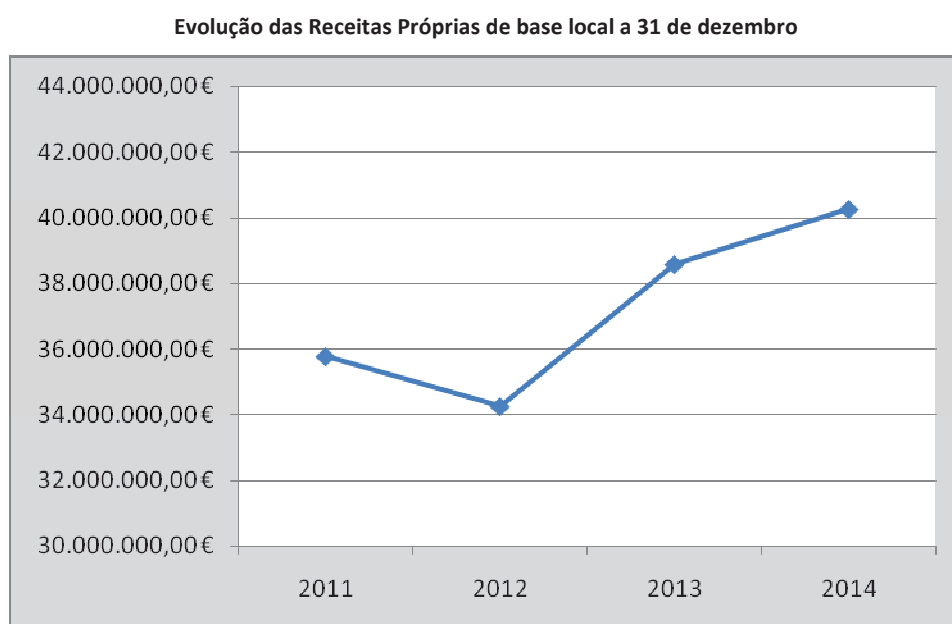


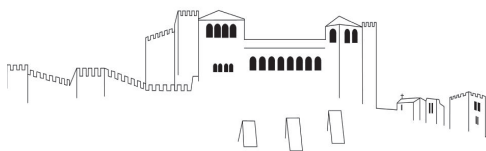
Divisão Financeira (DIF)

A 31 de dezembro, do total das *receitas de capital*, 91% (€6.154.711,46) são *transferências de capital*, que aumentaram em cerca de 36% (€2.224.946,48) face ao ano anterior. Como já referido anteriormente, são as receitas provenientes da participação comunitária em projetos co-financiados (FEDER) que relevam para este acréscimo, tendo-se verificado que o aumento é de 57% (€2.248.293,63).



A evolução das Receitas Próprias de base local, ou seja, extraindo as transferências correntes e de capital, a 31 de dezembro, apresenta-se no seguinte gráfico:





### Divisão Financeira (DIF)

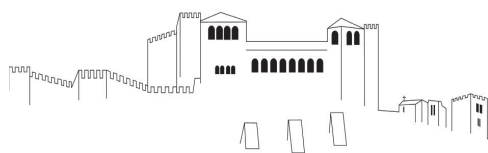
Analisando o gráfico verifica-se que estas receitas, face o período homólogo do ano anterior, registaram um aumento, que corresponde a 4% (€1.670.102,48).

Fazendo uma breve análise ao período de janeiro e observando o quadro infra, verifica-se que houve um aumento nas transferências de capital, que mais uma vez, tem origem nas receitas provenientes da participação comunitária em projetos co-financiados no âmbito do FEDER, que representa um aumento em cerca de 94% (315.485,09).

Receitas Capital	2012	2013	2014	2015	Variação *
Venda Bens Investimento	0,00 €	10.562,50 €	0,00 €	0,00 €	0%
Transferências Capital	647.840,96 €	179.224,00 €	189.530,44 €	422.505,92 €	55%
Ativos Financeiros	0,00 €	44.629,28 €	0,00 €	0,00 €	0%
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%
Outras Receitas Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%
<b>TOTAL</b>	<b>647.840,96 €</b>	<b>234.415,78 €</b>	<b>189.530,44 €</b>	<b>422.505,92 €</b>	<b>55%</b>
*A variação é calculada da seguinte forma: (2015-2014) /2015					

Analisando de uma forma mais detalhada, as transferências de capital, verifica-se que as receitas provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiros diminuíram drasticamente face ao ano anterior, apresentando uma variação negativa de 104% (-€87.307,00).

Transferências de Capital	2012	2013	2014	2015	Variação *
Fundo de Equilíbrio Financeiro	313.643,00 €	179.224,00 €	171.137,00 €	83.830,00 €	-104%
Outras Transferências AC	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.797,39 €	100%
Projetos Co-financiados	334.197,96 €	0,00 €	18.383,44 €	333.878,53 €	94%
<b>TOTAL</b>	<b>647.840,96 €</b>	<b>179.224,00 €</b>	<b>189.520,44 €</b>	<b>422.505,92 €</b>	<b>55%</b>
*A variação é calculada da seguinte forma: (2015-2014) /2015					



Divisão Financeira (DIF)

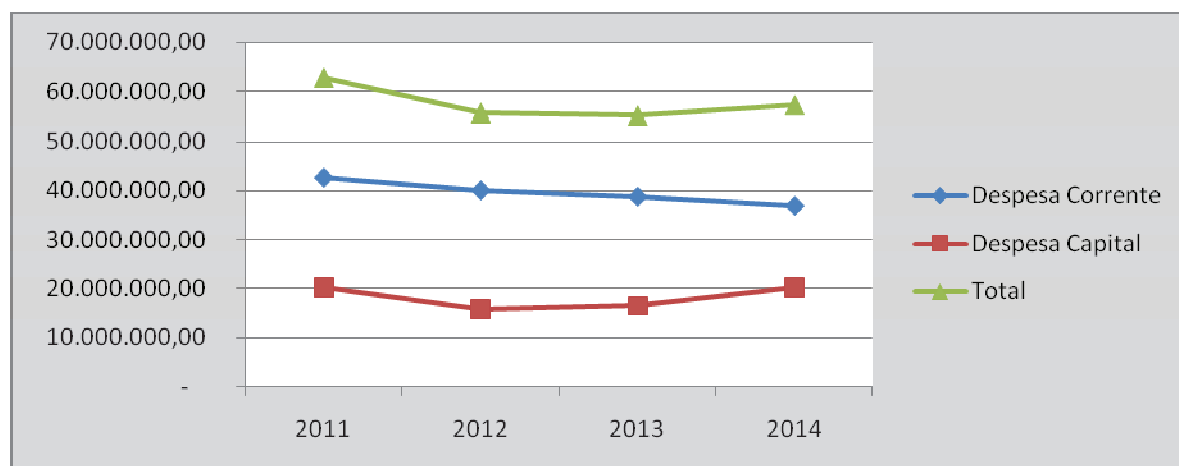
## 2. DESPESAS

A 31 de dezembro de 2014, a *despesa total* paga é de €57.243.921,93, dos quais €36.975.448,00 são *despesas correntes* (65% do total da despesa) e €20.268.473,93 são *despesas de capital* (35% do total da despesa).

No que diz respeito à despesa comprometida, verifica-se uma *despesa total* de €65.251.303,62 à qual correspondem €39.075.269,95 de *despesas correntes* (60% do total da despesa) e €26.176.033,67 de despesas de capital (40% do total da despesa).

A despesa total paga registou, face ao período homólogo de 2013, um aumento em cerca de 3,68% (€2.031.241,78). O aumento da despesa total paga foi proporcionado por um incremento de pagamento relativos a despesa de capital em cerca de 23% (€3.846.796,52) e por uma quebra de 5% (-€1.815.554,74) nas *despesas correntes* pagas.

Evolução da Despesa Paga a 31 de dezembro



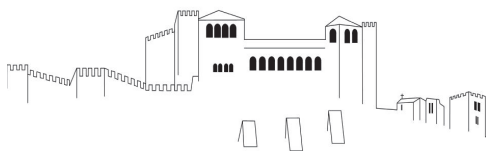
Analisando o quadriénio 2011-2014 verifica-se uma evolução positiva do grau de execução da despesa, dado que também, os orçamentos se têm vindo a aproximar da realidade municipal.

Evolução do Grau de Execução da Despesa				
Anos	2011	2012	2013	2014
%	58,1%	58,9%	79,0%	82,2%

### 2.1 Despesas Correntes

Para a estrutura das despesas correntes, em 2014, são as despesas com *personal* e com a *aquisição de bens e serviços* que maior peso detêm, com 33% (€12.230.471,20) e 40% (€14.605.738,66) respectivamente. Seguem-se as transferências correntes com um peso de 19% (€7.146.465,68).

As despesas com *subsídios, juros e outros encargos, e outras despesas* representam um valor residual, respetivamente, de 2%, 3% e 3% (€624.534,07, €1.274.776,50, e €1.003.461,89 respectivamente).



## Divisão Financeira (DIF)

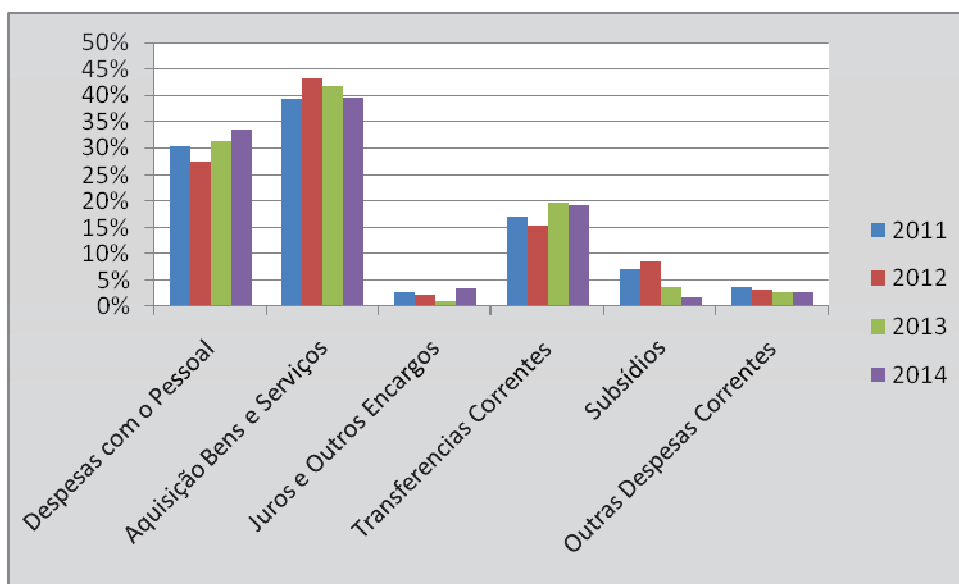
Despesa Corrente	2011	2012	2013	2014
Despesas com o Pessoal	12.841.964,52 €	11.072.798,22 €	12.081.085,47 €	12.320.471,20 €
Aquisição Bens e Serviços	16.675.842,92 €	17.294.243,58 €	16.204.834,25 €	14.605.738,66 €
Juros e Outros Encargos	1.194.671,73 €	910.399,25 €	423.110,15 €	1.274.776,50 €
Transferências Correntes	7.235.688,49 €	6.118.798,99 €	7.639.818,81 €	7.146.465,68 €
Subsídios	3.042.745,84 €	3.419.995,53 €	1.373.255,79 €	624.534,07 €
Outras Despesas Correntes	1.604.063,77 €	1.247.605,85 €	1.068.898,27 €	1.003.461,89 €
<b>TOTAL</b>	<b>42.594.977,27 €</b>	<b>40.063.841,42 €</b>	<b>38.791.002,74 €</b>	<b>36.975.448,00 €</b>

Comparando com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um decréscimo nas despesas correntes em cerca de 5% (-€1.815.554,74).

Para esta diminuição, contribuiu a quebra de 6% quer nas *transferências correntes*, quer nas *outras despesas* (-€493.353,13 e -€65.436,33, respetivamente), uma quebra de cerca de 10% (-€1.599.095,59) no pagamento relativo à *aquisição de bens e serviços* e ainda uma diminuição em cerca de 55% (-€748.721,72) nos *subsídios*, que decorre da liquidação e dissolução da empresa municipal LEIRISPORT, cujo encerramento foi a 31 de Julho de 2014.

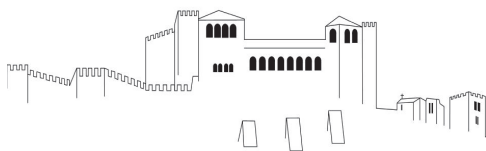
Verifica-se um aumento considerável no pagamento de *Juros e Outros Encargos*, sendo de cerca de €851.666,35 e um aumento em 2% (€239.385,73), nas *despesas com pessoal*.

% Despesa Corrente a 31 de dezembro



A diminuição na rubrica *aquisição de bens e serviços* deve-se à quebra de 11% (-€1.653.133,79) na *aquisição de serviços*. Para esta quebra contribuiu a diminuição em 16% (-€580.175,12) da despesa paga relativa a *limpeza e higiene* e em 20% (-€915.246,32) da despesa relativa a *encargos de instalações*.

Já na rubrica de aquisição de bens observa-se um comportamento inverso, tendo aumentado em cerca de 8% (€54.038,20). Para aumento da despesa na *aquisição de bens* contribuiu com 42% (€72.730,50) a rubrica das



**Divisão Financeira (DIF)**

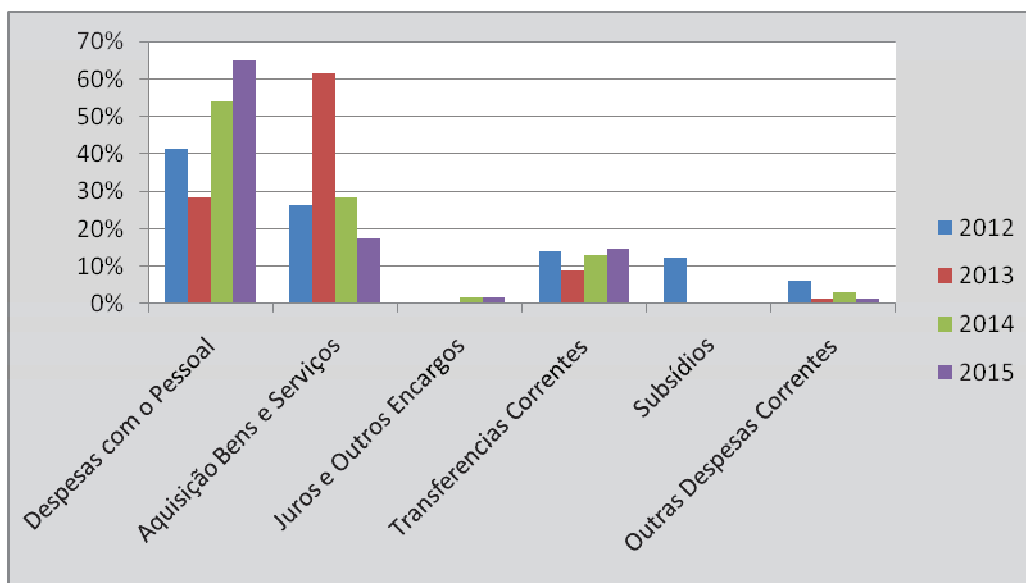
*matérias-primas e subsidiárias*, tendo-se verificado uma diminuição na rubrica de *combustíveis e lubrificantes* em cerca de 13% (€ 27.929,70).

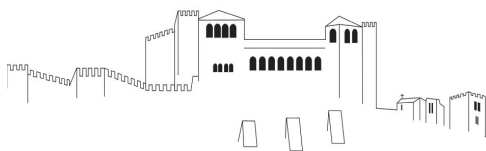
As *transferências correntes* para as freguesias, no período em análise, foram de €1.429.188,61, o que representa um decréscimo em cerca de 40% (€953.856,98), face ao período homólogo do ano anterior.

Relativamente ao período de janeiro e analisando o quadro infra, verifica-se uma diminuição em cerca de 15% (€220.203,56) na despesa corrente paga. Na totalidade da despesa corrente, são as despesas com pessoal que mais ponderam, com cerca de 65% da totalidade, sendo que também sofreram um ligeiro aumento, cerca de 4% (€ 39.197,06), que advêm da reposição parcial, 20%, dos cortes salariais que incidem sobre os trabalhadores que auferem uma remuneração acima do €1.500,00.

Despesa Corrente	2012	2013	2014	2015	Variação *
Despesas com o Pessoal	866.266,10 €	906.702,00 €	911.808,59 €	951.005,65 €	4%
Aquisição Bens e Serviços	550.282,70 €	1.962.796,22 €	481.026,17 €	254.150,30 €	-89%
Juros e Outros Encargos	971,15 €	0,00 €	27.271,90 €	25.040,77 €	-9%
Transferências Correntes	296.062,18 €	283.045,25 €	218.198,58 €	217.361,12 €	0%
Subsídios	255.387,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%
Outras Despesas Correntes	130.095,54 €	46.174,10 €	51.518,00 €	22.061,84 €	-134%
<b>TOTAL</b>	<b>2.099.065,59 €</b>	<b>3.198.717,57 €</b>	<b>1.689.823,24 €</b>	<b>1.469.619,68 €</b>	<b>-15%</b>
*A variação é calculada da seguinte forma: (2015-2014) /2015					

% Despesa Corrente a 31 de janeiro





Divisão Financeira (DIF)

2.2 Despesas Capital

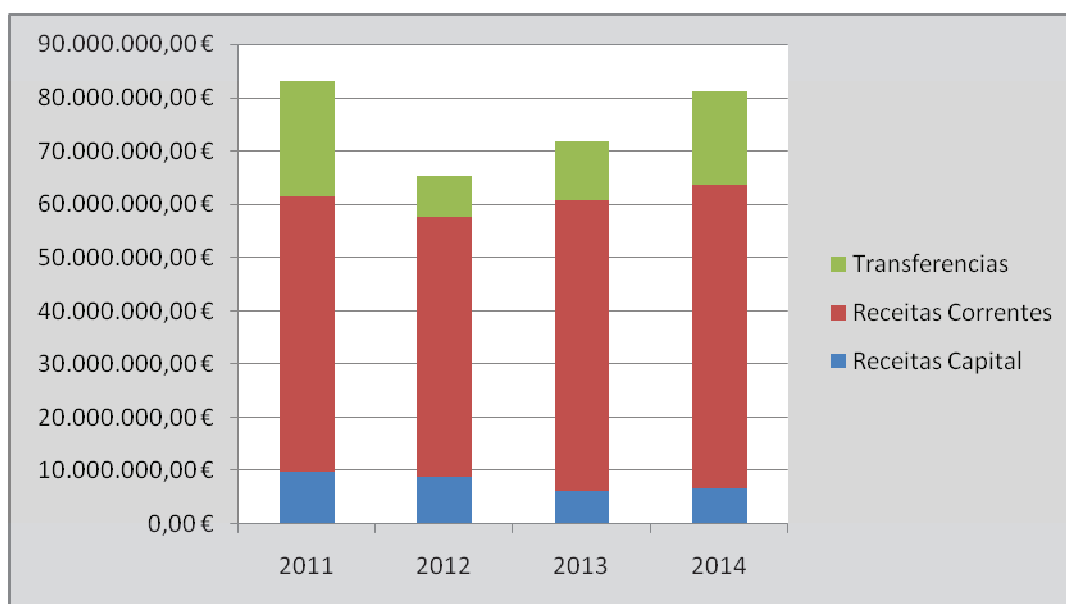
Para a estrutura das despesas de capital, a 31 de dezembro de 2014, 47% (€9.622.697,65) correspondem a *aquisições de bens de capital*, 42% (€8.444.190,33) são *passivos financeiros*, e 11% (€2.152.237,47) são *transferências de capital*.

Despesas Capital	2011	2012	2013	2014
Aquisição Bens Capital	12.156.931,03 €	6.369.021,23 €	5.822.907,92 €	9.622.697,65 €
Transferências Capital	1.111.801,54 €	919.140,89 €	2.054.774,00 €	2.152.237,47 €
Ativos Financeiros	671.923,00 €	697.966,06 €	372.263,74 €	0,00 €
Passivos Financeiros	6.214.628,19 €	7.723.131,30 €	8.121.133,50 €	8.444.190,33 €
Outras Despesas Capital	0,00 €	0,00 €	50.598,25 €	49.348,48 €
<b>TOTAL</b>	<b>20.155.283,76 €</b>	<b>15.709.259,48 €</b>	<b>16.421.677,41 €</b>	<b>20.268.473,93 €</b>

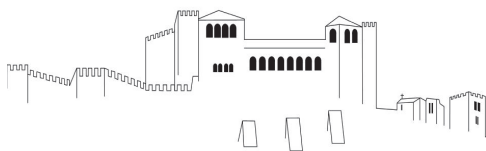
Do total das *transferências de capital*, €1.799.013,11 são *transferências* para as freguesias, o que representa um acréscimo de 22% (€321.257,73) face ao período homólogo do ano anterior.

O financiamento do investimento, a 31 de dezembro, está traduzido no seguinte gráfico:

Financiamento do Investimento



Relativamente ao período de janeiro e conforme quadro infra, 68% (€ 385.553,12) são despesas com passivos financeiros, ou seja amortização de empréstimos, 29% (164.912,69) são despesa com a aquisição de bens de capital, nomeadamente viadutos, arruamentos e obras complementares, e 2% (14.000,00) são transferências de capital.

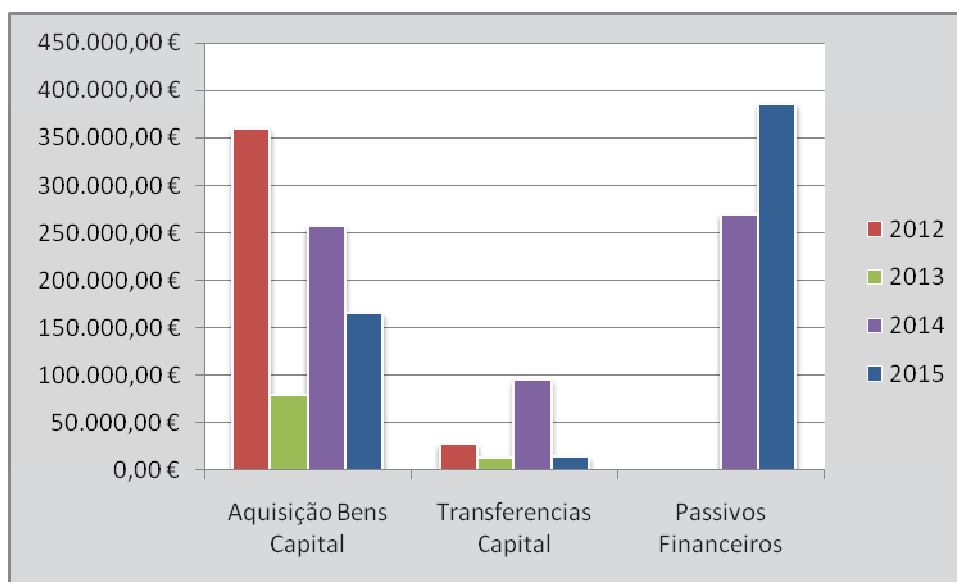


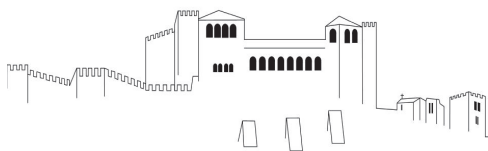
Divisão Financeira (DIF)

Despesas Capital	2012	2013	2014	2015
Aquisição Bens Capital	359.163,48 €	78.942,54 €	256.601,27 €	164.912,69 €
Transferências Capital	27.693,65 €	13.171,67 €	95.654,55 €	14.000,00 €
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	269.444,44 €	385.553,12 €
<b>TOTAL</b>	<b>386.857,13 €</b>	<b>92.114,21 €</b>	<b>621.700,26 €</b>	<b>564.465,81 €</b>

Em janeiro de 2015 verifica-se uma diminuição na despesa de capital paga em cerca de 10% (-€ 57.234,45) face ao período homólogo do ano anterior.

Pela análise do gráfico infra, verifica-se que contribuiu para este decréscimo a despesa de capital relativa à aquisição de bens, que caiu cerca de 36% (- € 91.688,58). Já a despesa paga relativa aos passivos financeiros, face ao período homólogo, aumentou em cerca de 30% (€ 116.108,68).





Divisão Financeira (DIF)

3.EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

A 31 de dezembro	2011	2012	2013	2014
Facturas por liquidar	10 143 833,45	2 566 664,49	521 478,52	420 676,47
Facturas por liquidar / Receita	16%	4%	0,8%	1%

A 31 de janeiro	2012	2013	2014	2015
Facturas por liquidar	13 879 181,30	12 140 994,75	279 708,83	595 945,69
Facturas por liquidar / Receita	35%	32%	7%	14%

O prazo médio de pagamento do Município no 3º Trimestre de 2014, de acordo com a DGAL é de **17 dias** (Nota: Tendo em conta que as contas de 2014 não estão fechadas, a DGAL ainda não dispõe de informação relativa ao 4º trimestre).

A Câmara Municipal de Leiria apresenta o seguinte *stock* da dívida, à data de 31 de dezembro:

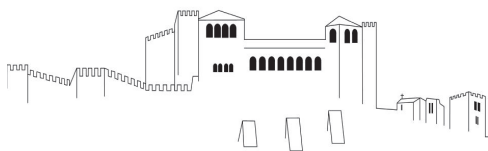
	Capital em dívida a 31/12/2013 (saldo conta 23)	Transferência empréstimo Leirisport	Amortizações a 31 de dezembro	Capital em dívida
Instituições Financeiras	38.345.319,44	17.272.835,20	5.814.0352,31	49.803.802,33
Estado	7.707.280,00		2.629.838,02	5.077.441,98

Relativamente a janeiro, foi amortizada uma prestação de um dos empréstimos, no valor de € 385.553,12.

Considerando o determinado pelo artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e de acordo com a informação reportada pela DGAL relativa ao 3º trimestre de 2014 o limite da dívida total do Município de Leiria é de €95.130.730,00. (Nota: Tendo em conta que as contas de 2014 ainda não estão fechadas, ainda não é possível aferir o limite da dívida total referente ao 4º trimestre).

Município	Limite da dívida total artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	Dívida Total 3º Trimestre (em Euros)				
		Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais	Excluindo dívidas não orçamentais
LEIRIA	95.130.730	61.486.794	7.072.326	68.559.120	290.496	68.268.624





Divisão Financeira (DIF)

4. RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

A Câmara Municipal de Leiria, a 31 de dezembro, apresenta a seguinte relação entre as grandes rubricas das receitas e das despesas:

Receitas correntes	56.876.907,40 €	Despesas correntes	36.975.448,00 €
Receitas de capital	6.748.434,80 €	Despesas de capital	20.268.473,93 €

A poupança corrente a 31 de dezembro foi de € 19.901.459,40.

Poupança Corrente	=	Receita Corrente	-	Despesa Corrente
19.901.459,40	=	56.876.907,40	-	36.975.448,00

De acordo com o artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para aferir o equilíbrio orçamental, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Receita Corrente Bruta Cobrada	=>	Despesa Corrente	+	Amortizações Médias Emp. M/L Prazo
56.876.907,40	>	36.975.448,00	+	7.797.680,12

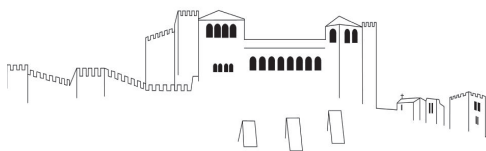
Face ao exposto, verifica-se o equilíbrio orçamental, sendo o saldo corrente de € 12.103.779,28.

Analisando o período de janeiro de 2015, a relação entre as grandes rubricas de receitas e despesa é a seguinte:

Receitas correntes	3.668.230,13 €	Despesas correntes	1.469.619,68 €
Receitas de capital	422.505,92 €	Despesas de capital	564.465,81 €

Sendo que, a poupança corrente, neste período é de €2.198.610,45.

Poupança Corrente	=	Receita Corrente	-	Despesa Corrente
2.198.610,45	=	3.668.230,13	-	1.469.619,68

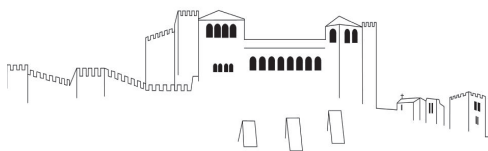


Divisão Financeira (DIF)

5. INDICADORES DE GESTÃO

5.1. A 31 de dezembro de 2014

TAXA DE COBERTURA DA DESPESA PELA RECEITA	73.354.656,74 / 57.243.921,93 = 1,28
TAXA DE POUPANÇA CORRENTE	56.876.907,40 / 36.975.448,00 = 1,54
PESO DA DESPESA TOTAL NA RECEITA TOTAL	57.243.921,93 / 73.354.656,74 = 0,78
GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES PELOS FUNDOS AUTÁRQUICOS CORRENTES	14.605.738,66 / 14.279.143,00 = 1,02
GRAU DE COBERTURA DOS JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PELOS FUNDOS AUTÁRQUICOS CORRENTES	9.718.966,83 / 14.279.143,00 = 0,69
RÁCIO DE ESTRUTURA	
(receitas correntes – transferências correntes) / (receitas correntes)	39.655.128,74 / 56.876.907,40 = 0,70
(receitas totais - transferências) / (receitas totais)	49.978.166,62 / 73.354.656,74 = 0,68
(transferências totais) / (receitas totais)	23.376.490,12 / 73.354.656,74 = 0,32
(Fundos Municipais capital) / (investimentos+transferências capital)	2.053.653,00 / 15.777.409,11 = 0,13
RÁCIOS DE ENDIVIDAMENTO	
(amortizações empréstimos + juros empréstimos) / (Fundos Municipais)	9.178.966,83 / 11.853.368,00 = 0,82
(amortizações empréstimos + juros empréstimos) / (receita total)	9.178.966,83 / 73.354.656,74 = 0,13
(amortizações empréstimos + juros empréstimos) / (despesa total)	9.178.966,83 / 57.243.921,93 = 0,17
INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAL	
(despesa de pessoal) / (receitas correntes)	12.320.471,20 / 56.876.907,40 = 0,22
(Fundos Municipais corrente) / (despesa de pessoal)	14.279.143,00 / 12.320.471,20 = 1,16
RÁCIOS SOBRE O GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	
(Fundos Municipais capital) / (investimento)	2.053.653,00 / 9.622.697,65 = 0,21
(FEDER capital) / (investimento)	3.948.201,51 / 9.622.697,65 = 0,41
(investimento) / (receita total)	9.622.697,65 / 73.354.656,74 = 0,13
OUTROS	
(despesa de pessoal) / (população)	12.320.471,20 / 127.919 = 96,31
(despesa de pessoal) / (km2)	12.320.471,20 / 565 = 21.806,14
(investimento) / (população)	9.622.697,65 / 127.919 = 50,61
(investimento) / (km2)	9.622.697,65 / 565 = 11.321,92



Divisão Financeira (DIF)

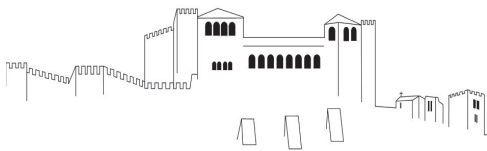
5.1. A 31 de janeiro de 2015

TAXA DE COBERTURA DA DESPESA PELA RECEITA	$4.116.708,24 / 2.034.085,49 = 2,02$
TAXA DE POUPANÇA CORRENTE	$3.668.230,13 / 1.469.619,68 = 2,50$
PESO DA DESPESA TOTAL NA RECEITA TOTAL	$2.034.085,49 / 4.116.708,24 = 0,40$
GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES PELOS FUNDOS AUTÁRQUICOS CORRENTES	$254.150,30 / 1.374.465,00 = 0,18$
GRAU DE COBERTURA DOS JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PELOS FUNDOS AUTÁRQUICOS CORRENTES	$410.577,89 / 1.374.465,00 = 0,30$
RÁCIO DE ESTRUTURA	
(receitas correntes – transferências correntes) / (receitas correntes)	$1.529.623,17 / 3.668.230,13 = 0,42$
(receitas totais - transferências) / (receitas totais)	$1.952.129,09 / 4.090.736,05 = 0,48$
(transferências totais) / (receitas totais)	$2.561.112,88 / 4.090.736,05 = 0,63$
(Fundos Municipais capital) / (investimentos+transferências capital)	$83.830,00 / 587.418,61 = 0,14$
INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAL	
(despesa de pessoal) / (receitas correntes)	$951.005,65 / 3.668.230,13 = 0,26$
(Fundos Municipais corrente) / (despesa de pessoal)	$2.138.606,96 / 951.005,65 = 2,25$
OUTROS	
(despesa de pessoal) / (população)	$951.005,65 / 127.919 = 7,43$
(despesa de pessoal) / (km <sup>2</sup> )	$951.005,65 / 565 = 1.683,20$
(investimento) / (população)	$164.912,69 / 127.919 = 1,29$
(investimento) / (km <sup>2</sup> )	$164.912,69 / 565 = 291,88$

Leiria, 10 de fevereiro de 2015

O Presidente da Câmara

Raul Castro



Município de Leiria

Câmara Municipal

---

**Divisão Financeira (DIF)**

---

## **ANEXO**



MUNICÍPIO DE LEIRIA						
	Resumo da Execução a 31 de dezembro					
	2011	2012	2013	2014		
	Execução	Execução	Execução	Execução	% Parcial	% Global
<b>RECEITAS</b>						
RECEITAS CORRENTES						
01 IMPOSTOS DIRECTOS	24.389.640,72	23.266.162,71	25.842.696,93	29.233.212,27	51%	40%
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	953.567,30	1.388.491,68	1.364.465,16	1.389.271,95	2%	2%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.720.758,78	1.337.218,04	1.295.180,91	1.439.711,74	3%	2%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	3.155.280,02	3.219.890,82	3.978.581,32	2.856.645,54	5%	4%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.219.573,39	16.515.180,46	18.119.307,09	17.221.778,66	30%	23%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4.847.489,50	2.728.992,85	3.696.980,42	4.583.713,17	8%	6%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	231.587,93	420.051,44	187.449,56	152.574,07	0%	0%
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>51.517.897,64</b>	<b>48.875.988,00</b>	<b>54.484.661,39</b>	<b>56.876.907,40</b>	<b>100%</b>	<b>78%</b>
RECEITAS DE CAPITAL						
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	1.030,13	16.812,50	304.291,24	276.454,62	4%	0%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.405.520,94	6912024,74	3.929.764,98	6.154.711,46	91%	8%
11 ACTIVOS FINANCEIROS	328.949,32	196266,57	369.111,14	248.101,18	4%	0%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	1536826	1.500.000,00	0,00	0%	0%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	145.272,34	141150,33	39.992,92	69.167,54	1%	0%
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>9.880.772,73</b>	<b>8.803.080,14</b>	<b>6.143.160,28</b>	<b>6.748.434,80</b>	<b>100%</b>	<b>9%</b>
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	29416,36	426032,9	62364,07	171.392,10	2%	0%
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	3.070.581,36	1.748.407,06	4.080.407,20	9.557.922,44	98%	13%
	3.099.997,72	2.174.439,96	4.142.771,27	9.729.314,54	100%	13%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>64.498.668,09</b>	<b>59.853.508,10</b>	<b>64.770.592,94</b>	<b>73.354.656,74</b>		<b>100%</b>
	2011	2012	2013	2014		
	Execução	Execução	Execução	Execução	% Parcial	% Global
	Execução	Execução	Execução	Execução	% Parcial	% Global
<b>DESPESAS</b>						
DESPESAS CORRENTES						
01 DESPESAS COM O PESSOAL	12.841.964,52	11.072.798,22	12.081.085,47	12.320.471,20	33%	22%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	16.675.842,92	17.294.243,58	16.204.834,25	14.605.738,66	40%	26%
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.194.671,73	910.399,25	423.110,15	1.274.776,50	3%	2%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.235.688,49	6.118.798,99	7.639.818,81	7.146.465,68	19%	12%
05 SUBSÍDIOS	3.042.745,84	3.419.995,53	1.373.255,79	624.534,07	2%	1%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.604.063,77	1.247.605,85	1.068.898,27	1.003.461,89	3%	2%
<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>42.594.977,27</b>	<b>40.063.841,42</b>	<b>38.791.002,74</b>	<b>36.975.448,00</b>	<b>100%</b>	<b>65%</b>
DESPESAS DE CAPITAL						
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	12.156.931,03	6.369.021,23	5.822.907,92	9.622.697,65	47%	17%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.111.801,54	919.140,89	2.054.774,00	2.152.237,47	11%	4%
09 ACTIVOS FINANCEIROS	671.923,00	697.966,06	372.263,75	0	0%	0%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	6.214.628,19	7.723.131,30	8.121.133,50	8.444.190,33	42%	15%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	50.598,25	49.348,48	0%	0%
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>20.155.283,76</b>	<b>15.709.259,48</b>	<b>16.421.677,42</b>	<b>20.268.473,93</b>	<b>100%</b>	<b>35%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>62.750.261,03</b>	<b>55.773.100,90</b>	<b>55.212.680,16</b>	<b>57.243.921,93</b>		<b>100%</b>



MUNICÍPIO DE LEIRIA						
	Resumo da Execução a 31 de janeiro					
	2012	2013	2014	2015		
	Execução	Execução	Execução	Execução	% Parcial	% Global
<b>RECEITAS</b>						
RECEITAS CORRENTES						
01 IMPOSTOS DIRECTOS	779.833,24	568.053,71	1.502.472,82	857.104,34	23%	21%
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	98.199,18	131.393,42	61.552,79	62.961,68	2%	2%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	146.709,40	115.486,88	77.136,14	91.370,78	2%	2%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	3.373,67	794.642,40	1.140,84	403.306,08	11%	10%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.777.778,90	1.705.888,69	1.819.091,86	2.138.606,96	58%	52%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	356.459,57	53.498,65	91.127,23	110.538,76	3%	3%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.519,07	22.632,13	13.692,69	4.341,53	0%	0%
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.176.873,03</b>	<b>3.391.595,88</b>	<b>3.566.214,37</b>	<b>3.668.230,13</b>	<b>100%</b>	<b>89%</b>
RECEITAS DE CAPITAL						
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	0,00	10.562,50	0,00	0,00	0%	0%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	647.840,96	179.224,00	189.530,44	422.505,92	100%	10%
11 ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	44.629,28	0,00	0,00	0%	0%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>647.840,96</b>	<b>234.415,78</b>	<b>189.530,44</b>	<b>422.505,92</b>	<b>100%</b>	<b>10%</b>
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	6.143,36	20.235,01	4.318,45	25.972,19	100%	1%
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
	6.143,36	20.235,01	4.318,45	25.972,19	100%	1%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.830.857,35</b>	<b>3.646.246,67</b>	<b>3.760.063,26</b>	<b>4.116.708,24</b>		<b>100%</b>
	2012	2013	2014	2015		
	Execução	Execução	Execução	Execução	% Parcial	% Global
<b>DESPESAS</b>						
DESPESAS CORRENTES						
01 DESPESAS COM O PESSOAL	866.266,10	906.702,00	911.808,59	951.005,65	65%	47%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	550.282,70	1.962.796,22	481.026,17	254.150,30	17%	12%
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	971,15	0,00	27.271,90	25.040,77	2%	1%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	296.062,18	283.045,25	218.198,58	217.361,12	15%	11%
05 SUBSÍDIOS	255.387,92	0,00	0,00	0,00	0%	0%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.095,54	46.174,10	51.518,00	22.061,84	2%	1%
<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.099.065,59</b>	<b>3.198.717,57</b>	<b>1.689.823,24</b>	<b>1.469.619,68</b>	<b>100%</b>	<b>72%</b>
DESPESAS DE CAPITAL						
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	359.163,48	78.942,54	256.601,27	164.912,69	29%	8%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	27.693,65	13.171,67	95.654,55	14.000,00	2%	1%
09 ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	269.444,44	385.553,12	68%	19%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00		0,00	0%	0%
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>386.857,13</b>	<b>92.114,21</b>	<b>621.700,26</b>	<b>564.465,81</b>	<b>100%</b>	<b>28%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.485.922,72</b>	<b>3.290.831,78</b>	<b>2.311.523,50</b>	<b>2.034.085,49</b>		<b>100%</b>

#### Advogados

Mário Diogo  
Paulo Neto  
Jorge Marques  
Joana Mendonça  
David Pereira  
Vera Lúcia Santos

### **LISTA ATUALIZADA de PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES** **(para integrar Relatório de atividades a apresentar à ASSEMBLEIA MUNICIPAL de** **LEIRIA que se realizará em 27 de Fevereiro 2015) <sup>1</sup>**

#### **1) PROCESSO: Ação Administrativa Comum n.º 549/07.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor – Paulo Gomes dos Santos

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 15.000,00 €

**PEDIDO:** a) Anulação do Embargo referente a uma moradia unifamiliar que o A. tinha em construção, com o fundamento que as obras estavam executadas num local distinto do licenciamento a que se refere o processo de obras n.º 1111/02, pelo que a obra necessitava de prévio licenciamento por parte da Câmara Municipal, e consequente reconhecimento que a moradia do A. foi implantada de acordo com o projeto aprovado pelo Município no Processo de Obra n.º 1111/2002, através do alvará por ele emitido com o n.º 689/03 de 31/07/2003 e de acordo com os cartogramas existentes à data da aprovação, fornecidos pelo Município, e que as obras estão executadas no local que consta do licenciamento.

b) que a mesma moradia não viola as disposições do PDM de Leiria, nem a Portaria n.º 1111/2001 de 19/09/2001;

c) que inexistente fundamento legal para o embargo decretado.

No caso de se provar o pedido formulado em a) e o Município não conceder ao Autor autorização para a conclusão da moradia no local onde se encontra, requer a condenação do Município a indemnizar o Autor pelas perdas e danos que sofreu relativos aos custos da construção, dos projetos, da eventual demolição e danos não patrimoniais no montante da liquidar em execução de sentença.

**ESTADO ATUAL DO PROCESSO:** Aguarda esclarecimentos do Relatório Pericial, reclamados pelo Autor.

#### **2) PROCESSO: Expropriação n.º 4052/04.6 TBLRA, a correr termos no 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria**

---

<sup>1</sup> Por força da Lei da Organização do Sistema Judiciário (Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto) e do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de Março que a regulamentou, os processos judiciais pendentes na jurisdição comum foram movimentados (a nova orgânica judiciária não teve todavia impacto nos Tribunais Administrativos e Fiscais). Apesar destes processos terem sido confiados a novas unidades orgânicas, optou-se por manter, no campo “PROCESSO”, a unidade orgânica a que estavam confiados antes da Reforma. Em futuros Relatórios atualizaremos este campo.

**PARTES:** Expropriante: Município de Leiria

Expropriado: Maria Fernanda Portela da Costa e Sousa Dinis

**VALOR DA AÇÃO:** 108.418,54 €

**PEDIDO:** Condenação da entidade expropriante no pagamento à expropriada do montante de 108.418,54 €, a título de despesas a suportar por aquela para substituir o bem expropriado por outro equivalente.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferido Acórdão que julgou improcedente os recursos de apelação pela Expropriante e pela Expropriada, mantendo, nos precisos termos, a decisão proferida pelo Tribunal Judicial de Leiria, que condenava o Município de Leiria a pagar à Expropriada a quantia global de € 75.940,94, tudo com referência ao valor das despesas em que a mesma incorreria para formalização da aquisição a seu favor à data da entrada em juízo do incidente de liquidação de imóvel de natureza, características e valor equivalentes ao que foi expropriado no âmbito dos presentes autos, absolvendo o Município do demais peticionado. Na sequência do decidido no Acórdão, o Município de Leiria já pagou a quantia. Aguarda-se confirmação da concordância quanto à área constante do levantamento cadastral, no sentido de tomarmos as diligências necessárias à concretização da transmissão.

**3) PROCESSO: Ação Administrativa Comum sob a forma de processo ordinária n.º 1135/06.1BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- João Pedro Gonçalves Assunção Branco

Réu- Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 39.358,00 €

**PEDIDO:** 1) ser o Município condenado em sede de indemnização pelo dano emergente, por haver destruído o quiosque e pelos investimentos feitos com a construção do mesmo, causados pela declaração de utilidade pública, nos termos da alínea c) do art. 180º do C.P.A., no montante de 24.358,00 €, que se estabelece como correspondente ao da justa indemnização;

2) Ser o Município condenado em sede de lucro cessante, perca do direito ao trespasse (cedência-transmissão a outrem) nomeadamente a indemnização referente á clientela que se fixa num montante de 15.000,00 €

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Realizada audiência prévia em 12/02/2014, aguardam-se os ulteriores trâmites processuais.

**4) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 1681/10.2TALRA, a correr termos no 3º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria**

**PARTES:** Demandante- Município de Leiria

Arguido/Demandado- Vítor Domingos da Rocha Rosa;

**VALOR DA AÇÃO:** 163,10 €

**PEDIDO:** O Município participou criminalmente e deduziu o seguinte Pedido de Indemnização Civil: ser



o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 163,10 € acrescida de juros moratórios á taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferida Sentença de Condenação do Arguido. Aguardamos instruções para eventualmente apresentar a competente Execução de Sentença.

**5) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 1675/10.8TALRA, a correr termos no 2º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria**

**PARTES:** Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- Vítor Manuel Gameiro Luís;

**VALOR DA AÇÃO:** 147,14 €

**PEDIDO:** O Município participou criminalmente e deduziu o seguinte Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 147,14 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferida sentença condenando o Arguido a pagar ao Município de Leiria a quantia de 147,14€ mais juros de mora desde 21/02/2012 até integral pagamento. O arguido foi ainda condenado em custas. Ainda não se conseguiu notificar o arguido, pelo que a Sentença ainda não transitou.

**6) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 2728/10.8TALRA, a correr termos no 3º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria**

**PARTES:** Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- Gabriel Cristiano Santos Ferreira;

**VALOR DA AÇÃO:** 147,14 €

**PEDIDO:** O Município participou criminalmente e deduziu o seguinte Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 147,14 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** *Houve desistência da queixa-crime* face ao acordo de pagamento em 10 prestações mensais a título de indemnização ao Município de Leiria, pelos danos causados pela não devolução da Biclis n.º 38 e respetivo cadeado. Não efectuou qualquer pagamento até à presente data.

**7) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 1052/10.0TALRA, a correr termos no 2º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria**

**PARTES:** Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- João Miguel Pinheiro de Barros;

**VALOR DA AÇÃO:** 163,10 €

**PEDIDO:** O Município participou criminalmente e deduziu o seguinte Pedido de Indemnização Civil: ser o

demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 163,10 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferida Sentença de Condenação do Arguido. Aguardamos instruções para eventualmente se apresentar a competente Execução de Sentença.

**8) PROCESSO: Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 404/10.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- AFMER- Actividades Hoteleiras e Promoção, Ld.ª:

Réu: Município de Leiria

**PEDIDO:** que seja declarada a invalidade do Despacho proferido em 2009/11/13, indeferindo a pretensão da Autora de pedido de autorização de legalização de alteração e ampliação de estabelecimento de bebidas (relativa à exposição apresentada em 22/10/2007), seguindo-se os demais termos da lei até final.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Foi proferida Sentença que julgou totalmente improcedente a Ação. A Sentença já transitou em julgado. Apresentámos requerimento de custas de parte, tendo sido entretanto celebrado um acordo para pagamento em prestações das custas de parte.

**9) PROCESSO: Processo n.º 3011/07, a correr termos no Tribunal Central Administrativo Sul**

**PARTES:** Recorrente- Guergil- Construções e Investimentos Imobiliários, Ld.ª

Recorrido: Município de Leiria

**PEDIDO:** Impugnação da deliberação da CML, de 11/10/2004, que indeferiu o projeto de arquitetura relativo à construção de um edifício de 6 pisos, sito em Olhavas.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda decisão desde 07 de Novembro de 2007.

**10) PROCESSO: Processo n.º 4711/09, a correr termos no Tribunal Central Administrativo Sul (anteriormente Proc. 578/04.0 TAF Leiria)**

**PARTES:** Recorrente: Guergil- Construções e Investimentos Imobiliários, Ld.ª

Recorrido: Município de Leiria

**PEDIDO:** Condenação do Município no pagamento da quantia de 453.685,79 € a título de indemnização por prejuízos sofridos pela autora aquando da construção de um edifício sito em Guimarães.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Em 01/10/2014 foi proferido despacho a deferir a suspensão da instância pelo prazo de 90 dias, atentas as negociações em curso para dirimir o litígio por acordo.

**11) PROCESSO: Processo n.º 935/07.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;**

**PARTES:** Autora- Guergil- Construções e Investimentos Imobiliários, Ld.ª

Réu: Município de Leiria

**PEDIDO:** Impugnação da deliberação do Município de 08/06/2007, que indeferiu o pedido de licenciamento de edifício para habitação coletiva (Proc. O. P. 851/2006).

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Em 22/10/2014, foi proferido despacho a deferir a suspensão da instância pelo prazo de 90 dias, atentas as negociações em curso para dirimir o litígio por acordo.

**12) PROCESSO: Oposição de Execução Fiscal n.º 332/10.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Exequente- Município de Leiria

Oponente: Ângela Cristina de Sousa Antunes

**VALOR DA AÇÃO:** 530,09 €

**PEDIDO:** Declaração da caducidade das liquidações efectuada e reportada aos anos 2001 a 2004, ou, se assim não se entender, a prescrição da dívida exequenda e a falsidade do título executivo.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda decisão.

**13) PROCESSO: Ação Administrativa Comum- forma ordinária n.º 599/07.0BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- Vítor Manuel da Silva Cruz

Réu: Município de Leiria e Freguesia de Regueira de Pontes

**VALOR DA AÇÃO:** 46.961,67 €

**PEDIDO:** Condenação do Município a pagar ao Autor a quantia de 46.369,67 €, acrescida de juros de mora à taxa de 4% ao ano, contados da citação até efectivo e integral reembolso e no mais que for de lei, na sequência de responsabilidade civil extracontratual por acidente pedonal devido a buraco que se encontrava na via pública.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda realização de segunda perícia.

**14) PROCESSO: Execução Comum n.º 592-A/1999 a correr termos no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria**

**PARTES:** Exequente- Abílio de Jesus da Silva

Executado: Município de Leiria

**PEDIDO:** Através do Processo de Execução para Prestação de Facto nº 592-A/99, em que é Exequente Abílio de Jesus Silva e Executado o Município de Leiria, Abílio de Jesus Silva deu à Execução a Transação (acordo das partes), efectuada em 20 de Julho de 2001, homologada por Sentença proferida em 17/09/2001, transitada em julgado em 8 de Outubro de 2001.

De acordo com essa Transação, na parte relevante, as partes obrigaram-se a:

1- Conjuntamente, corrigir, perante a Conservatória do Registo Predial e a Serviço de Finanças competentes,

a área do imóvel descrito na alínea A) dos Factos Assentes, de modo a que o mesmo passe a constar com a área de 17.300 m<sup>2</sup>, em conformidade com a alínea B) dos Factos assentes na Ação Declarativa (cláusula Segunda);

2- Mais se obrigaram “a, conjuntamente, dividir por destaque, o imóvel descrito na alínea A) dos factos assentes em dois novos prédios, respetivamente com as áreas de 10.770 m<sup>2</sup> e de 6.530 m<sup>2</sup>” (cláusula Terceira);

3- “O novo imóvel de 6.530 m<sup>2</sup> situar-se-á na parte sul do prédio descrito na alínea A) dos Factos Assentes, conforme planta integrante da Transação, sendo adjudicado ao Autor” (cláusula Quarta);

4- As despesas com a correcção de área e com a divisão sobreditas serão suportadas por ambas as partes, na proporção das áreas referidas na cláusula terceira (cláusula Quinta), isto é na proporção de 10.770 m<sup>2</sup> para o réu e 6.530 m<sup>2</sup> para o Autor (cláusula Quinta);

5- O Município de Leiria obrigou-se a aprovar, nos termos legais, para o novo imóvel referido na cláusula Quarta, o loteamento e construção que decorrem da planta anexa à Transação, podendo no entanto o autor obter a aprovação por parte do Réu de área de construção inferior à identificada nessa planta (cláusula Sexta);

6- A título de indemnização pelo diferencial entre a construção estabelecida no “protocolo” objeto do litígio e a definida na planta anexa à Transação, bem como pelos demais danos materiais referidos na petição inicial, o Réu obriga-se a pagar ao autor a quantia global de PTE 30.000.000\$00 (cláusula Sétima, Oitava e Nona). Esta quantia foi efetivamente paga pelo Município a Abílio de Jesus Silva.

7- O Município de Leiria obrigou-se a no prazo de um ano a contar da data da Transação, executar as obras que se mostrassem necessárias para que não haja escoamentos de águas pluviais ou desmoronamentos para o novo imóvel referido na cláusula Quarta (cláusula Décima).

A Ação Executiva foi instaurada em 22 de Janeiro de 2008, com a alegação de que o Município só havia pago a quantia estipulada na Transação, faltando cumprir as demais obrigações então fixadas. Segundo o Exequente, a área do imóvel não foi corrigida; o imóvel não foi dividido; o novo prédio com a área de 6350 m<sup>2</sup> não foi adjudicado ao Exequente; o loteamento não foi aprovado e o Município não fez as obras necessárias para que não haja escoamentos de águas pluviais ou desmoronamentos para este prédio.

Atento este incumprimento, o Exequente solicitou ao Tribunal:

a) que fosse fixado o prazo de 10 dias para subscrever os pedidos de correção de área em conformidade com o estabelecido na cláusula 2<sup>a</sup> da sobredita Transação e pagar os custos que viessem a ser exigidos pela Conservatória de Registo Predial e pela Repartição Fiscal competentes, nos termos estabelecidos na cláusula 3<sup>a</sup> da Transação;

b) Que fosse aplicado ao Município uma sanção pecuniária compulsória de 100,00 € por dia, desde o termo do prazo que viesse a ser judicialmente fixado até à concretização da subscrição e pagamentos aí referidos.

A CML não deduziu Oposição à Execução.

Por duto Despacho de 2/07/2008, foi fixado o prazo de 10 dias para o cumprimento da obrigação exequenda

e fixada a sanção pecuniária compulsória de 100 € por cada dia de atraso no cumprimento da prestação, a partir do prazo ordenado para sua realização. Esse Despacho foi notificado às partes por carta expedida a 16 de Julho de 2008. O prazo para cumprimento da obrigação exequenda terminou no dia 31 de Julho de 2008. Por ofício datado de 4 de Setembro de 2008, a CML notificou o Senhor Abílio de Jesus Silva para comparecer no Sector de Património para subscrever o pedido de correção de área, junto da CRP e do Serviço de Finanças. Em 10 de Setembro de 2008, foi comunicada à CML a apresentação de pedidos de correção de área no 2º Serviço de Finanças de Leiria (em 8 de Setembro de 2008) e 2ª CRP de Leiria (em 9 de Setembro de 2008).

O pedido de correção de área do prédio descrito na 2ª CRP de Leiria sob o número 658 da freguesia de Pousos (artigo matricial rústico 4382 daquela freguesia) foi indeferido, (recusa de registo predial) por não contar com a assinatura de Maria Trindade Costa, proprietária do prédio na proporção de 2/24.

Em 29 de Março de 2010, o Exequente veio pedir a penhora de bens do Município de Leiria para lhe ser paga a sanção pecuniária compulsória de 100 € por cada dia de atraso, a contar de 1 de Agosto de 2008 inclusive. A sanção pecuniária compulsória ascendia, em 21 de Março de 2012, a 129.800 €.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Depois de ter sido alcançado um acordo com Abílio de Jesus Silva, Jaime Pedro da Costa Manso e José Pedro da Costa Manso estão em curso diligências para formalização de tal acordo.

#### **15) PROCESSO: Ação Administrativa Comum na forma Ordinária n.º 276/11.8BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- Giuseppe Curia e outros

Réu: Município de Leiria

Chamado: José Marques Grácio, S.A.

**VALOR DA AÇÃO:** 30.900,00 €

**PEDIDO:** Condenação do Município no pagamento da quantia de 30.900,00 € (na sequência de responsabilidade civil extracontratual por acidente de viação):

- a) 10.000,00 € a título de danos morais, sofridos por Helena Cunha Cúria, acrescidos de juros vincendos desde a dada de citação até integral e efectivo pagamento;
- b) 20.900,00 € por danos materiais suportados por Giuseppe Cúria, acrescido dos juros vincendos desde a dada de citação até integral e efectivo pagamento;
- c) Custas e Procuradoria.

**ESTADO ATUAL DO PROCESSO:** Proferido despacho que decidiu deferir o incidente de intervenção principal provocada da sociedade José Marques Grácio, S.A. (empreiteiro que intervinha no local do evento). O Chamado apresentou a sua contestação, chamando a companhia de seguros para quem deferira a responsabilidade civil decorrente da sua atividade. Aguarda ulteriores trâmites processuais.

**16) PROCESSO: Ação Administrativa Comum na forma ordinária n.º 1349/06.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autora- Carolina Oliveira Monteiro e outros

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 78.000,00 €

**PEDIDO:** Condenação do Município no pagamento da quantia 78.000,00 €, que corresponde a prejuízos sofridos pela Autora, resultantes do encrave do prédio e consequente desvalorização, ponderada a sua valorização atual (os alegados prejuízos correspondem à diferença de valor do prédio com e sem acesso ao caminho e via pública).

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda ulteriores trâmites processuais. Decorrem, entretanto, diligências para dirimir consensualmente o litígio.

**17) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 147/06.0BELRA (Recurso- Proc. 07669/11- TCA Sul), a correr termos no Tribunal Central Administrativo Sul.**

**PARTES:** Autor- José António da Silva

Réu: Município de Leiria

Contra-interessado: Belmiro Emanuel Teodoro Duarte Cardoso e outros

**PEDIDO:** Pedido indemnizatório por danos correntes da prática do ato ilícito de indeferimento do pedido de licenciamento de construção de uma moradia familiar (responsabilidade civil extracontratual).

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Fomos notificados do Acórdão do TCA Sul que não admitiu, por irrecorribilidade da decisão impugnada, o requerimento de interposição de recurso jurisdicional, interposto pelo Autor, condenando-o nas custas.

Como antecedentes relevantes importa reter o seguinte:

- Por decisão de 6 de Janeiro de 2011, o TAF de Leiria condenou o Município a apreciar o licenciamento apresentado pelo autor, abstendo-se de o rejeitar liminarmente com fundamento na ilegitimidade do autor decorrente da mesma motivação jurídica que adoptou no ato que resulta eliminado na ordem jurídica, e absolveu o Município do pedido indemnizatório formulado pelo Autor.
- Inconformado, o autor interpôs recurso jurisdicional para o TCA Sul da decisão, no segmento em que absolveu o Município do pedido indemnizatório.

O TCA Sul considerou agora que o autor recorreu a um meio inadequado para reagir contra aquele segmento da decisão, já que deveria ter lançado mão, em 10 dias, da reclamação para a conferência e não do recurso. Ao ter apresentado recurso, no termo do prazo legalmente previsto (30 dias), impossibilitou a convolação do recurso em reclamação para a conferência (formação coletiva com 3 juízes), que só seria possível se o recurso tivesse entrado em juízo dentro dos 10 dias, prazo previsto para a reclamação para a conferência.

O acórdão ora notificado transitou ainda em julgado.

Apresentámos Requerimento de custas de parte, aguardando-se pagamento.

**18) PROCESSO: Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º1414/09.6BELRA (Recurso n.º 07986/11- TCA Sul), a correr termos no Tribunal Central Administrativo Sul.**

**PARTES:** Autor- António Pereira Órfão

Réu: Município de Leiria e outros

**VALOR DA AÇÃO:** 30.000,00 €

**PEDIDO:** condenação do Município à prática do ato devido, isto é, num prazo de trinta dias a contar do trânsito em julgado da decisão, expropriar os terrenos confinantes da Travessa da Serrada para permitir o alargamento da Travessa, e a Freguesia de Pousos e o Município de Leiria serem solidariamente condenados a alargar a referida travessa num prazo de trinta dias a contar da referida expropriação.

**ESTADO ATUAL DO PROCESSO:** Proferido Acórdão pelo STA que indeferiu o recurso de revista excecional interposto pelo Autor, mantendo-se assim a Sentença proferida em 1ª Instância que foi favorável ao Município de Leiria.

Apresentámos Requerimento de Custas de parte, aguardando-se o respetivo pagamento.

**19) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 658/11.5BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Impugnante- LCC- Leiria Shopping- Centro Comercial, S.A.

Impugnado: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 4.876,00 €

**PEDIDO:** O Impugnante vem impugnar:

- a) o ato de liquidação da denominada taxa municipal para realização de infraestruturas urbanísticas, no montante de 4876,00 €, notificado ao impugnante em 22/12/2010;
- b) o ato de indeferimento tácito da Reclamação Graciosa deduzida contra esse ato de liquidação em 24/01/2011.

Peticionou que tais atos sejam julgados nulos, anulados ou inexistentes, com as legais consequências e ainda que seja expressamente declarada a existência de erro dos serviços e reconhecida à impugnante o direito a juros indemnizatórios sobre todas as quantias impugnadas.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Encontra-se a aguardar ulteriores trâmites processuais.

**20) PROCESSO: Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 643/07.16BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- Acácio Manuel Gomes de Oliveira

Réu: Município de Leiria



**VALOR DA AÇÃO:** 15.000,00 €

**PEDIDO:** a) Anulação do despacho de 22/02/2007, proferido pelo Presidente da Câmara Municipal que determinou a demolição das obras levadas a cabo pelo Autor, por enfermar do vício de violação de lei;  
b) condenação do Município a apreciar o pedido de licenciamento das edificações levadas a cabo pelo Autor e, nesse contexto, a sustentabilidade de legalização das mesmas, ainda que com eventuais correções ou alterações.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Face a informação prestada pelo Autor, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria suspendeu a instância até que seja proferida decisão final sobre o procedimento administrativo (Processo n.º 366/08), facto que deverá ser comunicado, pelo Município de Leiria, logo que ocorra.

**21) PROCESSO: Ação Administrativa Comum na forma ordinária n.º 1066/11.3BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor: Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 30.000,01 €

**PEDIDO:** a) Reconhecimento e declaração que os associados do autor (António Manuel Carreira Guarda, Manuel Jorge Ribeiro dos Santos, Maria Augusta Gameiro Silva Sousa, Rosa Maria Ferreira Carreira, Maria Luísa Batista Matos, Teresa Maria Jorge Jordão, Carlota Maria Lopes Cardeiro Areia, Amândio Correia Jesus, Vítor Manuel Filipe Costa, Manuel Pereira Lisboa, Maria João Paixão Aguiar Coelho, João Hélder Pinto Lopes Silva, Marco Paulo Dinis Baptista, Maria de São José Silva dos Santos, Rogério Paulo Santos Gaspar e António Jesus Nunes) preenchem o universo dos trabalhadores objeto de opção gestionária para o ano de 2010, reunindo os requisitos exigidos pela alínea c) do n.º 1 do artigo 47º da Lei 12-A/2008 para poderem alterar a sua posição remuneratória;

b) Reconhecimento e declaração que as verbas afetas a alteração do posicionamento remuneratório no ano de 2010 não se esgotaram com as alterações de posicionamento efetuadas pelo Réu;

c) Condenação do Município a proceder a alteração de posicionamento remuneratório decorrente da opção gestionária de 2010 aos trabalhadores que nessa data já possuíam 5 pontos nas sucessivas avaliações de desempenho de 2004 em diante;

d) Condenação do Réu a proceder à alteração de posicionamento remuneratório dos associados do autor, nos termos referidos no artigo 35º da Petição Inicial, até se esgotar o montante máximo afeto a cada carreira para esse efeito;

e) Condenação do Réu a proceder ao pagamento das remunerações decorrentes da alteração de posicionamento a que haja lugar, com efeitos a 1 de Janeiro de 2010, acrescida de juros de mora desde essa data.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Terminada a fase dos articulados, aguarda os ulteriores trâmites processuais.



**22) PROCESSO: Ação Administrativa Especial n.º 51/04.6BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- José Luís Marques da Cruz Monteiro

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessados: Oestauto- Sociedade de Reparação e Comércio de Automóveis, Ld.<sup>a</sup>

**VALOR DA AÇÃO:** 14.693,95 €

**PEDIDO:** Anular a deliberação do Município, de 26/05/2003, que aprovou o projeto de arquitetura apresentado pela contra-interessada, no âmbito do pedido de licenciamento de remodelação do posto de combustíveis que explora, dado o mesmo enfermar de vício de violação de lei por erro nos pressupostos de facto, por não se encontrarem cumpridos os distanciamentos mínimos entre os reservatórios enterrados de gasolina e de gasóleo e os edifícios que recebem público e áreas sensíveis adjacentes. Veio, *a posteriori*, o Autor ampliar o objeto da Ação (o qual foi aceite pelo tribunal) com a anulação da deliberação que aprovou a reformulação do projeto de arquitetura em crise nos autos e que autorizou o licenciamento da correspondente operação urbanística.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Em 26/04/2012, foi proferida acórdão absolvendo o Município. O Autor interpôs Recurso para o Tribunal Central Administrativo do Sul. Apresentámos as respetivas Contra-Alegações. Encontra-se a aguardar a prolação de Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo do Sul.

**23) PROCESSO: Ação Administrativa Comum n.º 1183/07.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- Horácio Simões e esposa

Réu: Município de Leiria e outros

**VALOR DA AÇÃO:** 5.000,00€

**PEDIDO:** Condenar os Réus solidariamente a:

- a) repor o terreno, indevidamente ocupado com o arruamento, na situação em que se encontrava, demolindo a obra (caminho) realizada e plantando vegetação idêntica àquela que lá se encontrava;
- b) Indemnizar os Autores por danos materiais, danos não materiais e perda de rendimento do imóvel, na importância de 5.000,00 €, acrescidos de juros à taxa legal, desde a citação até efectivo pagamento.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda os ulteriores termos processuais aplicáveis.

**24) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 473/07.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- SINTAP- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 14.963,95€

**PEDIDO:** Condenar o Município a:

- a) reclassificar a sua associada Vanda Regina Gonçalves Gomes para a carreira de auxiliar administrativa;
- b) no pagamento das custas e procuradoria geral.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda prolação de Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

**25) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 831/07.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- Armando de Jesus de Oliveira

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 15.000,00 €

**PEDIDO:** anulação do despacho emitido pela Presidente da Câmara Municipal de Leiria de 30/04/2007;

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferido Acórdão, em Janeiro de 2013, pelo TCA Sul, confirmando a Sentença recorrida (o TAF de Leiria proferiu Sentença declarando improcedente a Ação). Apresentámos Requerimento de Custas de Parte, aguardando-se o respetivo pagamento.

**26) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 364/08.8BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- Américo dos Santos

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessado: José dos Santos

**VALOR DA AÇÃO:** 30.000,00 €

**PEDIDO:** Declaração de nulidade do despacho proferido pela Presidente da Câmara Municipal de Leiria de 28/12/2007, através do qual se ordenou a demolição de muro de vedação levado a efeito clandestinamente em Rua do Lagar, Matoeira- Regueira de Pontes.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferida Sentença que julgou totalmente improcedente a Ação intentada pelo Autor, e em consequência, absolveu o Município de Leiria do pedido e condenou o Autor em custas. A Sentença já transitou em julgado.

Apresentámos requerimento de Custas de Parte, aguardando-se o respetivo pagamento. Intentámos Execução para pagamento das custas de parte.

**27) PROCESSO: Ação Administrativa Comum na forma sumária n.º 780/09.8BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor: Perspectiva- Gabinetes de Estudos Topográficos e Engenharia, Ld.ª

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 18.061,46 €

**PEDIDO:** A Autora peticiona:

- a) a condenação do Município de Leiria a pagar à Autora a quantia de 6.811,46 €, referente à reparação de veículo automóvel de matrícula 95-47-VE;
- b) a condenação do Município de Leiria a pagar à Autora a quantia total de 11.250,00 € a título de danos não patrimoniais pela imobilização do veículo de 45 dias.
- c) A condenação do Município no pagamento à Autora de juros de mora, à taxa legal, sobre as quantias supra mencionadas, a contar desde a data do acidente até efectivo pagamento.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** o processo encontra-se a aguardar audiência preliminar ou Despacho Saneador desde 17/11/2009.

**28) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 157/08.2BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autora: Exploração Agro-Pecuária da Quinta dos Ganados, Ld.<sup>a</sup>

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 15.000,00 €

**PEDIDO:** A Autora peticiona:

- a) A anulação do despacho proferido pela Presidente da Câmara de Leiria datado de 30/10/2007 que determinou a demolição das obras levadas a cabo pela Autora;
- b) A declaração do efeito suspensivo da impugnação de despacho supra mencionado, suspendendo-se assim a eficácia do referido ato.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Encontra-se a aguardar prolação de Sentença.

**29) PROCESSO: Ação Ordinária n.º 4190/05.8TBLRA, a correr termos no 1º Juízo do Tribunal Judicial de Leiria**

**PARTES:** Autor: Conceição de Jesus

Réu: Município de Leiria e outros

**VALOR DA AÇÃO:** 15.000,00 €

**PEDIDO:** A Autora peticiona o seguinte:

- a) que se reconheça à Autora o direito de posse e de propriedade sobre o prédio identificado no artigo 1º da Petição Inicial;
- b) que os Réus sejam condenados a restituírem a posse do imóvel à Autora;
- c) que os Réus sejam solidariamente condenados a proceder ao arranjo e execução de todas as obras necessárias para reconstruir o imóvel em causa nos autos, à sua custa;
- d) serem os Réus solidariamente condenados a pagar diariamente à Autora a quantia de 500,00 € desde o dia da ocupação e destruição, até ao dia em que esta possa utilizar o imóvel como o vinha fazendo antes da destruição;

- e) Serem os Réus condenados solidariamente numa indemnização à autora que se apurar em sede de execução de sentença;
- f) Serem os Réus condenados solidariamente a restituírem em 5 dias todos os imóveis que foram identificados no artigo 39 da P.I., sob pena de não o fazendo serem condenados a pagar a quantia de 100,00€ diários até à entrega de tais bens;
- g) Serem os Réus notificados com a cominação de que incorrerão na prática de um crime de desobediência qualificada caso não cumpram o que lhes fora ordenado, no prazo que vier a ser fixado pelo tribunal;
- h) Custas a cargo dos Réus.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Encontra-se pendente incidente de habilitação de herdeiros, por morte do Réu Manuel de Jesus Santos.

**30) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 877/05.3BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Impugnante: Reis & Torcato- Construtores, Ld.<sup>a</sup>

Impugnado: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 137.206,38 €

**PEDIDO:** Impugnação Judicial de liquidação de taxa urbanística, anulando-se a liquidação operada, determinando-se a restituição da quantia paga pela Impugnante bem como a realização de liquidação no respeito das normas alegadamente violadas.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Celebrado Acordo entre o Município de Leiria e a Reis & Torcato- Construtores, Ld.<sup>a</sup>, colocando termo ao litígio.

**31) PROCESSO: Ação Administrativa Comum na forma ordinária n.º 1185/05.5BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- João Paulo Santos Vieira

Réu: Município de Leiria e outros

**VALOR DA AÇÃO:** 84.017,52 €

**PEDIDO:** condenação dos Réus solidariamente ou na medida das responsabilidades que se apurarem, a pagar ao Autor a quantia global de 84.017,52, bem como de todas as despesas que o mesmo venha sofrer pela vida fora, e que estejam relacionadas com o acidente pedonal, devido a um buraco aberto que se encontrava no passeio, sem qualquer sinalização, em desrespeito das normas legais em vigor.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda ulteriores trâmites processuais.

**32) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 631/08.0BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- Afonso Estrela Rodrigues

Réu: Município de Leiria e outro

**VALOR DA AÇÃO:** 31.000,00€

**PEDIDO:** Vem a autora peticionar:

- a) a anulação ou declaração de nulidade do despacho emitido pela Vereadora da Câmara Municipal de Leiria, e que deu causa a esta Ação e nesta sequência, declararem-se deferidos tacitamente os pedidos apresentados pelo Autor;
- b) Caso se entenda que não estão reunidos os requisitos legais para poderem-se declarar deferidos tacitamente os pedidos apresentados pelo Autor, pelas razões supra aduzidas, devem os Réus ser condenados a emitirem as respetivas licenças no prazo de dez dias após sentença transitada em julgado nesta Ação, sob pena de o não fazendo serem condenados em indemnização compulsória no valor de 100,00 € diários, até à emissão das respetivas licenças;
- c) Que as custas fiquem a cargo dos Réus.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda prolação de Sentença.

**33) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 892/07.2BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;**

**PARTES:** Autor- Ministério Público

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessado: Crédito Predial Português, S.A e outros.

**VALOR DA AÇÃO:** 2.042,57€

**PEDIDO:** nulidade dos atos impugnados – despacho do vereador da Câmara Municipal de Leiria, com competências delegadas e subdelegadas de 31/07 e 13/12 de 2000 e ainda de 21/01/2002.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda prolação de Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

**34) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 1314/06.1BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- Município de Leiria

Réu: Estradas de Portugal, E.P.E. e outros

Contra-Interessado: Litoral Atlântico- Construtores ACE

**VALOR DA AÇÃO:** Indeterminável

**PEDIDO:** O Município de Leiria vem pedir:

- a) Que os atos impugnados sejam declarados nulos ou anuláveis;
- b) Que os dois primeiros Réus (Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação e Estradas de

- c) Portugal, EP) sejam condenados a emitir ato administrativo de aprovação das características geométricas do Restabelecimento 1, com cumprimento das normas técnicas a observar no restabelecimento de caminhos municipais, isto é com o perfil transversal tipo IV de forma a garantir-se a segurança da circulação rodoviária da parte do CM n.º 1195 interceptado pelo traçado da A17;
- d) Que seja declarado que a via intercetada pelo sublanço da A17 acima mencionado no artigo 5º constituiu o Caminho Municipal n.º 1195 e que este caminho integra a rede de caminhos municipais do Município de Leiria;
- e) Que, para e na hipótese das providências cautelares não serem decretadas:
  - 1- Os réus sejam condenados a demolir e a remover a PI 1 do Restabelecimento 1 e a substituí-la por outra que cumpra as normas técnicas acima descritas para o restabelecimento de caminhos municipais, ou seja, a substituí-la por outra que permita a execução do Restabelecimento 1 com um perfil transversal tipo IV;
  - 2- Os Réus sejam condenados a executar o Restabelecimento 1 com observância das normas técnicas para o restabelecimento de caminhos municipais, isto é com o perfil transversal tipo IV de forma a garantir-se a segurança da circulação rodoviária da parte do CM n.º 1195 intercetado pelo traçado da A17.
- f) Para e na hipótese dos pedidos formulados anteriormente vierem a ser julgados improcedentes, então, que sejam os réus condenados a executar o Restabelecimento 1- PI 1 respeitando as características do CM 1195, supra identificadas.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda marcação de data para realização de audiência de discussão e julgamento.

### **35) PROCESSO: Recurso Contencioso de Anulação n.º 281/2003, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra**

**PARTES:** Autor- Artur Miranda Pedrosa

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessado: Vítor Manuel Fernandes Carreira

**PEDIDO:** nulidade ou anulabilidade do ato administrativo de licenciamento pelo Município de Leiria, de alterações a uma moradia no âmbito do processo de licenciamento n.º 219/02.

**ESTADO ATUAL DO PROCESSO:** Proferida Sentença que decidiu julgar totalmente improcedente o Recurso Contencioso de Anulação intentado por Artur Miranda Pedrosa contra o Município de Leiria.

Admitido o Recurso, aguarda-se prolação de Acórdão pelo Supremo Tribunal Administrativo.

### **36) PROCESSO: Recurso Contencioso de Anulação n.º 999/2001, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra**

**PARTES:** Autor- Guilhermino Gaspar de Oliveira

Réu: Município de Leiria e outros

**PEDIDO:** O Autor impugnou a deliberação da CML, de 19/09/2001, que indeferiu o pedido de licenciamento de construção de um bloco habitacional, sito na Quinta do Paraíso, em Leiria.

Por Sentença de 15/12/2007 foi negado provimento ao Recurso e confirmado o ato impugnado. O recorrente interpôs recurso desta Sentença, para o TCA Sul.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda-se prolação de Acórdão pelo TCA Sul.

**37) PROCESSO: Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 946/07.5BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- Ministério Público

Réu: Município de Leiria e outros

Contra- Interessados: Banco Internacional de Crédito, S.A. e outros

**PEDIDO:** Nulidade dos Despachos de 16/06 e 16/07 de 2002 do Vereador com competências subdelegadas e da Presidente da Câmara Municipal de Leiria.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda-se prolação de Sentença.

**38) PROCESSO: Recurso Jurisdicional de Ação Administrativo Comum n.º 5296/09, que corre termos no Tribunal Central Administrativo Sul**

**PARTES:** Recorrente: Fisicoleiria- Academia de Cultura Física, Ld.<sup>a</sup> e Deolinda Pedro de Sousa Antunes

Réu: Município de Leiria e outra

**Valor da Ação:** 100.561,21 €

**PEDIDO:** serem os Réus solidariamente condenados a pagar às Autoras a título de danos patrimoniais a quantia de 70.561,21 € e a título de danos não patrimoniais o montante de 30.000,00 €, quantias essas acrescidas dos respetivos juros de mora, à taxa legal, contados desde a data de citação até efetivo e integral pagamento, na sequência de terem arrendado estabelecimento para efeito específico, do qual não havia sido emitida a licença de utilização, ficando com a imagem irremediavelmente perdida.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** O TAF de Leiria proferiu Sentença absolutória. As Autoras Fisicoleiria-Academia de Cultura Física, Ld.<sup>a</sup> e Deolinda Pedro de Sousa Antunes interpuseram recurso jurisdicional para o Tribunal Central Administrativo Sul. Aguarda-se a prolação de Acórdão.

**39) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 1080/11.9BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autora: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

**PEDIDO:** Impugnação do ato administrativo do Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de



autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações instalada em Cruz do Melo, Casal da Ladeira, Santa Eufémia, proferida no processo n.º 93/04, notificada à requerente pelo ofício n.º 2753/11 datado de 03/05/2011, pelo mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação da lei, falta de fundamentação e incorreto enquadramento jurídico-legal, proferindo-se ainda sentença que condene o Réu à prática do ato de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda prolação de Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

**40) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 40/06.6BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autora- TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 20.000,00 €

**PEDIDO:** Impugnação do ato administrativo que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações, pelo mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação da lei, falta de fundamentação e incorreto enquadramento jurídico-legal, proferindo-se ainda sentença que condene o Réu à prática do ato de autorização municipal da estação de radiocomunicação referida nos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Em 15-01-2015, fomos notificados da Sentença proferida pelo TAF de Leiria, ainda não transitada em julgado. O Tribunal julgou totalmente procedente a ação. Aguarda-se trânsito em julgado.

**41) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 438/08.5BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autora- TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

**VALOR DE AÇÃO:** 6.000,00 €

**PEDIDO:** Impugnação do ato administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita em Milhas, Santa Catarina da Serra, Fátima Norte, proferido no Proc. 78/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 760/08, expedido em 17 de Janeiro de 2008, proferindo-se ainda sentença que condene o Réu à prática do ato de autorização municipal da estação de radiocomunicação referida nos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferida Sentença que condenou o Município de Leiria a retomar o



procedimento de autorização. A Autora reclamou da Sentença para a Conferência (Tribunal Coletivo), por entender que o Município de Leiria deveria ter sido também condenado à prática de ato devido. A Demandante defende que a Sentença recorrida, ao não ter declarado a existência de deferimento tácito do pedido de autorização municipal, violou o disposto nos artigos 15º e 8º do DL 11/2003.

O TAF de Leiria proferiu Acórdão julgando improcedente a reclamação para a Conferência (Tribunal Coletivo) apresentada pela TMN- TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS NACIONAIS S.A., confirmando, assim, a Sentença reclamada.

A TMN inconformada com o Acórdão interpôs Recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul, aguardando-se a admissão do Recurso.

**42) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 1001/07.3BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autora- TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 5.000,00 €

**PEDIDO:** Impugnação do ato administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita na Quinta do Vieiro, Azóia, proferido no Proc. 83/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 009372, expedido em 20 de Julho de 2007, proferindo-se ainda sentença que condene o Réu à prática do ato de autorização municipal da estação de radiocomunicação referida nos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 15º do Decreto-Lei n.º 11/2003.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferida Sentença que julgou improcedente a ação, mantendo, consequentemente, o ato administrativo impugnado e condenando a Autora nas custas do processo. A TMN- Telecomunicações Nacionais S.A. inconformada com a Sentença proferida, apresentou Requerimento para a Conferência. Proferido Despacho de não admissão da Reclamação. A TNM interpôs Recurso do despacho de não admissão da Reclamação, aguardando-se assim prolação deste Recurso.

**43) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 962/08.0BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;**

**PARTES:** Autora- TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 6.000,00 €

**PEDIDO:** Impugnação do ato administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita na Rua da Figueirinha, Casal Manuel António, Maceira, proferido no Proc. 142/06, notificado à requerente pelo Ofício n.º 5414/08, expedido em 20

de Maio de 2008, proferindo-se ainda sentença que condene o Réu à prática do ato de autorização municipal da estação de radiocomunicação referido nos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 15º do Decreto-Lei n.º 11/2003.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** proferida Sentença que julgou parcialmente procedente a ação e, nessa medida decidiu:

- a) anular o ato de indeferimento expresso do pedido de autorização municipal para instalação de infraestruturas de suporte à estação de radiocomunicações do Telheiro;
- b) condenar o Réu a retornar o procedimento de autorização da instalação e funcionamento das infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações, na fase de audiência prévia estabelecida no artigo 9º do DL nº11/2003, de 18 de Janeiro.
- c) Custas a cargo do réu e do autor, na proporção dos respetivos decaimentos, na proporção de 60% para o réu e 40% para o autor.

A TMN, inconformada com a Sentença, apresentou Reclamação para a Conferência, aguardando-se a prolação de decisão quanto à admissão da Reclamação.

**44) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 1011/07.0BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autora- TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 5.000,00 €

**PEDIDO:** Impugnação do ato administrativo da Presidente do Município de Leiria, que ordenou o desmantelamento da estação de telecomunicações sita na Quinta do Vieiro, Azóia, proferido no Proc. 83/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 012124, expedido em 24 de Setembro de 2007, e condenar-se o Município a reconhecer que ocorreu o deferimento da autorização municipal solicitada pela Autora para a antena dos autos.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda prolação de Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

**45) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 180/08.7BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autora- TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 6.000,00 €

**PEDIDO:** Impugnação do ato administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita no Outeiro das Rosas, Boavista,

proferido no Proc. 92/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 014883, expedido em 20 de Novembro de 2007, e, em consequência, anular-se o ato recorrido, por o mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação de lei e falta de fundamentação, proferindo-se ainda sentença que condene à prática do ato de autorização municipal da estação de telecomunicações dos autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003 ou, caso assim não se entenda, que condene o Município a proferir decisão de autorização da antena dos autos, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 10º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 11/2003.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** O TAF de Leiria proferiu Sentença julgando a ação procedente e, nessa medida, decidiu anular o despacho da Presidente da Câmara Municipal de Leiria datada de 5 de Novembro de 2007, que indeferiu o pedido apresentado pela autora para instalação de infraestrutura de suporte para estações de radiocomunicações e respetivos acessórios, no sítio de Outeiro das Rosas, Boavista. Mais decidiu condenar a entidade demandada a, uma vez realizada a audiência prévia a que alude o artigo 9º do DL 11/2003, praticar ato decisório que aprecie a pretensão deduzida pela Autora, nos termos do mesmo diploma, levando em consideração e observando estritamente o decidido nos autos e condenar, outrossim, o Município nas custas do processo.

A TNM inconformada com a Sentença proferida nos Autos à margem referenciados, apresentou Requerimento para a Conferência. Através dessa reclamação, a Autora pretendia a declaração de deferimento tácito, ao abrigo do disposto no artigo 15º e 8º do DL nº 11/2003, e a condenação do Município de Leiria à prática do ato de autorização solicitado para a antena em causa. O TAF de Leiria, em formação de Tribunal Coletivo, julgou improcedente a reclamação para a Conferência. A improcedência da reclamação redundou na confirmação da Sentença reclamada.

Já em Janeiro de 2015, a TNM interpôs Recurso do despacho de não admissão da Reclamação, aguardando-se agora a prolação de decisão sobre o recurso.

#### **46) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com atos Administrativos n.º 80/12.6 BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autora- Mariana Tomé Pereira Alfaite

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 33.000,01 € (valor fixado pelo Tribunal no Despacho Saneador notificado em 09/02/2015)

**PEDIDO:** a Autora peticiona o seguinte:

- a) que seja anulado o Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara, datado de 06/10/2010, que decidiu a anulação do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 15035/2009;
- b) que seja anulado o despacho n.º 124/2010 (37/DIRH) proferido pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara, datado de 16/11/2010, que decidiu fazer cessar por caducidade o contrato em funções públicas com termo resolutivo incerto celebrado com a Autora em 01/04/2008;

c) que seja anulada a deliberação da Câmara Municipal de 08/02/2011, que autorizou a abertura do procedimento concursal comum de recrutamento aberto pelo aviso (extrato)n.º 8365/2011, prevendo a possibilidade de recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público previamente constituída, bem como a anulação de todos os atos praticados no âmbito desse procedimento concursal;

d) que o Réu seja condenado a praticar (com efeitos retroativos a data anterior à cessação do contrato de trabalho a termo incerto outorgado com a Autora em 01/04/2008) ato administrativo de abertura de procedimento concursal de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de um posto de trabalho não ocupado do mapa de pessoal da Câmara Municipal da carreira de técnico superior com licenciatura na área da educação física, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida ou, na impossibilidade do recrutamento de entre tais trabalhadores, de entre trabalhadores com a qualidade de sujeitos de relações jurídicas de emprego público constituídas por tempo determinado ou determinável e considerando ser a Autora detentora dessas condições de admissão.

e) que o Réu seja condenado no pagamento à Autora das retribuições que esta deixou de auferir, desde a data em que terminou, por caducidade, a sua relação de trabalho com o Réu- em 17/01/2010- e até à data em que vier a tomar posse o candidato admitido no âmbito procedimento concursal de recrutamento para ocupação de um posto de trabalho, por tempo indeterminado, do mapa de pessoal da Câmara Municipal, da carreira de técnico superior com licenciatura na área da educação física, visado nestes autos;

f) que o Réu seja condenado a pagar à Autora uma compensação correspondente a dois dias de retribuição base e diuturnidades por cada mês de duração do contrato a termo incerto mantido até 17/01/2010 (em montante a fixar em sede de execução de sentença), considerando que tal contrato cessou por caducidade invocada pelo Réu, sendo tal compensação devida nos termos dos artigos 253º, n.º 4, 252º, n.ºs 3 e 4, da Lei n.º 59/2008, de 11/09;

g) que o Réu seja condenado no pagamento à Autora de indemnização por danos não patrimoniais causados, a fixar em montante não inferior a 3.000,00 €;

h) que o Réu seja condenado no pagamento de juros à taxa legal, contados da data da citação até integral pagamento, sobre as quantias em cujo pagamento venha a ser condenado.

*A posteriori*, a Autora veio apresentar um pedido de modificação objetiva da instância [por ter entretanto sido homologada a lista unitária de ordenação final dos candidatos do procedimento concursal comum de recrutamento, aberto pelo aviso (extrato) n.º 8365/2011] pedindo ainda:

1- que se declare a anulação do ato de homologação dessa lista de classificação final relativa ao procedimento concursal de recrutamento aberto pelo Aviso (extrato) n.º 8365/2011;

2- Condenação da Ré na repetição das operações inerentes a esse procedimento concursal, corrigindo a classificação atribuída nas provas de conhecimentos nas entrevistas profissionais de seleção nos termos peticionados.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Na sequência da Contestação do Município de Leiria, onde se invocou a exceção de caducidade do direito de ação (por estar esgotado o prazo de 3 meses legalmente previsto para efeitos de propositura da ação, constatando-se a extemporaneidade da mesma) o Tribunal decidiu, em despacho saneador, que a ação é extemporânea e, em consequência, absolveu o Réu Município dos pedidos formulados nas alíneas a), b), c) e d).

No que toca ao pedido de modificação objetiva da instância, o Município alegou não estarem reunidos os requisitos legais previstos para o efeito. No Despacho Saneador, o Tribunal veio igualmente dar razão ao réu Município, entendendo que os atos consequentes, como o ora impugnado (lista unitária de ordenação final dos candidatos) têm como pressuposto que o ato primitivo (o pedido supra explicitado) que se mantém válido e é impugnável e, em consequência, não admitiu a solicitada modificação objetiva da instância.

Relativamente aos pedidos formulados em e), f), g) h), o Tribunal entendeu que os mesmos não estão sujeitos a prazo de interposição, na medida em que decaindo todos os demais pedidos que tinham de seguir a forma de processo de “ação administrativa especial”, por força do disposto no artigo 5.º do CPTA, estes últimos pedidos seguem a forma de processo relativo à “ação administrativa comum”. Assim, o Tribunal entendeu estarem reunidas as condições para, relativamente aos pedidos atrás explicitados nas alíneas e), f), g) e h), mandar prosseguir a ação sob a forma de processo de “ação administrativa comum”, cujo mérito será apreciado pelo Tribunal.

**47) PROCESSO: Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 396/12.1BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autor- Manuel Brás Franco

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessada: Andreia Sofia Rodrigues Mota Marques

**VALOR DA AÇÃO:** Indeterminável

**PEDIDO:** Anulação do Despacho emitido pelo Município que ordenou a retirada do portão e restantes materiais da propriedade do Autor, em Regueira de Pontes.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda prolação de Despacho Saneador.

**48) PROCESSO: Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 701/12.0BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autora- Almerinda Faria Fiúza Pedro

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** Indeterminável

**PEDIDO:** a Autora peticiona o seguinte:

- a) Ser declarada a incompetência do Réu para poder decidir o que decidiu no que deu causa à ação;

- b) Ser declarada a nulidade do ato administrativo constante do despacho emitido pelo Município e que decretou a demolição do muro existente no prédio da Autora, bem como a abertura do caminho;
- c) O Réu ser condenado a reconhecer a nulidade do ato administrativo identificado no ponto anterior e consequentemente abster-se da prática de qualquer ato executivo de demolição do muro e abertura de caminho;
- d) Ser o Réu condenado em custas

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Apresentámos Contestação. Aguarda os ulteriores trâmites processuais.

**49) PROCESSO: Ação administrativa comum- forma ordinária n.º 644/12.8BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autor- Francisco Rodrigues de Paiva Silvano

Réu: Município de Leiria e outros

**VALOR DA AÇÃO:** 130.000,00 €

**PEDIDO:** serem os Réus solidariamente condenados a pagar ao Autor, a título de indemnização pelos danos patrimoniais e não patrimoniais sofridos, a quantia de 130.000 € acrescida de juros à taxa legal desde a citação até efectivo e integral pagamento.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Realizada recentemente inspeção judicial, aguarda marcação de julgamento.

**50) PROCESSO: Ação Administrativa Especial com pretensão conexa com atos administrativos n.º 596/12.4BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autora- Cristina Santos Sousa

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 6.600,00€

**PEDIDO:** 1- que entre a Autora e o Réu vigorou um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com início em 01/02/2006 e termo em 01/02/2012;

- a) que a Autora foi recrutada com observância estrita das regras aplicáveis a contratação de trabalhadores em regime de “contrato de trabalho por tempo indeterminado” “em condições de igualdade e liberdade” com todos os outros candidatos;
- b) que durante o período em que trabalhou por conta do Réu integrou sempre o mapa de pessoal do Município, com a categoria Técnica Superior de Engenharia Civil;
- c) que as funções desempenhadas pela a Autora e determinadas pelo Réu e enquanto se encontrou ao serviço deste têm carácter permanente encontrando-se consagradas e descritas nos mapas de pessoal do Município;
- d) que a contratação da autora a termo resolutivo certo foi abusiva e ilegal, implicando *ab initio* a

- conversão do seu contrato a termo em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- e) que a duração por 6 anos do contrato da Autora equivale ao reconhecimento da necessidade de ocupação de um posto de trabalho com recurso a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;
  - f) que a declaração de caducidade do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado existente entre a Autora e Réu, configura um despedimento ilícito, o qual, por não ter sido precedido de prévio processo disciplinar, é nulo e de nenhum efeito alínea a) do do artigo 271º da Lei 59/2008, de 11 de Setembro, e em consequência,

2- Condenar-se o Réu a reconhecer o referido nas antecedentes alíneas, bem como a pagar à Autora:

- a) uma indemnização por despedimento correspondente a 30 dias de remuneração base por cada ano completo ou fração de serviço, se até à Sentença a Autora não optar pela reintegração ao serviço, no montante de 6.600,00 €, acrescida dos juros de mora à taxa legal, a contar da data de citação e até integral pagamento;
- b) a que lhe sejam pagas todas as remunerações que deixou de auferir por força do despedimento, incluindo férias, subsídio de férias e de natal e subsídio de alimentação, desde os 30 dias que precederam a instauração dos presentes autos até ao trânsito em julgado da Sentença.

Contudo, e na hipótese de vir a entender-se que não se operou a conversão do contrato de trabalho da Autora em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com todas as consequências daí decorrentes e supra alegadas, pede-se:

I. Que a presente Ação seja julgada provada e procedente e, em consequência:

- a) Declara-se a anulabilidade dos despachos II e III ora impugnados por vício de forma por falta de fundamentação e por vício de violação de lei por erro nos pressupostos de Direito;
- b) Declarar-se e a reconhecer-se que entre a Autora e o Réu vigorou um contrato de trabalho com início em 01/02/2006 e termo em 01/02/2012;
- c) Condenar-se o Réu a reconhecer o referido nas antecedentes alíneas;
- d) A condenar-se o Réu a pagar à Autora a compensação que lhe é devida no valor de € 6.590,98, acrescida de juros de mora à taxa legal, a contar da data da citação e até integral pagamento pela caducidade do contrato de trabalho antes mencionado;
- e) A condenar-se o Município a proceder ao pagamento da referida compensação num prazo não superior a 8 dias, contados da data do trânsito em julgado da Sentença, por cada dia de atraso no incumprimento a suportar pelos membros do executivo municipal;
- f) A declarar-se e a reconhecer-se que a duração por 6 anos do contrato da autora equivale ao reconhecimento da necessidade de ocupação de um posto de trabalho com recurso à relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.



- g) Condenar-se o Réu a reconhecer o referido nas antecedentes alíneas.
- h) A condenar-se o Município a diligenciar como referido nas precedentes alíneas, num prazo não superior a 8 dias, contados da data do trânsito em julgado da Sentença, por cada dia de atraso no incumprimento a suportar pelos membros do executivo municipal.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Celebrado acordo, aguarda-se prolação de Sentença homologatória da Transação.

**51) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 622/12.7BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Impugnante- Auto-Sueco (Coimbra), Lda

Impugnado: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 29.275,74 €

**PEDIDO:** a autora peticiona o seguinte:

a) Ser totalmente anulado, com fundamento em ilegalidade e inconstitucionalidade de norma, o ato de liquidação da taxa municipal pela emissão do respetivo alvará de licença para construção, ampliação e alteração de um conjunto de edifícios destinados a “showroom” e oficina de veículos e construção de muros de vedação com respeito às instalações de Leiria da impugnante, sitas no Alto do Vieiro, levada a cabo pelo Município de Leiria, no valor de 29.275,74 €;

Ou em alternativa,

b) Ser permitido à impugnante abater à “Taxa de Realização, Reforço e Manutenção de Infra-Estruturas Urbanísticas”, a quantia por si suportada com a construção e remodelação da ETAR, no valor de 31.246,00 €, por aplicação extensiva ao caso do ponto 3.5 do artigo 2º da Tabela Anexa ao RTTML.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda agendamento de audiência para inquirição de testemunhas.

**52) PROCESSO: Ação Administrativa Comum- forma ordinária n.º 378/10.8BECBR a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor: Condop- Construções e Obras Pública, S.A. (atualmente Massa Insolvente da Condop- Construções e Obras Pública, S.A.)

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 312.448,63 €

**PEDIDO:** Condenação do Município ao pagamento da importância global de 312.448,63 €, a título de juros de mora por atraso no pagamento de determinadas facturas e de indemnização por atraso no pagamento, bem como a proceder ao pagamento das facturas em dívida ao BPI Factoring.

Para tanto, alega que no domínio de um contrato de empreitada de obras públicas celebrado entre Município e a Condop - Construções e Obras Públicas, S.A., o Município não efectuou o pagamento de diversas faturas na



data aprazada, e que, por via disso, lhe causou danos decorrentes de constrangimentos financeiros e perda de credibilidade bancária.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Encontra-se a aguardar marcação da data para audiência de discussão e julgamento.

**53) PROCESSO: Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 1496/08.8BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autora- Maria Almeida dos Santos

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 331,20 €

**PEDIDO:** Impugnar ato decisório de indeferimento de pedido de indemnização e pedir a sua condenação na prática do ato requerido. Que o ato seja considerado nulo, ou, se assim não se entender, ser o mesmo anulado e revogado, sendo o Município condenado a deferir o requerido pedido indemnizatório no valor de € 331,20.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Na sequência da renúncia do mandatário da Autora nos presentes autos, foi esta notificada para constituir novo mandatário no prazo de vinte dias, com a advertência de ser declarada a suspensão da instância. Decorrido tal prazo, a Autora não constitui novo Mandatário, pelo que o tribunal ordenou a suspensão da instância, observando o disposto no artigo 39º do Código de Processo Civil. Por aplicação do disposto no artigo 285º do CPC, a suspensão da instância dará lugar a interrupção da instância quando o processo estiver parado durante mais de um ano, cessando a interrupção se a autora juntar procuração. Considerar-se-á deserta a instância, independentemente de qualquer decisão judicial, quando estiver interrompida durante 2 anos.

**54) PROCESSO: Ação Administrativo n.º 130/07.8BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- Dionísio da Silva Rodrigues e outros

Réu: Valorlis- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Contra-interessados: Município de Leiria e outros

**VALOR DA AÇÃO:** 14.963,95 €

**PEDIDO:** a) seja declarado nulo e/ ou anulada a deliberação de 24/10/2006 da assembleia geral da Valorlis.

b) Que a Valorlis seja condenada a:

- 1) Respeitar o artigo 5º do Acordo Parassocial.
- 2) A encerrar de imediato ou em prazo a fixar o aterro da Quinta do Banco, praticando todos os atos necessários a esse facto.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferido Despacho Saneador.

A Valorlis apresentou Reclamação para Conferência do Despacho, pelo que se aguarda prolação de decisão sobre a Reclamação.

**55) PROCESSO: Ação Administrativa Especial n.º 823/07.0BELRA-A que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- AFMER- Actividades Hoteleiras e Promoção de Espectáculos, Lda

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 15.000,00 €

**PEDIDO:** Que seja declarada a invalidade do ato administrativo praticado pelo despacho datado de 07/07/05- informação n.º 202/2007.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferida Sentença que julgou totalmente improcedente a ação, e, em consequência, absolveu a entidade demandada do pedido, com condenação da autora em custas. A Sentença já transitou em Julgado. Apresentámos Requerimento de Custas de Parte. Foi entretanto celebrado acordo para pagamento das custas de parte em prestações.

**56) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 134/11.6BELRA que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Impugnante- LCC LEIRIASHOPPING- Centro Comercial, S.A.

Impugnado: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 423.896,80 €

**PEDIDO:** Que sejam julgados nulos, anulados ou inexistentes os atos impugnados, isto é os atos de liquidação das taxas municipais pela realização de infra-estruturas urbanísticas no montante de 383.617,29 € e de 40.279,51 €, cobrados na sequência dos deferimentos de pedidos de licenciamento de obras de ampliação e alteração de um centro comercial, relativo ao processo camarário n.º 1029/05 e ainda que seja declarada a existência de erro dos serviços e reconhecido à impugnante o direito a juros indemnizatórios sobre as quantias impugnadas.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda os ulteriores trâmites processuais aplicáveis.

**57) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 1062/12.3BELRA que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- Adail Gonçalves da Silva

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 30.000,01 €

**PEDIDO:** que seja declarado nulo ou anulado o ato impugnado com as legais consequências, ou seja, o despacho de 20 de Abril de 2012, que indeferiu a reclamação do Autor contra o ato que homologou a sua avaliação de desempenho referente ao ano de 2010.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda prolação de Sentença.

**58) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 1063/12.1BELRA que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- Adail Gonçalves da Silva

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 30.000,01 €

**PEDIDO:** que seja declarado nulo ou anulado o ato impugnado com as legais consequências, ou seja, o Despacho de 20 de Abril de 2012, que indeferiu a reclamação do Autor contra o ato que homologou a sua avaliação de desempenho referente ao ano de 2011.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda prolação de Sentença.

**59) PROCESSO: Ação Executiva n.º 4789/12.6TBLRA, a correr termos no 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.**

**PARTES:** Exequente- Município de Leiria (SMASL)

Executado: Álvaro Manuel Pereira Barbosa

**VALOR DA AÇÃO:** 247,03€

**PEDIDO:** cobrança de dívida.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Intentámos Ação Executiva. Aguarda os ulteriores trâmites processuais.

**60) PROCESSO: Ação Executiva n.º 4793/12.4TBLRA, a correr termos no 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.**

**PARTES:** Exequente- Município de Leiria (SMASL)

Executado: Maria Jesus Pedrosa Alves

**VALOR DA AÇÃO:** 602,00€

**PEDIDO:** cobrança de dívida.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Intentámos Ação Executiva. Aguarda os ulteriores trâmites processuais.

**61) PROCESSO: Ação Executiva n.º 4790/12.0TBLRA, a correr termos no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.**

**PARTES:** Exequente- Município de Leiria (SMASL)

Executado: Ana Rute Neves Pedrosa

**VALOR DA AÇÃO:** 604,95€

**PEDIDO:** cobrança de dívida.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Intentámos Ação Executiva. Aguarda os ulteriores trâmites processuais.

**62) PROCESSO: Ação Executiva n.º 4772/12.1TBLRA, a correr termos no 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.**

**PARTES:** Exequente- Município de Leiria (SMASL)

Executado: Artur Jesus Ferreira Canhão

**VALOR DA AÇÃO:** 335,44€

**PEDIDO:** cobrança de dívida.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Intentámos Ação Executiva. Pagamento para a conta do Agente de Execução de 2 prestações, uma no valor de 335,48 € e outra no valor de 159,10 €.

**63) PROCESSO: Ação Executiva n.º 4220/12.7TBLRA, a correr termos no 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.**

**PARTES:** Exequente- Município de Leiria (SMASL)

Executado: Leonel Vidal dos Santos

**VALOR DA AÇÃO:** 4.826,01€

**PEDIDO:** cobrança de dívida:

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Intentámos Ação Executiva. Tentativa de penhora frustrada, aguardando os ulteriores trâmites processuais.

**64) PROCESSO: Providência Cautelar n.º 1148/12.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Requerente- Graciete da Silva Santos Reis

Requerido: Município de Leiria (Vereador do Pelouro do Ordenamento do Território, Urbanismo e Obras Municipais da C.M.L.)

**VALOR DA AÇÃO:** Indeterminável

**PEDIDO:** que o Município seja condenado a:

- a) decretar a suspensão de eficácia do despacho emitido pelo Requerido, que decretou a demolição do muro existente no prédio da Requerente e identificado em 1º, bem como a abertura do caminho no mesmo local;
- b) a reconhecer essa suspensão de eficácia e, conseqüentemente, abster-se da prática de qualquer ato executivo de demolição do muro e abertura de caminho, até decisão com trânsito em julgado da ação principal de que depende esta providência;
- c) declarado prescrito do direito do Requerido, com todas as conseqüências legais daí resultantes;
- d) a pagar as custas.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Foi proferido Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo Sul que negou provimento ao recurso e julgou improcedente o processo cautelar, assim confirmando a sentença proferida

pelo TAF de Leiria. Encontra-se aguardar notificação por parte da secretaria judicial relativamente a conta de custas, após o que será efectuado o competente requerimento de custas de parte.

**65) PROCESSO: Ação Administrativa Comum n.º 515/05.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autor- Vítor Manuel dos Santos Lourenço;

Réu: Município de Leiria (e Outros)

**VALOR DA AÇÃO:** 10.359,41 €

**PEDIDO:** que o Réus:

- a) Sejam declarados culpados pela produção do acidente descrito no artigo 1º da petição inicial,
- b) Sejam solidariamente condenados a pagar ao Autor o montante global de 10.359,41 € a título de indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais, acrescido de juros de mora à taxa legal de 4% desde a citação até efetivo e integral pagamento.
- c) Sejam condenados a pagar ao Autor as importâncias que se vierem a liquidar em execução de sentença correspondentes ao valor dos danos sofridos com a desvalorização do veículo, bem como o custo da respetiva reparação.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferido despacho em 15/04/2013 a declarar suspensão a Instância, na sequência do mandatário constituído pelo Autor ter a sua inscrição suspensa na Ordem dos Advogados.

**66) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 1190/12.5BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Impugnante- RESTOH- Restauração e Catering, S.A.

Impugnado: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 539,28 €

**PEDIDO:** a) que seja declarada a nulidade do ato de cobrança ora impugnado, por padecerem as normas regulamentares- camarárias em que assentou a respetiva liquidação, de vício de ilegalidade, cominados nos termos que vão expressos, designadamente por violação do n.º 1 do artigo 5º, do artigo 13º n.º 2, e da alínea b) e c) do n.º 3 do artigo 15º da Diretiva Serviços, sendo igualmente desconformes ao artigo 8º do DL 92/2010, de 26 de Julho, bem como ao artigo 31º do Dec. Lei 48/2011, de 1 de Abril, e ao artigo 1º da Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto, com a redação que lhe é dada por aquele Decreto- Lei 48/2011;

b) suscitando-se a oportunidade do reenvio prejudicial da matéria sub judice ao TJUE para aferir da questão da aplicabilidade, ao caso concreto, da Diretiva Serviços 2006/123/CE de 12 de Dezembro de 2006 e demais disposições de Direito da União que igualmente vão supra invocadas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 267º do TFUE- juízo de oportunidade que caberá *ex officio* a este Tribunal;

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda prolação de Sentença.

**67) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 1095/12.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Impugnante- IBERKING- Restauração, S.A.

Impugnado: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 539,28 €

**PEDIDO:** a) que seja declarada a nulidade do ato de cobrança ora impugnado, por padecerem as normas regulamentares- camarárias em que assentou a respetiva liquidação, de vício de ilegalidade, cominado nos termos que vão expressos, designadamente por violação do n.º 1 do artigo 5º, do artigo 13º n.º 2, e alínea b) e c) do n.º 3 do artigo 15º da Diretiva Serviços, sendo igualmente desconformes ao artigo 8º do DL 92/2010, de 26 de Julho, bem como ao artigo 31º do Dec. Lei 48/2011, de 1 de Abril, e ao artigo 1º da Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto, com a redação que lhe é dada por aquele Decreto- Lei 48/2011;

b) suscitando-se a oportunidade do reenvio prejudicial da matéria sub judice ao TJUE para aferir da questão da aplicabilidade, ao caso concreto, da Diretiva Serviços 2006/123/CE de 12 de Dezembro de 2006 e demais disposições de Direito da União que igualmente vão supra invocadas, nos termos e para disposto no artigo 267º do TFUE- juízo de oportunidade que caberá *ex officio* a este Tribunal.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda prolação de Sentença.

**68) PROCESSO: Ação Administrativa Comum- forma sumária n.º 1329/12.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autor- Alexandra Isabel de Jesus Santos Ribeiro

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 10.206,63 €

**PEDIDO:** Condenação do Município a pagar à Autora a quantia de 10.206,63 €, acrescida de juros à taxa legal até integral e efetivo pagamento, a título de compensação por força da caducidade de contrato de trabalho.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda ulteriores trâmites processuais.

**69) Processo: Ação Executiva n.º 5852/12.9TBLRA, a correr termos no 5º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.**

**PARTES:** Exequente- Município de Leiria (SMASL)

Executado: Carla Cristina Oliveira Freitas

**VALOR DA AÇÃO:** 868,24€

**PEDIDO:** cobrança de dívida.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Intentámos Ação Executiva. Aguarda os ulteriores trâmites processuais.

**70) Processo: Ação Executiva n.º 5864/12.2TBLRA, a correr termos no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.**

**PARTES:** Exequente- Município de Leiria (SMASL)

Executado: Manuel Martinho Duarte Rosa

**VALOR DA AÇÃO:** 930,92€

**PEDIDO:** cobrança de dívida.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferida Sentença pelo Tribunal Judicial de Leiria, que julgou-se materialmente incompetente para conhecer a execução intentada. Apresentámos Recurso para o Tribunal da Relação de Coimbra a requerer que seja revogada a sentença, sendo a mesma substituída por outra que julgue o Tribunal materialmente competente para o conhecimento da ação executiva.

Declaração de Insolvência em 07/05/2006. Encerramento do processo de Insolvência em 07/12/2012. Comunicação ao Agente de Execução informando que não se desiste da Ação Executiva uma vez que o processo de insolvência já foi encerrado. Aguarda ulteriores trâmites processuais.

**71) Processo: Ação Executiva n.º 5852/12.9TBLRA, a correr termos no 5º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.**

**PARTES:** Exequente- Município de Leiria (SMASL)

Executada: Lúdia Leal Lopes

**VALOR DA AÇÃO:** 577,18 €

**PEDIDO:** cobrança de dívida.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Intentámos Ação Executiva. Tendo havido incumprimento do acordo celebrado, foi apresentado requerimento a requerer o prosseguimento do processo de execução.

**72) Processo: Ação Executiva n.º 4770/12.5TBLRA, a correr termos no 5º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.**

**PARTES:** Exequente- Município de Leiria (SMASL)

Executado: Rustilis- Investimentos Imobiliários, Lda

**VALOR DA AÇÃO:** 2.978,02 €

**PEDIDO:** cobrança de dívida.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Intentámos Ação Executiva. Aguarda os ulteriores trâmites processuais.

**73) Processo: Ação Executiva n.º 827/12.0TBPTG, a correr termos no 1º Juízo do Tribunal Judicial de Portalegre**

**PARTES:** Exequente- Município de Leiria

Executados: João Maria Santos e Maria Arminda Alegria Santos Matos

**VALOR DA AÇÃO:** 1.308,60 €

**PEDIDO:** cobrança de dívida.



**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Intentámos Ação Executiva. Aguarda os ulteriores trâmites processuais.

**74) Processo: Processo de Insolvência n.º 6814/11.9TBPTG, a correr termos no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria**

**PARTES:** Insolvente- Provilei- Associação de Solidariedade Social , IPSS

Exponente: Município de Leiria

**PEDIDO:** o Município de Leiria é interessado enquanto proprietário da raiz do direito de superfície que faz parte da massa insolvente.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda marcação de Escritura de transmissão de direito de superfície.

**75) Processo: Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 943/08.3BELRA-A a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- Júlio Manuel Barroso Gomes

Réu: Município de Leiria

Contra- Interessado: Manuel José Gonçalves Rebelo (e outro)

**VALOR DA AÇÃO:** 46.800,01 €

**PEDIDO:** Pedido de declaração de nulidade ou anulação de ato administrativo que determinou a cessação da utilização do rés-do-chão de moradia.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda prolação de Sentença.

**76) Processo: Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 302/06.2BELSB a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- Sindicatos dos Trabalhadores das Administração Local;

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 14.963,95 €

**PEDIDO:** a) que seja declarada que a entidade demandada omitiu, no prazo legalmente fixado, a prática de um ato que estava legalmente adstrita a praticar, uma vez que sobre o pagamento do acréscimo de remuneração devido pela prestação de trabalho em dia de feriado;

b) que seja reconhecido que os associados do A. prestaram diversas horas de trabalho em dias feriado ao longo do ano de 2004, tendo consequentemente direito à percepção do acréscimo de remuneração previsto no n.º 3 do artigo 33º do DL n.º 259/98;

c) que a entidade demandada seja condenada a proferir em 15 dias, um ato a processar a cada um dos associados do Autor o acréscimo de remuneração de 200% sobre o valor de cada hora de trabalho prestada em dia feriado ao longo do ano de 2004, estipulando-se o montante da sanção pecuniária compulsória destinada a prevenir o incumprimento desse prazo por parte da entidade demandada.



**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda os ulteriores trâmites processuais aplicáveis.

**77) Processo: Ação Executiva n.º , a correr termos no Tribunal do Baixo Vouga- Juízos de Ovar**

**PARTES:** Autor- Município de Leiria

Réu: Planet Gems- Comércio e Representações, Lda e José Silva Azevedo

**VALOR DA AÇÃO:** 249,25 €

**PEDIDO:** cobrança de dívida.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Não foram encontrados quaisquer bens susceptíveis de penhora.

**78) PROCESSO: Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 1222/12.7BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autora- Graciete da Silva Santos Reis

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** Indeterminável

**PEDIDO:** a) Que seja declarada a incompetência do Município para poder decidir o que decidiu no Despacho que deu causa a esta Ação.

b) Que seja declarada a nulidade do ato administrativo constante do despacho emitido pelo Réu e que decretou a demolição do muro existente no prolongamento do arruamento público, denominado Beco da Barrada, que ocupa o espaço do caminho público necessário ao trânsito local, no prédio da Autora;

c) Que o Município seja condenado a reconhecer a nulidade do ato administrativo identificado no ponto anterior e consequentemente abster-se da prática de qualquer ato executivo de demolição do muro e abertura de caminho;

d) Condenação do Réu em custas.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, absolvendo o Réu Município da instância. A Autora apresentou Recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul. O TCA Sul entendeu que da Sentença proferida pelo TAF de Leiria cabia Reclamação para a Conferência e não Recurso Jurisdicional, pelo que determinou a baixa dos Autos ao TAF de Leiria para que o Tribunal de 1ª Instância:

- afira se estão preenchidos os pressupostos para se poder admitir a convolação do meio processual (ou seja, a convolação de Recurso Jurisdicional em Reclamação para a Conferência), designadamente no que concerne à tempestividade;

- caso se mostrem reunidos tais pressupostos, que o referido Recurso Jurisdicional seja entendido como Reclamação para a Conferência e assim apreciado pelo TAF de Leiria.

O TAF de Leiria proferiu despacho decidindo não convolar o requerimento de interposição de recurso em reclamação para a conferência.

A Autora inconformada com este Despacho apresentou Recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul. O Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria proferiu novo despacho decidindo convolar este último recurso em Reclamação para o Presidente do Tribunal Central Administrativo Sul.

**79) Processo: Ação Executiva n.º 1299/13.8TBLRA, a correr termos no 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.**

**PARTES:** Exequente- Município de Leiria (SMAS);

Executado: Carlos Manuel Conceição Gonçalves

**VALOR DA AÇÃO:** 3.565,72 €

**PEDIDO:** Cobrança de dívida referente a ramal de saneamento e água.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Intentada Ação Executiva. O Agente de Execução procedeu à penhora de dois veículos automóveis. Aguarda ulteriores trâmites processuais.

**80) Processo: Processo de Impugnação n.º 420/13.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Impugnante- IberSande Restauração

Impugnado: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 539,98 €

**PEDIDO:** Extinção do ato de cobrança de taxa de licença de publicidade, por vício de ilegalidade.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda prolação de Sentença.

**81) Processo: Processo de Insolvência n.º 4037/12.9TBLRA, a correr termos no 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.**

**PARTES:** Insolvente: Vigolarte- Engenharia e Construção, Lda

Reclamante: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 563,14 €

**PEDIDO:** Ação declarativa para verificação ulterior de créditos.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferida Sentença que julgou reconhecido o crédito reclamado pelo Município de Leiria, no valor de € 563,14. Proferida Sentença de verificação e graduação créditos.

**82) Processo: Ação Administrativa comum n.º 712/13.9BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autora- Pragosa Ambiente, S.A.

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 50.531,82 €

**VALOR DA RECONVENÇÃO:** 96.659,73 €

**PEDIDO:** a condenação do Município a pagar à Autora a quantia de € 49.044,82, acrescida de juros vencidos no montante de € 1.487,00, e de juros vincendos, à taxa legal, desde a data da citação até integral e efectivo pagamento e ainda no pagamento de custas, incluindo custa de parte.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Apresentámos Contestação com pedido reconvenicional. A autora apresentou réplica à qual apresentámos contraditório, estando agora a aguardar ulteriores trâmites processuais.

**83) Processo: Processo de Insolvência n.º 4418/12.8TBLRA-C a correr termos no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria**

**PARTES:** Autor- Município de Leiria;

Réu: Farlis, Ld<sup>a</sup>

**VALOR DA AÇÃO:** 161,26 €

**PEDIDO:** Ação declarativa para verificação ulterior de créditos (origem do crédito- serviços de verificação meteorológica).

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferida Sentença que julgou verificado o crédito reclamado pelo Município de Leiria no valor de €158,58, o qual deverá ser pago juntamente com os demais créditos comuns reconhecidos, rateadamente, na proporção dos respetivos montantes, à exceção dos juros vencidos sobre o capital após a declaração de insolvência, os quais deverão ser pagos, rateadamente, com os demais créditos subordinados e depois de integralmente satisfeitos os créditos comuns.

**84) Processo: Ação Administrativa Comum n.º 834/13.6BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autora- Ilda de Oliveira Rodrigues;

Réus: Freguesia de Cortes e Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 6.000,00 €

**VALOR DA RECONVEÇÃO:** o da Ação.

**PEDIDO:** a) Condenação dos réus ao reconhecimento que a herança aberta por óbito do marido da Autora é a única e exclusiva dona e proprietária do prédio descrito na matriz rústica da freguesia de Cortes sob o art. 3166;

b) que a faixa de terreno com 26 metros de comprimento e 2,20 metros de largura, que confina directamente com a Rua da Fonte, que aquelas autarquias pretendem ocupar, de modo a alargar aquela via pública, faz parte integrante do prédio descrito;

c) a pagar à herança representada pela A. a importância de 6.000,00 €, a título de indemnização pelos prejuízos causados com a destruição das cepas e remoção e retirada de terras do prédio em causa;

d) A abster-se da prática de atos que perturbem, dificultem ou impeçam o exercício de todos e quaisquer

direitos por parte dos herdeiros na herança ilíquida e indivisa aberta por óbito do marido da Autora em relação àquele prédio.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Apresentámos Contestação e deduzimos Reconvenção.

Aguarda ulteriores trâmites processuais. A autora apresentou réplica ampliando o pedido no sentido dos Réus serem ainda condenados a proceder à construção de muro de suporte de terras em toda a extensão do prédio da herança que confina com a via pública; se houver recusa nessa construção, que os Réus suportem as despesas com a construção do mesmo a levar a cabo pela Herança, despesas essas a relegar para execução de sentença. Aguarda ulteriores trâmites processuais.

**85) Processo: Ação Administrativa Comum n.º 958/13.0BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autora- Aquino Construções S.A., em Liquidação;

Réus: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 5.373,49 €

**PEDIDO:** a) a pagar à Autora a quantia de € 5.292,49, acrescida de juros vencidos no montante de € 81,00, o que perfaz a quantia total de € 5.373,49, e vincendos até efetivo e integral pagamento.

b) no pagamento de custas, incluindo custas de parte.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Suspensão da instância por 30 dias, para tentativa de resolução consensual do litígio.

**86) Processo: Ação Administrativa Comum Ordinário n.º 3292/13.1TBLRA a correr termos no 5º Juízo Cível no Tribunal Judicial de Leiria.**

**PARTES:** Autor- Município de Leiria;

Réus: Irmãos Brites, Lda e José Cândido e mulher Maria Violante Lopes Machado;

**VALOR DA AÇÃO:** 30.000,01 €

**PEDIDO:** 1-a) declarar-se que a parcela em formato triangular sita no loteamento 27/81, atualmente registada em nome da empresa Ré, pertence ao domínio público do Município de Leiria, sendo este o seu dono e legítimo possuidor;

b) Declarar-se que esta parcela, por força do alvará de loteamento n.º 484, constitui área de cedência do Loteamento n.º 27/81 destinando-se a espaço verde de utilização colectiva;

c) Declarar-se que de acordo com o citado alvará e planta anexa não lhe poderá ser dado qualquer outro uso;

d) Declarar-se que esta parcela mede 261, 07 m2 e que confronta de Sul – Lote 1, do Nascente – Lotes 2 e 3, do Norte – com o edifício licenciado pelo processo n.º 1191/89, em nome da empresa Ré e do Poente com Maria Vieira Repolho e outros.

2- Os Réus serem condenados:

- a) A reconhecer o que vem pedido no número anterior e, em consequência;
- b) A restituir a parcela em litígio ao domínio público municipal;
- c) A abster-se de praticar qualquer ato sobre a citada parcela;
- d) A demolir todas as obras executadas na aludida parcela, designadamente os muros ali existentes;
- e) A remover tudo que colocou sobre aquela, designadamente o lixo e materiais ali existentes.

**3-** Declararem-se nulos quaisquer atos jurídicos que porventura tivessem servido de título bastante para os atos de registo predial da parcela em discussão nos autos, designadamente as escrituras de justificação a favor dos 1ºs Réus e de aquisição da referida parcela a favor da 2ª Ré.

**4-** Proceder-se, de imediato, ao cancelamento do registo – o que desde já se requer – feito sob o nº 2026/20010528, da freguesia de Leiria, na 1ª Conservatória do Registo Predial de Leiria, relativo à parcela em discussão nos autos.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda ulteriores trâmites processuais.

**87) PROCESSO: Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 1298/13.0BELRA-A, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autor- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL)

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 30.000,01 €

**PEDIDO:** Declaração de nulidade ou anulabilidade do despacho n.º 88/2013 (DIRH), proferido pelo Presidente da Câmara Municipal de Leiria em 11/09/2013.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda ulteriores trâmites processuais.

**88) Processo: Processo Cautelar n.º 1401/13.0BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autor- Lis Tiger Club;

Réu: Câmara Municipal de Leiria;

**VALOR DA AÇÃO:** 8.669,78 €

**PEDIDO:** anulação dos atos que decidiram os valores apurados no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo (PAAD)- período compreendido entre Setembro de 2011 e Julho de 2012 e época desportiva 2010/2011 e ser a Ré Câmara Municipal de Leiria condenada a reconhecer que a Autora tem direito, para além das quantias que já lhe foram atribuídas, às quantias de 5.765,92 € a título de apoio concedido no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo referente à época desportiva de 2010/2011 e 2.903,86 €, a título de apoio concedido no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo referente ao período compreendido entre Setembro de 2011 e Julho de 2012.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda ulteriores trâmites processuais.

**89) Processo: Ação Administrativa Comum n.º 1475/13.3BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autores- Moniz & Ribeiro, Ld<sup>a</sup>, Alzira da Costa e Silva, Manuel José da Costa e Silva e Maria Emília Moreira Figueiredo e Silva;

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 536.261,00 €

**PEDIDO:** que a presente Ação seja julgada procedente e provada e, em consequência:

a) Declarar-se que a Autora adquiriu os direitos e obrigações que MANUEL OLIVEIRA e SILVA e ALZIRA da COSTA e SILVA detinham no protocolo assinado no dia 08/05/2006 e condenar-se o Réu a reconhecer à A. esses direitos.

b) Condenar-se o Réu a pagar à Autora a quantia de 520.642,00 €, acrescida dos respetivos juros que até 08/12/2013 estão vencidos no montante de 15.619,00 € e dos vincendos à data legal até efetivo pagamento.

Subsidiariamente e para a hipótese de virem a ser julgados improcedentes os pedidos formulados em a) e b):

c) Condenar-se o Réu a demolir todas as obras que realizou no prédio da Autora, a retirar dele todos os materiais resultantes da demolição e a restituí-lo no estado em que se encontrava antes da execução das obras que nele construiu.

Subsidiariamente e para a hipótese de se julgar improcedente o pedido formulado em c):

d) deve o Réu ser condenado a pagar à 2º e 3º Autoras a quantia de 520.642,00 € acrescida dos respetivos juros que até 08/12/2013 estão vencidos no montante de 15.619,00 € e dos vincendos à taxa legal até efetivo pagamento.

e) Condenar-se o Réu nas custas e procuradoria.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda ulteriores trâmites processuais.

**90) PROCESSO: Ação de Administrativa Especial n.º 1647/13.0BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autor- Anabela Rosa Mota

Réu: Município de Leiria e outros

**VALOR DA AÇÃO A INTENTAR:** 30.000,01 €

**PEDIDO:** a) Ser declarada a anulação do alvará 341/13 emitida a favor dos Réus

b) ser destituído de técnico da obra por irregularidades e falsidades declaradas Vítor Manuel Ferreira Lopes;

c) averiguar quais os técnicos responsáveis por todo o processo conducente à emissão do alvará 341/13 devendo ser levantado o respetivo processo disciplinar por incumprimento das obrigações legais que sobre os mesmos impedem.

d) ser a CML citada para, querendo contestar e bem assim apresentar todo o processo relativo à presente obra, atento ser a mesma detentora de todos os originais.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Foi proferida Sentença que entendeu que a Autora carece de legitimidade ativa, assim os Réus da instância.

Apresentámos Requerimento de Custas de Parte, aguardando-se o respetivo pagamento.

**91) PROCESSO: Processo Cautelar n.º 1591/13.1BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autores- TECNITALENTOS- Academia de Cabeleireiro e Estética, Lda; Luís Filipe Alves Lourenço; Paula Fernanda Oliveira de Faria Pires

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO A INTENTAR:** 250.000,00 €

**PEDIDO:** que a presente providência seja decretada, e em consequência ser decretada a suspensão da eficácia do ato pelo qual foi decretada a cessação de utilização.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferida Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria no sentido da procedência da providência cautelar, suspendendo, consequentemente, a eficácia do ato administrativo que ordenou a cessação da utilização do imóvel onde se encontra instalado o estabelecimento comercial dos requerentes.

**92) PROCESSO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 1030/07.7BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria**

**PARTES:** Autora- TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

**PEDIDO:** Impugnação do ato administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita no Seixeirinha, Serradinha, Pousos, proferido no Proc. 76/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 009359, expedido em 20 de Julho de 2007, e, em consequência, anular-se o ato recorrido, por o mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação de lei e falta de fundamentação, proferindo-se ainda, sentença que condene à prática do ato de autorização municipal da estação de telecomunicações dos autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferida Sentença que anulou o despacho de 28 de Junho de 2007, proferido pela Sr. Vereadora da Câmara Municipal de Leiria, através do qual se indeferiu o pedido de autorização relativo a uma infra-estrutura de suporte de telecomunicações designada “Pousos”, já instalada no lugar de Seixeirinha (Serradinha), em Pousos, e ordenou o respetivo desmantelamento. O Tribunal condenou o Município de Leiria a reinstruir o processo administrativo, sem incorrer nos vícios que fundamentam a anulação do ato impugnado.

A Autora apresentou reclamação para conferência, requerendo que esta seja substituída por outra que



condene o Município à prática da autorização municipal solicitada. Apresentámos oposição, requerendo que a Reclamação seja declarada improcedente.

Foi proferido Acórdão que julgou a reclamação improcedente e, em consequência, confirmou a Sentença reclamada, condenando a Reclamante no pagamento de custas. Inconformada, a Autora recorreu do Acórdão proferido pelo TAF de Leiria, advogando ter existido deferimento tácito, por se ter ultrapassado o prazo previsto no artigo 15º-4 do DL nº11/2003 e pretendendo que o Município de Leiria seja condenado “na prática de ato devido” o mesmo é dizer no ato de deferimento da autorização municipal solicitada. Este Recurso foi admitido, decorrendo prazo para apresentação de Contra-Aleagações de Recurso.

**93) PROCESSO: Processo de Insolvência n.º 4418/12.8TBLRA a correr termos no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria (origem de crédito: processo de contra-ordenação 374/2007).**

**PARTES:** Requerente: Município de Leiria

Requerida: Massa Insolvente de Farliz- Fábrica de Farinhas do Lis, Lda

**VALOR DA AÇÃO A INTENTAR:** 566,44 €

**PEDIDO:** que a Ação seja julgada procedente, por provada, e, em consequência:

- a) Ser considerado reconhecido e reclamado o crédito comum que o Município detém sobre a Insolvente no montante de 556,40 €;
- b) Ser considerado reconhecido e reclamado o crédito subordinado que a Autora detém sobre a Insolvente no montante de 10,045 €, sendo certo que estes juros se vencem até integral e efetivo pagamento;
- c) ordenada a apensação aos autos de insolvência à margem referenciados;

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferida Sentença que julgou verificado o crédito reclamado pelo Município de Leiria no valor de € 556,40, o qual deverá ser pago juntamente com os demais créditos comuns reconhecidos, rateadamente, na proporção dos respetivos montantes, à exceção dos juros vencidos sobre o capital após a declaração de insolvência, os quais deverão ser pagos, rateadamente, com os demais créditos subordinados e depois de integralmente satisfeitos os créditos comuns.

Aguardam-se os ulteriores trâmites aplicáveis ao processo de insolvência.

**94) PROCESSO: Ação Administrativa Comum n.º 626/14.5BELRA a correr termos no 1º Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autora- Matos & Neves, Lda

Réu: Município de Leiria (e outros)

**VALOR DA AÇÃO A INTENTAR:** 4.013,56 €

**PEDIDO:** que os Réus sejam condenados a pagar à A. a quantia de 4.013,56 € e os juros legais vincendos sobre 3.547,56 €, até efetivo embolso.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Apresentámos Contestação. Aguarda ulteriores trâmites processuais.



**95) PROCESSO: Ação Administrativa Comum n.º 599/14.4BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autor- José Rodrigues Carreira

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessado: Ministério da Agricultura e do Mar

**VALOR DA AÇÃO A INTENTAR:** 30.000,01 €

**PEDIDO:** Anulação do Ato Administrativo (Despacho) que incidiu sobre o Processo n.º RAN 11/2009.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda ulteriores trâmites processuais.

**96) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 479/14.3BELRA a correr termos na 2ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Impugnante- Repsol Portuguesa, S.A.

Impugnado: Vereador do Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 9.575,10 €

**PEDIDO:** a ) Julgar procedente a presente Ação de impugnação e ordenada a anulação dos atos de liquidação da taxa de publicidade relativa ao ano de 2013, no montante total de 9.575,10 €;

b) Condenar a entidade impugnada no pagamento dos custos inerentes à prestação da garantia bancária.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** aguarda ulteriores trâmites processuais.

**97) PROCESSO: Processo Comum n.º 1017/12.8TBPBL, a correr termos no 1º Juízo do Tribunal Judicial do Tribunal Judicial de Pombal**

**PARTES:** Requerente- Município de Leiria

Requerida: Cátia Sofia Gaspar Marques

**VALOR DA AÇÃO A INTENTAR:** 565,04 €

**PEDIDO:** Ação para verificação ulterior de créditos.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferida Sentença que reconheceu o crédito reclamado pelo Município de Leiria no montante de 556,40€ (coima e custas administrativas), a graduar como crédito comum, e 8,64 € (juros) com crédito subordinado.

**98) PROCESSO: Ação Administrativa Especial n.º 738/14.5BELRA a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autor- Marcelo Vieira da Silva Pedrosa

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO :** 5.000,01 €

**PEDIDO:** Ser declarada nula e de nenhum efeito ou, pelo menos, anulável a decisão da Câmara

Municipal de Leiria, que consta do ofício 1818, notificado ao Autor em 24/02/2014.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Apresentámos Contestação. Aguarda ulteriores trâmites processuais.

**99) PROCESSO: Insolvência n.º 2352/14.6TBLRA a correr termos no 2º Juízo do Tribunal Judicial de Leiria.**

**PARTES:** Insolvente- Sandrina Isabel Ribeiro, Unipessoal, Lda

Reclamante: Município de Leiria e outros

**VALOR DA AÇÃO:** 30.175,94 €

**PEDIDO:** Admissão da Reclamação de Créditos e, consequentemente, reconhecer, verificar e graduar na posição que lhe aprouver na lista de créditos reconhecidos o crédito comum do Reclamante, no montante de 30.106,74 €, bem como o seu crédito subordinado no montante de 69,20 €, a que acrescem juros de mora vincendos até integral e efectivo pagamento.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferida Sentença que decretou o encerramento do processo por insuficiência da massa insolvente. Iremos encerrar o dossiê.

**100) PROCESSO: Processo de Contra Ordenação n.º 630/2012/DSAJAL a correr termos na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.**

**PARTES:** Autor- CCDRC;

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA COIMA:** 11.250,00 € (com redução de 25% no caso do pagamento imediato)

**PEDIDO:** Na sequência de denúncia feita por Florindo Carreira, foi instaurado processo de contra-ordenação, punida com coima de 15.000,00 € a 30.000,00 € em caso de negligência e de 30.000,00 € a 48.000,00 € em caso de dolo.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Apresentámos Defesa. Aguarda ulteriores trâmites processuais.

**101) PROCESSO: Processo de Despejo n.º 3495/14.1YLPRT, a correr termos no Balcão Nacional do Arrendamento.**

**PARTES:** Autor- Município de Leiria

Ré: Palmira Alves da Cruz

**VALOR DA AÇÃO:** ----

**PEDIDO:** Ação de despejo.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Aguarda prolação de Sentença.

**102) PROCESSO: Inquérito n.º 3/14.8GELRA, a correr termos na Instância Local de Leiria.**

**PARTES:** Ofendido: Município de Leiria

Arguidos: António Tiago dos Santos Raimundo e Ricardo Manuel Soares Lourenço

**VALOR DA AÇÃO:** 287,50 €

**PEDIDO:** Pedido de Indemnização civil condenando os arguidos solidariamente a pagar à Requerente a quantia de 287,50 €, acrescida de juros de mora desde a notificação do presente pedido até integral e efectivo pagamento.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Encontra-se designado o dia 26/03/2015 às 14h00, para realização de audiência de julgamento.

**103) PROCESSO: Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 1589/14.2BELRA a correr termos pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Autor- LTC- Lis Tiger Club

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 1.450,00 €

**PEDIDO:** que seja provada a presente Ação e, em consequência:

- a) seja declarada parcialmente anulável a Deliberação Camarária de 01/07/2014, por a mesma enfermar, além do mais de vício de violação dos princípios da fundamentação, da legalidade, protecção de direitos e interesses dos cidadãos e boa fé;
- b) O Réu condenado a reconhecer que a Autora preenche os requisitos das cláusulas i), ii), iv) do critério I do regulamento de atribuição de auxílio financeiro para a atividade federada regular aprovado em 12/11/2013, de modo a ter direito a receber o apoio no valor de 8.410,00 €, ou, não se contabilizando o escalão benjamim, o valor de 7.035,00 €;
- c) Face ao limite máximo de apoio estabelecido na cláusula v) do critério I do referido regulamento, seja reconhecido que a Associação tem direito a receber o valor de 7.000,00 €;
- d) Face à assinatura do contrato-programa ProLeiria 2014 em 30/10/2014 em que a Câmara reconhece o valor a pagar de 5.550,00 €, em sede de apoio financeiro para a atividade federada regular, seja o Réu condenado que está em falta para com a Autora no valor de 1.450,00 €, pelo que;
- e) Seja o Réu condenado a celebrar contrato com a Autora à data de 31/10/2014 (data final do prazo) no valor de 1450,00 €.
- f) Seja o Réu condenado a pagar à Autora o valor de 1450,00 €, acrescido de juros à taxa legal em vigor, desde, pelo menos, da data da reclamação graciosa (11/07/2014) até efetivo e integral pagamento.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Apresentámos Contestação. Aguarda ulteriores trâmites processuais.

**104) PROCESSO: Processo n.º 3069/14.7BELRA a correr termos no Tribunal da Comarca de Leiria, Instância Local, Secção Cível, Juiz 4.**

**PARTES:** Autor- José Mário Martins Dias e esposa Margarida Rosa de Oliveira Porto Ramos Martins Dias

Réu: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 5.000,01 €

**PEDIDO:** Fixação de prazo judicial para verificação da obra e celebração da escritura pública de permuta.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Proferida Sentença que fixou em 60 dias o prazo para a realização da escritura definitiva prevista no contrato promessa de permuta. O prazo de 60 dias começa a contar-se do trânsito em julgado da presente decisão, que ocorreu em 09 de Fevereiro de 2015.

**105) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 1624/14.4BELRA a correr termos a 2ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

**PARTES:** Impugnante- Repsol Portuguesa, S.A.

Impugnado: Município de Leiria

**VALOR DA AÇÃO:** 3.205,52 €

**PEDIDO:** a) Julgar procedente a presente Ação de impugnação e ordenada a anulação dos atos de liquidação da taxa de publicidade relativa ao ano de 2014, no montante de € 3.205,52 €, considerando a violação das seguintes normas: artigo 1º, n.º 1 da Lei 97/88, de 17 de Agosto, artigo 130º do CPA e art. 77º da LGT.

b) condenar a entidade impugnada no pagamento dos custos inerentes à prestação da garantia bancária.

**ESTADO ATUAL do PROCESSO:** Decorre prazo para apresentação de Contestação.

**106) Processo: LEIRISPORT- DESPORTO, LAZER e TURISMO de LEIRIA, E.M. vs. Administração Fiscal- Impugnação Judicial nº 952/11.5 BELRA- Tribunal Tributário de Lisboa (1ª Unidade Operacional)**

- Indeferida a Reclamação Graciosa apresentada pela LEIRISPORT contra o ato de liquidação do IMPOSTO sobre as SUCESSÕES e DOAÇÕES respeitante ao ano de 2003, no valor de 3.520.965,95 € e de Juros Compensatórios no valor de 476.825,60 €, efetuada pelo 1º Serviço de Finanças de Leiria, em 16/02/2011, no Processo de Imposto Sucessório nº 52120, apresentámos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, Impugnação Judicial distribuída com o número 952/11.5 BELRA.

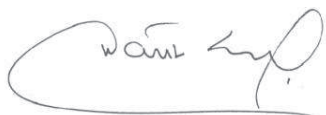
- Nessa Impugnação Judicial, peticionou-se que se declare nula, ou quando assim se não entender, anulada, a liquidação de IMPOSTO sobre as SUCESSÕES e DOAÇÕES respeitante ao ano de 2003, no valor de 3.520.965,95 € e, outrossim, a liquidação de JUROS COMPENSATÓRIOS no valor de 476.825,60 €, num total de 3.997.791,55 €, efetuada pelo 1º Serviço de Finanças de Leiria, em 16/02/2011, no Processo de Imposto Sucessório nº 52120, com todas as legais consequências, mormente com restituição à Impugnante de todas as quantias que vierem, eventualmente e entretanto, a ser pagas, acrescidas dos respetivos juros indemnizatórios que se mostrarem devidos, nos termos do artigo 43º da LGT, e com pagamento de indemnização por prestação de garantia indevida, que venha entretanto a ser prestada, nos termos do artigo 53º da LGT, tudo com as legais consequências quanto a custas.

- Em 9 de Janeiro de 2012, fomos notificados dos autos terem sido remetidos ao Tribunal Tributário de Lisboa (1ª Unidade Operacional- equipe extraordinária de juízes tributários criada pela Lei nº 59/2011, de 28 de

Novembro), conforme Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, louvado no Provimento nº 2/2012 do Tribunal Tributário de Lisboa.

- Aguardamos os ulteriores termos processuais aplicáveis.

Pombal, 16 de Fevereiro de 2015

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Mário Diogo', with a large, sweeping flourish underneath.

*Mário Diogo*

**Processos Judiciais do Município de Leiria**  
**(Pertenciam, anteriormente, à Leirisport – Desporto, Lazer e**  
**Turismo de Leiria, EM- Em Liquidação)**

**1º) Insolvente: União Desportiva de Leiria, Futebol, SAD**

**Credor Reclamante: Leirisport, E.M – Em Liquidação.**

**Proc. nº 2027/13.3TBLRA – Insolvência Pessoa Colectiva – 1ª Secção de Comércio – Juiz 2 – Comarca de Leiria – Instância Central.**

**Valor Reclamado: € 580.660,96 euros**

Valor Reconhecido provisoriamente sob condição pelo Administrador de Insolvência: **€ 580.660,96 euros**. Em face da sentença proferida no processo identificado no ponto 1º) deverá o crédito deixar de estar sob condição.

Insolvência decretada com encerramento da actividade da sociedade insolvente. Encontra-se em fase de liquidação.

**2 - A) Exequente: Leirisport, EM – Em Liquidação**

**Executados: Solplay - Exploração de Espaços Lúdicos, S.A. e Luís Alberto Henriques de Magalhães**

**Proc. nº 684/12.7TBLRA – Comarca de Leiria – Instância Central – 2ª Secção de Execução – Pombal – Juiz 1.**

Acção Executiva para cobrança de Rendas: Valor € 651.255,88 euros. Corre termos no Tribunal Judicial de Leiria apenas em relação ao Executado Luís Magalhães. O executado Luís Magalhães deduziu oposição à execução.

Correm, ainda, termos os autos para penhora de bens do Executado Luís Magalhães.

**B) Proc. nº 684/12.7TBLRA - A – Comarca de Leiria – Instância Central – 2ª Secção de Execução – Pombal – Juiz 1.**

Oposição apresentada pelo Executado. Contestação à Oposição apresentada. Renúncia ao mandato forense mandatário do Oponente. Despacho a ordenar o cumprimento da renúncia ao mandato.

**C) Credora: Leirisport, EM – Em Liquidação**

**Insolvente: Solplay - Exploração de Espaços Lúdicos, S.A.**

**Proc. nº. 563/12.8TYLSB – 1º Juízo – Tribunal do Comércio de Lisboa**

Reclamação de créditos no processo de insolvência no valor de € 333.510,64.

### **3 - Chamartin Imobiliária SGPS, S.A. (Processo Findo)**

**Proc. nº. 811/08.9TYLSB – 4º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa.  
(Tribunal Extinto).**

Recurso da decisão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial de concessão do registo de marca requerido por "Chamartin imobiliária, SGPS, S.A.", que corre termos no Tribunal do Comércio de Lisboa. Foi proferida sentença a anular o despacho do INPI que tinha concedido a marca nacional mista e ordenou a devolução do processo administrativo ao INPI a fim de ser proferido novo despacho que tenha em consideração a reclamação apresentada pela Leirisport.

### **4 - Chamartin Imobiliária SGPS, SA**

**Proc. nº 423238 – DM/05/2008/115393 – Instituto Nacional da Propriedade Industrial**

Contestação ao processo de Reclamação apresentado por Chamartin Imobiliária, SGPS, S.A. que correu termos no Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Encontra-se oficiosamente suspenso até à decisão final do Tribunal do Comércio de Lisboa.

### **5 - Exequente: Leirisport, E.M. - Em Liquidação**

**Executada: Alentexpo – Organização Montagem Feiras e Exposições, Lda.**

**Processo de Execução nº 3632/12.0TBLRA – Comarca de Leiria – Pombal  
– Instância Central – 2ª Secção de Execução – Juiz 1.**

Valor: € 59.515,71

Correu termos no Tribunal Judicial de Leiria para penhora de bens, não tendo sido apurados bens de valor suficiente para garantir o valor da quantia

exequenda, custas e despesas prováveis. Foi pedida a certidão de inexistência de bens penhoráveis.

**6 - Exequente: Leirisport, EM – Em Liquidação**

**Executada: 5000 Super**

**Proc. nº 5653/09.1TBLRA – Comarca de Leiria – Pombal - Instância Central – 2ª Secção de Execução – Juiz 1.**

Valor Execução: € 871,70

Condenado a pagar em acção declarativa que correu termos no Tribunal de Leiria. O valor em débito refere-se a € 620,15 euros de capital, acrescido de € 171,25 euros de juros de mora.

Correu termos acção executiva para penhora de bens, não tendo sido apurados bens de valores suficientes Pedida certidão judicial da inexistência de bens penhoráveis.

**7 - Exequente: Leirisport, EM – Em Liquidação**

**Executada: New Way – Eventos Unipessoal, Lda.**

**Proc. nº 429/14.7TBLRA – Comarca de Leiria – Pombal - Instância Central – 2ª Secção de Execução – Juiz 1.**

Valor da Execução: € 27.887,29

Foi feita execução. Processo em fase de penhora de bens, foi apurado que não existem bens, livres de ónus ou encargos, suficientes para garantir o valor da execução, custas e despesas prováveis.

Foi pedida certidão judicial de insistência de bens penhoráveis.

**8 - Autora: Leirisport, EM – Em Liquidação. (Processo Findo)**

**Ré: Asal – Associação de Solidariedade Académico de Leiria**

**Proc. nº 5301/13.5TBLRA – 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria (Tribunal Extinto).**

Valor da acção: €110.941,87

Foi proferida sentença. Processo terminado. A Ré foi condenada a pagar em acção declarativa que correu termos no tribunal de Leiria. Condenação a pagar



a quantia de € 3.597,09 euros a título de rendas vencidas, desde Maio 2010 a Julho 2011, e a importância de € 99.910,53 pela utilização de pistas nas piscinas, entre 1 de Maio de 2010 e 31 de Julho de 2011 e a quantia de € 11.031,34 relativamente a juros vencidos sobre o capital em dívida desde a data de vencimento de cada fatura até 7 de Outubro de 2013. Pagamento, ainda, dos juros que se venceram e dos vencidos até integral pagamento.

**9 - Autora: Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.).**

**Réus: Lena Engenharia Construções, Lda. e outros.**

**Intervenientes /Chamados:**

**VSL - Sistemas Portugal - Pré-Esforço Equipamentos e Montagens, S.A.**

**Tecnoplano – Tecnologia e Planeamento, S.A.**

**Viaponte – Projectos e Consultoria de Engenharia, S.A.**

**Município de Leiria (Leirisport - Desporto Lazer e Turismo de Leiria, EM – Em Liquidação)**

**Proc. nº 1485/08.2TBLRA –Comarca de Leiria- Instância Local – Secção Cível – J3**

Valor da Acção: € 26.842,13.

A Leirisport, EM, foi chamada como interveniente no processo. Processo corre termos no Tribunal Judicial de Leiria. Está marcada a Audiência de Julgamento para os dias: **06, 13 e 20 de Março de 2015, às 9.30 horas**

**10- Autora: Adelaide do Rosário de Jesus Costa**

**Réu: Município de Leiria (LEIRISPORT – Desporto, lazer e Turismo de Leiria, EM – Em Liquidação)**

**Proc. Nº 271/14.5TTLRA – Comarca de Leiria - Instância Central – 1ª Secção Trabalho – J2**

Valor da Acção: €19.555.76 euros

Processo terminou por acordo no dia 02 de Fevereiro de 2015, obrigando-se o Município de Leiria a pagar o valor de € 11.000,00 (Onze mil euros) ilíquidos à Autora.

**Nota:** Para além destes processos, consta do relatório final de liquidação o Processo de Insolvência da “VITINVEST – Publicações, Lda.”, processo n.º 5473/13.9TBLRA do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria. Valor reconhecido: € 1.224,00. (este processo não tem mandatário constituído)



**Relatório de Atividades à Assembleia Municipal relativo ao período entre 16 de novembro de 2014 a 13 de fevereiro de 2015**

**Município de Leiria**

**CAPITULO III - Outras informações relevantes sobre a atividade do Município**

**REPRESENTAÇÃO EXTERNA**

No período em análise no âmbito das suas funções, o Presidente da Câmara Municipal de Leiria esteve presente em várias reuniões, a saber: reuniões da Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Conselho de Administração da VALORLIS, Conselho de Administração da SIMLIS, Conselho Executivo da ADAE, CIMRL e Conselho de Administração dos SMAS.

**ATIVIDADE DOS SERVIÇOS**

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

Relatório financeiro respeitante ao período em análise constitui o **Anexo I** ao presente relatório e dele faz parte integrante.

**UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS**

**Recrutamento e seleção de pessoal:**

- a) Encerramento de dois processos relativos a estágios realizados na CPCJ e na DIPCB, com o preenchimento de todos os documentos inerentes ao encerramento do processo;
- b) Elaboração de duas candidaturas referentes a Contratos Emprego Inserção para um trabalhador CEI (Serralheiro) a colocar na DIMC e para um trabalhador CEI<sup>+</sup> a colocar no Cemitério;
- c) Análise de 32 pedidos de autorização para acumulação de funções privadas em 2015, na sequência da apresentação de novos pedidos, bem como de pedidos de renovação de autorizações concedidas para o ano 2014;
- d) Realização de pré-candidatura à 5.ª edição do PEPAL (tendo sido atribuídos 4 estágios profissionais ao Município de Leiria, através do Despacho n.º 1402/2015, do Secretário de Estado da Administração Local).

**Vencimentos:**

- a) Organização do processo de prestação de informação à DGAL sobre o pessoal ao serviço;
- b) Atualizações dos valores das prestações familiares para a manutenção do abono de família a crianças e jovens referentes aos rendimentos auferidos no ano de 2013;
- c) Implementação das medidas destinadas à reversão da redução remuneratória temporária, nos termos da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

**Assiduidade:**

Implementação do novo sistema de gestão e controlo de assiduidade.

**Formação profissional:**

Conclusão do Projeto Formação-Ação de Qualificação dos profissionais da Administração Pública – FADIRE.

**Segurança, higiene e saúde no trabalho:**

Celebração do contrato de manutenção de extintores, redes de incêndio armadas e marcos de incêndio.

**SIADAP:**

- a) Preparação e realização das diligências necessárias ao ato de eleição da Comissão Paritária (SIADAP 3) e apuramento dos resultados relativos à designação dos vogais representantes na comissão paritária para 2015/2018;
- b) Notificação dos trabalhadores relativamente à situação de não reunião dos requisitos funcionais para a avaliação do biénio 2013/2014;

c) Preparação e realização, em conjunto com a DMA, de duas reuniões do Conselho de Coordenação da Avaliação – CCA, legalmente previstas, com referência às avaliações prévias e à harmonização das propostas de avaliação.

#### DIVISÃO JURÍDICA E ADMINISTRATIVA

##### 1- ÁREA JURÍDICA

Informações de carácter técnico-jurídico	Procedimento disciplinar		Contraordenações		Apoio Técnico-Jurídico	
94	Iniciados	2	Iniciados	67	Atos administrativos (despachos e deliberações)	19
	Terminados	2	Movimentados	914	Contratos	3
			Decisões	233	Ofícios	16
			Execuções judiciais	1	Protocolos	1
			Impugnações judiciais	10	Editais	1
			Coimas pagas	91	Regulamentos	5

##### 2- ÁREA ADMINISTRATIVA

Serviço de Execuções Fiscais	
Instauração	€3.802,55
Citações	117
Pagamentos	141 PEFs
Valor cobrado	€7.316,51
Serviço de Expediente Geral	
Emissão de guias de receita de certificados de registos de cidadãos da comunidade europeia	€ 271,80
Emissão e revalidação de cartões de residente	€ 290,51
Emissão de plantas de localização	€ 1476,52
Emissão de guias de receita referentes ao pagamento de refeições escolares	€ 4776,43

#### DIVISÃO DE APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO

##### Área de Aprovisionamento

No período em análise o serviço de aprovisionamento desenvolveu a sua ação em torno dos seguintes procedimentos de contratação pública:

	N.º de processos			
	Proc. concluídos	Proc. em curso	Reclamações / Recursos hierárquicos	Total procedimentos
Contratação excluída	2	2	0	4
Ajuste Direto, Regime Simplificado	52	14	0	66
Ajuste Direto, Regime Geral	17	6	1	23
Concurso Público	4	4	0	8
Acordo Quadro	0	0	0	0
(*) Inclui, para o período em análise, 3 ajustes diretos e 1 concurso público com informação de não adjudicação.				
			<b>TOTAL:</b>	<b>101</b>

No período em análise foram apresentadas reclamações no âmbito do procedimento por ajuste direto n.º 81/2014 – Manutenção de Extintores.

##### Área do Património

No que se refere ao serviço de património será de salientar, em termos do trabalho desenvolvido neste período:

- Submissão a fiscalização prévia do Tribunal de Contas do processo relativo à aquisição por via do direito privado das parcelas de terreno destinadas à construção da Variante dos Capuchos - colaboração prestada ao Gabinete de Apoio à Presidência na instrução do processo e na elaboração da respostas aos pedidos de esclarecimentos e/ou de elementos;
- Celebração dos contratos-promessa de compra e venda das parcelas de terreno com os números 4 e 6, destinadas à construção da Variante dos Capuchos, na sequência da atribuição do respetivo visto por parte do Tribunal de Contas;
- Inventariação de vias municipais e afetação de custos a essas vias, provenientes de valores contabilizados em contas de Imobilizado em curso;
- Envio de documentação e prestação de esclarecimentos adicionais ao Tribunal de Contas, no âmbito do processo submetido a visto da aquisição de terrenos à Família Viva;
- Escritura e registo predial: Cedência do direito de superfície da Igreja da Misericórdia, sita em Leiria, pela Santa Casa da Misericórdia de Leiria;
- Escritura e registo predial: Devolução do direito de superfície de 2 lotes de terreno, sitos em Guimarães, pelo Centro Social Batista de Leiria;
- Trabalhos inerentes ao encerramento dos lançamentos, no ano de 2014, das contas de imobilizado nomeadamente as reconciliações com o POCAL, regularização de amortizações referentes a anos anteriores e cálculo de amortizações do ano;
- Alienação de património imóvel: Fração Autónoma "LE", destinada a sala de reuniões com 5 varandas, sita no segundo andar, torre 2, nº221, Edifício Maringá, Leiria.

#### **Área dos Armazéns e Centro de Recursos Municipal**

- Realização de todos os procedimentos de fecho e abertura de ano, nomeadamente ao nível do inventário de bens armazenáveis.

#### **No período em análise, será ainda de sublinhar:**

Criação e entrada em funcionamento dos fluxos estruturados relativos às requisições internas e pedidos de aquisição, no âmbito do projeto de modernização administrativa em curso.

#### **DIVISÃO DE INFORMÁTICA**

No decorrer das atividades regulares, salientamos as seguintes:

- a) Elaboração do caderno de encargos e aquisição de computadores para substituição de computadores antigos e com o sistema operativo já descontinuado;
- b) Elaboração do caderno de encargos e aquisição de monitores (para substituição de monitores CRT antigos) digitalizadores, impressoras e computadores portáteis para suporte da implementação das novas aplicações informáticas;
- c) Preparação e adaptação da rede de dados para fazer face às mudanças de local do BuA – Balcão Único de Atendimento;
- d) Instalação de equipamento informático no novo BuA, bem como no expediente geral para apoio e inserção de toda a correspondência no novo sistema de gestão documental;
- e) Garantia das condições solicitadas, necessárias à implementação das novas aplicações informáticas – configuração e parametrização de três servidores;
- f) Configuração de todos os computadores em uso no município de acordo com as necessidades decorrentes da implementação do SIDAM;
- g) Alterações e reencaminhamentos em redes, entre entre os datacenter da CIMRL, dos Paços de Concelho e do Estádio Municipal, de forma a otimizar as comunicações entre as diversas aplicações na totalidade das suas valências;
- h) Instalação de um novo servidor proxy para o controlo de acesso à internet;
- i) Instalação de mais um aparelho de controlo facial, junto ao segurança da entrada principal, para fazer face ao grande fluxo de registos, tornando o procedimento de controlo de assiduidade mais lesto e cómodo;
- j) Extensão da rede de dados e instalação de 6 postos de trabalho nas novas instalações do arquivo municipal, em São Romão.

#### **DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E MANUTENÇÃO**

#### **Secretaria de Apoio Administrativo**

**Preparação de projeto para abertura de procedimento para as seguintes empreitadas:**

- T 52/14 – Construção da rotunda no lugar do Grou- União Feg . Monte Redondo/Carreira;
- T 53/14 Requalificação da zona envolvente à rotunda na rua S. Cristovão à rua Padre José Pereira – Caranguejeira;
- T 54/2014 reparação de estradas em zonas de desenvolvimento e cedência de taludes na Quinta da Matinha, Marrazes;
- T 55/14 Execução de coletor de águas pluviais – Andrinos Marrazes;
- T 56/14 Execução do coletor de águas pluviais e requalificação da rua das Hortas – Barosa;
- T 57/14 Execução de coletor de águas pluviais e requalificação da rua do Outeiro – Marrazes;
- T 58/14 requalificação da rua Heróis de Ultramar Gândara dos Olivais – Marrazes;
- T 59/14 Reparação de anomalias no pavilhão desportivo dos Pousos;
- T 60/14 Requalificação da E.M. 505 Olivais e Vale Farol – União Freg. Santa Catarina /Chainça;
- T 61/14 Elaboração do projeto de requalificação do CM 1038 - troço 2;
- T 62/14 Beneficiação de arruamentos na zona industrial de Regueira de Pontes;
- T 1/15 Reconversão de loja para jardim de infância , nos Marrazes;
- T 2/14 Pavimentações e beneficiação de diversos arruamentos no concelho de Leiria;
- T 3/15 Instalação de ginásios ao ar livre em todas as freguesias – Orçamento participativo 2014;
- T 4/15 Construção do parque de estacionamento e arranjos exteriores na rua da Escola e rua da Ameixoeira – Ortigosa;
- T 5/15 Execução da substituição do beirado da cobertura no edifício da Biblioteca – Maceira;
- T 6/15 Execução de passeios na Bidoeira;
- T 7/15 Execução de coletor pluvial na rua Central e Rua Diogo Almeida Santos – Colmeias/Memoria;
- T 8/15 Construção de muro contenção de terras em betão armado na rua do Estádio – Leiria;
- Não existiram reclamações e/ou recursos hierárquicos registados nestes serviços, durante este período.
- Elaboração de informações do âmbito geral.
- Pedidos de Autorização para ocupação e trabalhos na via Pública de entidades externas ao município.

#### **Gabinete de Estudos e Projetos**

---

- Projeto de Arquitetura de Requalificação de loja para o Jardim de Infância de Marrazes.
- Projeto de alterações ao Mercado de Maceira.
- Acompanhamento da obra do Mercado Municipal.
- Proposta de intervenção nas instalações sanitárias da Biblioteca – adaptação para utilização por pessoas com mobilidade condicionada.
- Representante técnico na Rede das Autarquias Participativas, no âmbito da monitorização dos Orçamentos Participativos. Participação em Oficinas nacionais.
- Plano de Mobilidade para a Cidade de Leiria.
- Estudo Viário e Mobilidade da Av. Humberto Delgado e extensão à Marquês de Pombal (troço entre Av. N.ª S.ª Fátima e Av. H. Delgado): versão de melhoramento do sistema viário. Articulação com o Plano de Mobilidade e parceria externa.
- Pavilhão Municipal (multiusos): execução dos Termos de Referência e respetivos Anexos.
- Mercado Municipal - acompanhamento do Estudo de Diagnóstico Comercial e Programa Base.
- Parque Radical, reabilitação da torre e parede de escalada.
- Estudo e projeto para instalação de caixa ATM (Multibanco) no Edifício dos Paços do Concelho de Leiria.
- Projeto de alteração do acesso Noroeste (pedonal e viário) ao edifício dos Paços do Concelho de Leiria.
- Centros Escolares Marrazes, Barreira, Parceiros e Maceira - Apoio técnico às empreitadas.
- Proposta para reperfilamento da Avenida Heróis de Angola e zona envolvente.
- Ampliação do Cemitério dos Marrazes e zona envolvente.
- Centro Escolar da Bajouca.
- Arranjos exteriores do Bairro Sá Carneiro – Leiria.

#### **Realização de levantamentos topográficos:**

- Levantamento topográfico na Maceira;

- Rua dos Romeiros – Cruz D’Areia – Leiria;
- Levantamento Topográfico das abobadas do convento de Santo Agostinho.

#### **Vistorias realizadas:**

- Vistoria 10/14 - Fernando Tiago Sereno – Rua de Santo António, n.º 13 - R/C – Leiria;
- Vistoria 26/11 – Freguesia de Parceiros – Rua do Cruzeiro – Parceiros;
- Vistoria 13/14 - Administração do Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro - Bloco 17;
- Part. 163/14 – Derrube de muro e talude na Rua Paulo VI;
- Vistoria 16/14 – Rua do Malhão – Cortes;
- Vistoria 20/14 – Rua N. Sra do Amparo – Marrazes;
- Part. 84/02 – Travessa Outeiro do Pomar – Marrazes.

#### **Receções definitivas:**

- T 18/2009 - Pavimentação da Urbanização Belo Horizonte Freguesia da Barosa;
- T 22/2009 - Adaptação das Instalações da Antiga ETAR para Armazenamento De Produtos e Acessórios da D.P.E.V. Freguesia da Barosa;
- T 55/2005 – Construção da Habitação social em Barosa;
- T 91/2008 – Pavimentação em diversos arruamentos na Freguesia da Barosa.

#### **Sector de Mobilidade e Trânsito**

- Reestruturação do serviço urbano de transportes coletivos de Leiria.
- Levantamento das paragens e percursos.
- Apoio técnico na elaboração de vários estudos viários: Requalificação da Av.ª Heróis de Angola e Rua Capitão Mouzinho de Albuquerque e Requalificação da Av.ª General Humberto Delgado.
- Elaboração do Regulamento de Intervenções da Via Pública do Município de Leiria .
- Colaboração, apoio e acompanhamento do processo de reclamação das anomalias verificadas após a execução dos lanços IC2.A, IC2.VB, IC36 e IC9.
- Acompanhamento da empreitada “T 49/2013 – Execução de Sinalização Horizontal com Pintura a Quente em Spray Plástico e Termoplástico nas Vias Municipais do Concelho de Leiria”.
- Levantamento dos lugares de estacionamento reservados a operações de carga e descarga e a veículos de pessoas com mobilidade reduzida, na cidade de Leiria.

#### **DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO**

##### **Máquinas e Viaturas**

- Destacam-se os transportes solicitados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, transporte de exposições, transportes efetuados ao serviço do Gabinete de Apoio à Presidência e à Vereação.
- Foi feita a gestão das viaturas no âmbito do contrato do Aluguer Operacional de Viaturas, nomeadamente consumos e quilometragem.

##### **Oficinas**

Os Setores de Oficinas (Carpintaria, Serralharia, Eletricidade e Canalização) efetuaram diversos trabalhos para a conservação e manutenção de edifícios municipais, escolas e jardim-de-infância.

O Setor de Eletricidade efetuou ainda a reparação e manutenção dos semáforos do concelho (quinzenalmente) e manutenção da iluminação cénica de edifícios, monumentos e da iluminação pública do percurso Polis (mensalmente).

O Setor de Canalização efetuou visitas pontuais aos grupos de bombagem existentes nos edifícios municipais, por forma a verificar o seu funcionamento. Prestou apoio no despejo de fossas de várias escolas e Jardim-de-infância e vários serviços de apoio a edifícios municipais.

As oficinas de Carpintaria e de Serralharia executam vários serviços no edifício sede da Câmara Municipal de Leiria, parques infantis, zonas pedonais, escolas e outros edifícios públicos.

A oficina de Eventos dá apoio (em colaboração com todas as outras oficinas) na realização dos eventos e/ou exposições: Torneio Zonal de Juvenis, “Cross Fit”, Receção ao Caloiro, Mercadito de Natal, É natal no País dos Livros, Festa de Natal Infantil, “Ill Christmas Night Trail”, “Impossibility Challenge”, Ludo Apta (Dia Internacional da Pessoa com Deficiência). Este setor também dá apoio nos transportes e mudanças de mobiliário e equipamentos solicitados por vários sectores do Município.

### **Conservação de Vias e Obras de Arte**

- Manutenção de calçadas e vias municipais, incidindo maioritariamente os trabalhos nas freguesias de Leiria e Marrazes.
- Limpeza de canteiros e passeios na Urbanização do Vale Sepal (Pão Duro) – freguesia de Pousos.
- Limpeza e manutenção espaços na Urbanização Vale da Cabrita (Leiria).
- Manutenção de sinalização vertical e horizontal de trânsito.

### **Conservação de Edifícios**

Quanto às obras de reparação e beneficiação dos edifícios municipais, para além dos trabalhos semanais de manutenção, destacam-se os seguintes trabalhos:

- Parque Infantil dos Caniços – remoção de areia e construção de caixa para aplicação de piso sintético;
- R. da Escola, Marinheiros - Arranque de calçada para reconstrução de caixa de coletor de águas pluviais;
- Souto de Cima, Caranguejeira - Regularização de caixa e abertura de caixa para valeta;
- Estaleiros da CML (Guimarota) – Preparação de arrecadação para armazenar herbicidas;
- R. Cidade de Tokushima, Leiria – Execução de 7 caldeiras para árvores;
- Horto Municipal (Velho) Hortas Verdes – Execução e aplicação de vedação;
- Reparação de bancos do Jardim Luís de Camões.

### **Parques e Espaços Verdes**

- Manutenção de espaços verdes em todo o concelho, nomeadamente em rotundas, urbanizações, escolas e jardins-de-infância, edifícios municipais e espaços públicos e dos respetivos sistemas de rega.
- No Horto Municipal procedeu-se à propagação de plantas, preparação de floreiras e de vasos ornamentais (para embelezamento de vários eventos realizados) e realização de pilhas de compostagem, cujo principal objetivo é a valorização orgânica do material vegetal resultante das manutenções dos espaços verdes.

### **Parques Infantis**

Tendo como base de trabalho o plano de Manutenção Preventiva, procedeu-se à conservação e manutenção dos espaços de jogo e de recreio que estão sob a responsabilidade da Divisão.

## **DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**

### **Acompanhamento e fiscalização de obras municipais:**

- T 28/2011 - Acompanhamento da obra “Construção do Centro Escolar da Maceira”;
- T 30/2011 – - Acompanhamento da obra “Construção do Centro Escolar do Telheiro– Barreira;
- T 50/2013 - Construção da Variante dos Capuchos;
- T 51/2013 – Requalificação do CM 1038 troço desde o Barracão até ao limite do Concelho;
- T 7/2014 – Pavimentação e Beneficiação de diversos arruamentos no concelho de Leiria – Lote 1 a 7;
- T 09/2014 - Reconstrução de muro de contenção de terras na travessa das Amoreiras;
- T 20/2014 - Pavimentação do espaço envolvente à taberna do Lagoa – Leiria;
- T 31/2014 - Requalificação do largo na rua Hermegildo – Bairro dos Anjos – Leiria;
- T 32/2014 - Substituição de cobertura e trabalhos de reabilitação no interior da edificação na rua da Figueira da Foz, nº. 36, Almuinhas – Marrazes;
- T 33/2014 - Construção de edifício de apoio e reparação de muro no cemitério de Santo António do Carrascal – Leiria;
- T 36/2013 Acompanhamento da obra “Construção do Centro Escolar dos Parceiros”;
- T 39/2014 - Reparação de taludes no Caminho Municipal N.º 1245 – Martinela;
- T 44/2014 - Requalificação do edifício do Mercado Municipal – Leiria;
- T 55/2014 – Execução de coletor de águas pluviais na Rua Jacinto Barbeiro e Travessa dos Costas – Pousos;
- T 07/2014 – Execução de coletor pluvial na Rua Central e Rua Diogo Almeida Santos – Colmeias;
- T 08/2015 - Construção de Muro de Contenção de terras em Betão armado na Rua do Estádio – Leiria;
- T 57/2014 - Execução do Coletor Pluvial e reabilitação da Rua dos Outeiros – Gândara dos Olivais – Marrazes;
- T 02/2015 nas Freguesia de Coimbrão, Bajouca, Monte Redondo/Carreira e Monte Real/Carvide
- Instalação de sistemas de produção de energia;
- Consulta de instalação de painéis fotovoltaicos para o topo norte do Estádio M. de Leiria;



- Análises e informações sobre a nova regulamentação para a instalação de sistemas de produção de energia renovável;
- Acompanhamento de trabalhos de tratamento de elementos de fixação da cobertura do Estádio M. de Leiria;
- Verificação de condições para estudo de 'Optimizador de fornecedor de energia' nos pavilhões desportivos municipais;
- Preparação e envio de pedidos de vistoria da instalação elétrica dos pavilhões desportivos municipais de Colmeias e Pousos;
- Acompanhamento de processo de aquisição e instalação de sistema de produção de água quente para a Piscina municipal de Maceira;
- T 11/2012 Acompanhamento da obra "Conclusão das obras de reconversão do Convento do Santo Agostinho – Consolidação das abóbodas da sala de reserva e beneficiações diversas no edifício;
- Elaboração de estudo para o bio-horto, Quinta da Gordalina, Gândara dos Olivais.

#### **Elaboração de PSSP das seguintes empreitadas:**

- T 01/2015 – Reconversão de loja para Jardim de Infância de Marrazes – Marrazes;
- T 08/2015 – Construção de muro de contenção de terras em betão armado na rua do Estádio – Leiria;
- T 44/2014 – Requalificação do edifício do Mercado Municipal de Leiria;
- T 07/14 – Pavimentações e beneficiação de diversos arruamentos do concelho de Leiria;
- T 54/2014 – Reparação de Estradas em Zonas de desabamento e cedências de taludes que se encontram estranguladas na faixa de rodagem, na Rua da Esperança, Memória, Rua da Mina do Lenhite e Quinta da Matinha;
- T 11/2014- Construção do Bio – Horto da Quinta da Gordalina.

#### **Elaboração de estudos diversos:**

- T 11/2012- Conclusão das obras da reconversão do Convento de Santo Agostinho;
- T 16/2014 - Conclusão da rotunda da Quinta da Carvalha – Parceiros – Leiria;
- T 49/2014 - Prolongamento da rede de drenagem pluvial e melhoria da mobilidade urbana na Av. Sá Carneiro – Marrazes;
- T 50/2014 - Requalificação do troço de estrada no Barracão à passagem superior da A1 – Colmeias;
- T 51/2014 - Construção de muro de suporte e proteções diversas na rua Principal, na localidade de Carreira – Carreira;
- T 52/2014 – Rotunda do Grou – Monte Redondo;
- T 55/2014 - Execução do coletor de águas na rua Jacinta Barbeiro, rua dos Barros e travessa dos Costas – Andrinos – Pousos;
- T 43/2014 - Substituição das coberturas e reparações em diversas habitações sociais no bairro da Integração – Leiria;
- T 59/2014 – Reparação do Pavilhão Desportivo de Colmeias;
- T 62/2014 – Beneficiação de arruamentos na Zona Industrial de Regueira de Pontes;
- T 01/2015 – Reconversão de loja para jardim de Infância dos Marrazes – UF dos Marrazes e Barosa;
- T 02/2015 – Pavimentações e beneficiação de diversos arruamentos do concelho de Leiria- 2015.

#### **Elaboração de libertação de garantias e receção definitiva:**

- T 61/2006 Execução do Parque Infantil da Urbanização do Brejo – Gândara dos Olivais Marrazes;
- T 17/2009 - Requalificação da Estrada dos Guilhermes - Troço que liga Maceira (Leiria) à Zona Indústria da Marinha-Grande – Libertação de garantias;
- T 52/2007 beneficiação, alargamento e prolongamento da rua prof. Carvalho dos santos – Pedrógão – coimbrão;
- T 74/2009 requalificação da rua do brejo, em milagres;
- T 106/2007 reformulação do coletor na rua do vale e prolongamento do coletor no bairro Sá carneiro e sua ligação à linha de água a jusante da aldeia de desporto – Marrazes;
- T 70/2008 conclusão da construção de passeios e drenagem pluvial na estrada principal da Barosa, troço da ribeira do picheleiro ao cemitério – 1.ª fase – Barosa;
- T 91/2008 pavimentação de arruamentos na freguesia da Barosa;
- T 113/2008 execução do coletor pluvial na rua do vale – pousos;

- T 3/2009 Construção de Passeios na Estrada principal da Barosa, troço da Ribeira do Picheleiro ao Cemitério – 2.ª Fase – Barosa – Execução de Passeios;
- T-30/2009- Beneficiação e reparação da E.M. 544 e C.M.1249 – Arrabal, Chainça e Santa Catarina da Serra;
- T- 75/2009 - Repavimentação de diversos arruamentos da freguesia das Cortes – Leiria;
- T-01/2012- Adaptação de espaço existente no 2º piso do Edifício Paços do Concelho para instalação de gabinete de apoio ao arquivo municipal. Leiria;
- T-31/2012 – Diversas Pavimentações Obras de Alteração e Beneficiação de Diversos Arruamentos no Concelho;
- T 52/2007 Beneficiação, Alargamento e Prolongamento da Rua Prof. Carvalho dos Santos – Pedrogão Freguesia de Coimbrão – Recepção Definitiva.

#### **Toponímia nos agrupamentos e freguesias:**

Caranguejeira, Coimbrão, União das Freguesias de Barosa e Marrazes, União das Freguesias de Barreira, Cortes, Leiria e Pousos, União das Freguesias de Boa Vista e Santa Eufémia, União das Freguesias de Chainça e Santa Catarina da Serra, União das Freguesias de Colmeias e Memória.

### **DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA**

#### **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

**Operações urbanísticas:** Entradas de processos mais relevantes: 88 projetos de arquitetura, 26 de especialidades, 3 legalizações, 36 alterações/obras, 36 alterações/loteamento, 15 alterações/uso, 18 comunicações prévias, 19 informações prévias, 95 autorizações de utilização e 77 declarações prévias/licenciamento zero.

#### **Emissão de Alvarás, Admissões de Comunicações Prévias e Certidões**

54 licenças de obras, 67 autorizações de utilização, 41 comunicações prévias, 103 licenças (outras) e 153 certidões emitidas.

### **DIVISÃO DE PLANEAMENTO ORDENAMENTO E ESTRATÉGIA TERRITORIAL**

#### **Estudos, Projetos e Planos**

**Revisão do Plano Diretor Municipal** – A Câmara Municipal em sua reunião de 29 de abril deliberou proceder à abertura do período de discussão pública, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 77.º do RJIGT, republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro. Tendo sido publicado no dia 21 de maio o Aviso n.º 6259/2014 em Diário da República, 2.ª série, deu-se início ao **período de discussão pública da primeira revisão do PDM no dia 30 de maio, o qual decorreu até ao dia 11 de julho** – concluído.

Fase de **ponderação das 1039 participações válidas**, de acordo com metodologia baseada na apreciação individualizada de todas as participações (reclamações/observações/sugestões), e critérios de decisão que assegurem um tratamento equitativo alicerçado em fundamentos objetivos de modo a que a ponderação não se revele discriminatória. Estes critérios seguem a metodologia adotada para a qualificação do solo e a estratégia de desenvolvimento definida no âmbito da proposta de revisão do plano – em curso.

Das 1039 participações analisadas resultou um total de 1117 pretensões, correspondendo 1085 sobre localizações específicas e 42 relativas à proposta de Regulamento do plano.

No âmbito da ponderação procedeu-se à:

- Realização de reuniões com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, para apreciação de participações que intercetam áreas da Reserva Ecológica Nacional, dando origem a novos pedidos de exclusão da REN, que foram submetidos para apreciação da Comissão Nacional da REN em 12/02/2015;
- Realização de reuniões com a Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro, para apreciação de participações que intercetam áreas da Reserva Agrícola Nacional, dando origem a novos pedidos de exclusão da RAN, recentemente aprovados pela entidade;
- Realização de reuniões com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, para apreciação de participações que intercetam Espaços Naturais e Espaços Florestais de Conservação.

- **Alteração ao Plano de Pormenor do Arrabalde da Ponte** – Conclusão dos elementos do plano a submeter a discussão pública. A Câmara Municipal deliberou na Reunião de Câmara de 03 de fevereiro proceder à abertura de um período de discussão pública nos termos do n.º 3 e 4 do

artigo 77º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). A aguardar publicação em Diário da República – em curso.

- **Alteração do Plano de Pormenor de Santo Agostinho** – Realização de conferência de serviços com as entidades representativas dos interesses a ponderar, nos termos do n.º 3 do artigo 75.º-C do RJIGT. Preparação dos elementos para proceder à abertura de um período de discussão pública – em curso.
- **Loteamento do Vale da Cabrita** – Levantamento de todos os proprietários do Loteamento 11/84, com vista ao desenvolvimento de uma alteração ao loteamento. Programação das reuniões a realizar com os proprietários e levantamento dos processos aprovados na respetiva área de intervenção – em curso.
- **Mapas Interativos - Portal de informação Geográfica**
  - Monitorização das aplicações disponíveis na intranet e internet (site do Município de Leiria).
  - Execução de novas aplicações: Centro Histórico - em curso; Espaços de Atividades Económicas – em curso.
- **Estudos e Projetos de Arquitetura Paisagista**
  - Inventariação, caracterização e diagnóstico dos elementos vegetais notáveis, para integração na Carta do Património.
  - Reabilitação Paisagística do Jardim Histórico do Solar do Visconde da Barreira – pesquisa histórica em curso.

#### **Ficheiro manual digital e títulos de licenças de utilização**

- Finalização da criação do Ficheiro Manual Digital de processos de obras num total de 68.143 ficheiros.
- Finalização da digitalização e inserção dos títulos de Licenças de Utilização emitidos entre 2007/01/01 e 2013/12/31 na aplicação do Urbanismo/SIGMA, num total de 4075 títulos.

#### **Reabilitação Urbana**

- **Elaboração do Levantamento Funcional da ARU**  
Corresponde à identificação de todas as utilizações dos prédios da zona III - Avenida Combatentes da Grande Guerra e Rua Tenente Valadim.– concluído
- **Base de dados ARU – identificação de todos os projetos para cada edifício da ARU**  
95% de execução
- **Adesão à Rede de Cidades e Vilas de Excelência**  
Apresentação à Rede da delimitação das áreas de intervenção respeitantes ao eixo 2 ( Mobilidade amigável) e eixo 3 ( Regeneração e Vitalidade Urbana)e compatibilização das propostas dos vários municípios para cada um dos temas.
- **Programa Regeneração Urbana – Um, Novo Impulso**  
Programa entre CAMARA CIP, NERLEI e IPL com vista a promover o debate de ideias e propostas que possam vir a contribuir para a regeneração da ARU
  - 1.º concurso – Auscultação da População – Concluída a fase de avaliação das propostas. ( relatório do Júri reunido em 11-12-2014)
  - Preparação do lançamento do concurso para profissionais com a conclusão dos termos de referência.
- **Elaboração de manuais**  
Conclusão do guia para a instalação de estabelecimentos de restauração e bebidas no Centro Histórico

#### **DIVISÃO DE JUVENTUDE EDUCAÇÃO E BIBLIOTECA**

No âmbito do **Projeto Educativo Municipal** foram implementadas várias iniciativas e projetos. A saber: «Roteiro do Ambiente», destinado aos alunos do 4.º ano de escolaridade e que engloba as temáticas dos resíduos e reciclagem (Valorlis), água e biodiversidade (Simlis) e o Rio Lis (Centro de Interpretação Ambiental); «À descoberta de Leiria», para alunos do 3.º ano de escolaridade, com visitas a diversos espaços educativos. O Projeto «Escolas Floridas e Divertidas», embelezamento dos recreios das escolas; «Programa de sustentabilidade energética», tendo em vista a boa utilização dos recursos e a diminuição dos consumos nas escolas; Concurso de arte infantil «Leiria, a nossa cidade» dirigido aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico; Projeto «Crianças ao Palco» que visa promover a prática musical das crianças do 1.º CEB, através da sua audição em contexto de sala de aula.

Na área da **educação ambiental** desenvolveu-se o projeto INCENTIV`ARTE - mostra de esculturas em material reciclado, nas várias ruas da cidade, no período de Natal - uma iniciativa do Município de

Leiria, com o apoio da Valorlis e que contou com a participação de 14 estabelecimentos de ensino. Os prémios de participação foram entregues a 16 de janeiro.

Quanto ao Programa «**Dá a mão à proteção**», a equipa constituída por elementos das Divisões de Educação e Proteção Civil e Bombeiros realizaram visitas de caracterização de segurança a 13 edifícios escolares do Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel. No domínio do projeto "Like Saúde" realizaram-se diversos encontros e ações para alunos, nomeadamente nos estabelecimentos de ensino EB 2,3 / S Henrique Sommer, Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, Colégio Conciliar Maria Imaculada, e Colégio Dinis de Melo. Deu-se início à formação acreditada de professores «Eu e os Outros», em parceria com o Centro de Competência Entre Mar e Serra (CEMS).

No âmbito da **Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL)** foram debatidas as boas práticas em educação, efetuada reunião com os diretores das escolas secundárias e profissionais, lançado o "Concurso de Ideias Municipal", iniciativa que visa sensibilizar e motivar os jovens alunos do ensino secundário para as práticas empreendedoras, e realizada uma ação de formação de capacitação de empreendedores a 27 de janeiro.

Relativamente à **promoção da escola a tempo inteiro**, visitaram-se os programas "AFE - Apoio às Famílias Especiais" para crianças portadoras de deficiência que frequentam as unidades de ensino estruturado e realizaram-se reuniões de trabalho nos agrupamentos com a Sra. Deputada Odete João para reflexão e aprofundamento desta problemática.

No sentido da **qualificação dos agentes educativos**, em 26 de novembro, a partir da apresentação do Livro «Que Escola?», no auditório do Estádio Municipal, seguiu-se debate relativamente à problemática da «Escola que queremos», reunindo diretores, lideranças intermédias desde coordenadores de departamentos e diretores de turma a coordenadores de projetos, bem como docentes e população em geral. Em 19 de dezembro, realizou-se o "II Fórum Melhorar a Escola – A importância do recreio escolar", que contou com a presença de 120 assistentes operacionais a exercer funções nos jardins de infâncias e escolas do 1.º ciclo do concelho, tendo-se promovido uma reflexão conjunta sobre o papel do assistente operacional para o bom funcionamento do recreio. No dia 23 de janeiro teve lugar o «II Encontro das Associações de Pais» com o objetivo de integrar os diversos intervenientes e definir metodologias de atuação, tendo sido disponibilizado o Guia das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Leiria. Com o apoio da CML, realizou-se no dia 29 de janeiro, no auditório do estádio municipal, um debate subordinado ao tema "Escola: liberdade de escolha?".

No dia 15 de janeiro o Município reuniu com diretores e presidentes dos conselhos gerais para debater o novo regime de delegação de competências nos municípios e nas entidades intermunicipais.

No domínio da **ação social escolar** procedeu-se à reapreciação da atribuição de escalões a alunos do 1.º ciclo e pré-escolar e concluiu-se o processo «auxílios económicos», tendo em vista a transferência de verbas no montante de **€32.864,46**. Decorreu também o processo de candidaturas às bolsas de estudo para alunos do ensino superior.

No âmbito da **gestão dos equipamentos educativos**, preparou-se o processo de apetrechamento dos centros escolares de Barreira e de Parceiros com mobiliário escolar, material didático e material informático (procedimento em curso).

O **Gabinete de Apoio às Refeições Escolares (GARE)** prosseguiu as visitas de monitorização aos programas de refeições (33) e análise de ementas escolares e o Serviço de Apoio Informático (SAI) efetuou 42 visitas.

O **município vai à Escola (2.ª edição)** reuniu os parceiros educativos agrupamentos de escolas, juntas de freguesia e associações de pais para avaliação do trabalho desenvolvido em 2014, propostas de melhoria dos espaços e programas e definição de prioridades de intervenção em 2015. Foram visitados os Agrupamentos de Escolas de Caranguejeira – Santa Catarina da Serra, Marrazes, Colmeias, Domingos Sequeira, Henrique Sommer e D. Dinis.

Cumprindo a tradição carnavalesca, no dia 13 de fevereiro realizou-se o Desfile de Carnaval onde participaram 1.600 crianças dos jardins de infância e escolas do 1º ciclo público e privado de Leiria.

Na área da **juventude**, reuniu o Conselho Municipal da Juventude em 10 de dezembro de 2014, analisaram-se as candidaturas ao programa de apoio PRO – LEIRIA e concluiu-se processo para tomada de decisão pela câmara municipal. Decorreram as obras de requalificação da torre de escalada e organizou-se o evento «Festival da Irreverência – Carnaval de Leiria» no Mercado de Sant'Ana, nos dias 14 e 16 de fevereiro, com a colaboração da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, de 3 bares e da Associação Fazer Avançar.

Na **Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira** realizaram-se as atividades regulares da Bebeteca, Hora do Conto, Conta-nos Histórias, Histórias de Fio a Pavo, Liga-te à Biblioteca e Trokakiosque. Realizou-se em novembro o VII Encontro da Rede de Bibliotecas Escolares de Leiria com a presença de professores bibliotecários, em dezembro, o projeto de animação infantil «É Natal no País dos Livros» e o projeto «Janelas para o Mundo» com o Estabelecimento Prisional de Leiria. Foram apresentados 13 livros pelos seus autores e realizadas três exposições. Teve início, em janeiro, o projeto «Rota das Freguesias» com uma mostra e tarde cultural dedicada à Freguesia do Arrabal.

## **DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL, MUSEUS E TURISMO**

### **1. TEATROS | ESPAÇO JOVEM | CENTRO CULTURAL MERCADO SANTANA**

Teatro Miguel Franco: Espetáculos de música infantil – 948 | Música – 412 | Teatro - 838 | Stand Up Comedy - 184 | ConferênciaS - 820 | Diversos - 299 | Dança - 744. Receita municipal, resultante de aluguer/partilha de bilheteira para o período indicado: €2.134,05. Total: 4.245 visitantes. Comparativamente com o trimestre anterior, a sala registou um aumento de espetadores, reflexo da dinamização da densa oferta, registada a partir da segunda quinzena de novembro, acompanhado de um aumento da receita municipal, cifrada em €2.134,05.

Teatro José Lúcio da Silva: Exposição “Beleza da Grafite no retrato dos Leirienses”, mostra de pintura de Antero Guerra: 9.316 visitantes | Exposição “Dando Forma aos Meus Sonhos” mostra de pintura, de Isabel Romeiro: 5.624 visitantes. Total: 14.940 visitantes.

Espaço + Jovem: Galeria Exposição – Exposição “Reflexos”. Mostra de fotografia de André Malheiro: 50 visitantes | Utilizadores de Espaço Internet: 30 | Atendimento/Informações: 70 visitantes. Utilizadores de Espaço Estudo: 69 visitantes. Total: 219 visitantes, onde 144 integram a faixa etária até aos 18 anos de idade, sendo os demais 75 da faixa etária adultos. Inversamente ao trimestre anterior, registamos aqui um aumento da procura do público com menos de 18 anos de idade, tendo em conta a retoma do período letivo estival.

Centro Cultural Mercado Santana: Evento “10 Milhões de Estrelas” - Cáritas Diocesana de Leiria – 350 visitantes - A iniciativa assinalou o projeto de caráter humanitário “Operação 10 Milhões de Estrelas - um gesto pela Paz”, da Diocese de Leiria-Fátima, destinado a angariar verbas para apoiar o Centro de Acolhimento de Leiria | Evento “All Dance-IPL” – Instituto Politécnico de Leiria: 100 visitantes - Difundiu a Dança, com promoção e valorização da etnografia regional | Evento “Mercadito dos Sonhos” - Hopelanda – Bridges 2 Create Produções Unipessoal Ld.<sup>a</sup> - 200 visitantes – A iniciativa integrou a valência filantropa da Produtora que privilegiou a angariação de géneros alimentares, que reverteram a favor de Instituições de Solidariedade Social local | “Natal Solidário no Mercado Santana”. Projeto de base municipal, em parceria com a Divisão de Ação Social - 130 visitantes. Iniciativa de caráter social, para angariação de recursos (alimentares, brinquedos, roupas e outros) junto de diversos públicos, para apoiar IPSS’s locais | Evento Réveillon 2015: 3.000 visitantes. Iniciativa do Café Santana e Pátio do Barão, sendo um aluguer que dinamizou a noite de passagem de ano com vários DJ’s convidados. | Iniciativa “Rádio Sim”. Sessão de Autógrafos solidária - 120 visitantes. Ação filantropa para apoiar a Casa Ozanam, coletividade que direciona a sua ação na integração social e melhoria das condições de vida de pessoas e grupos sociais mais desfavorecidos | Evento “Formula Student”. Instituto Politécnico de Leiria: 60 visitantes. Baseado no projeto inglês *Formula Student* sob a chancela do IMechE– *Institution of Mechanical Engineers*, onde os estudantes do estabelecimento de ensino superior procuram difundir os trabalhos de investigação realizados, no âmbito da competição 4L Trophy, destinada a estudantes universitários de toda a Europa, cuja missão social é fazer chegar material escolar junto da população escolar de Marrocos | Iniciativa “Festival das Sopas”- Pais dos Pioneiros do Agrupamento 1198 do CNE - Santo Agostinho: 200 visitantes. Evento para angariação de receita destinada a custear as despesas inerentes com a participação da Coletividade no Jamboree Mundial no Japão(Yamaguchi) - encontro de jovens escuteiros, procura partilhar o trabalho desenvolvido pelo escutismo de cada país | Total: 4.310 visitantes.

Foi assegurada a programação, *coordenação*, acompanhamento e monitorização de todas as ações relativas ao processo de acolhimento de iniciativas, dos equipamentos Teatro Miguel Franco, Centro Cultural Mercado de Santana, no qual se integra o Espaço + Jovem e o Recinto Santana; e Teatro José Lúcio da Silva (exposições). Coadjuvância em demais projetos de ação cultural municipal, com as diferentes estruturas municipais, enfatizando aqui o licenciamento de toda a atividade cultural municipal e projeto cultural Teatro fora de Portas, nos quais se integra a programação de atividades para os espaços museológicos m|i|mo e Moinho de Papel.



Acompanhamento e orientação de três recursos humanos, no Centro Cultural Mercado Santana, ao abrigo do Programa de Reinserção Social, e orientação de um Estágio Curricular.

## **2. ANIMAÇÃO DE RUA**

Temporada de Concertos nas Freguesias – iniciativa que conta com a colaboração dos grupos corais do concelho de Leiria e do Orfeão de Leiria – Conservatório de Artes. Durante o período em análise, decorreram os seguintes concertos:

- Grupos Corais do Orfeão de Leiria e Viva Voz de Santa Catarina da Serra, na Igreja de Ortigosa, no dia 22/11/2014, pelas 21h00. Cerca de 50 espetadores;
- Grupos Corais Cantábiles e Hospital de Santo André de Leiria, no Santuário de Sr. Jesus dos Milagres, no dia 29/11/2014, pelas 21h00. Cerca de 150 espetadores;
- Orfeão de Leiria – Conservatório de Artes, no Santuário de Nossa Senhora da Encarnação, no dia 12/12/2014, pelas 21h00. Cerca de 120 a 140 espetadores;
- Orfeão de Leiria – Conservatório de Artes, na Igreja Velha, no dia 19/12/201, pelas 21h00. Cerca de 150 a 200 espetadores.

## **3. CASTELO**

- **Gestão de Bilheteira/Loja e Estatística: Total de visitantes - 6.881 | Receita: €8.141,00 | Receita Loja: €157,30**

- **Apoio a eventos:** Aniversário de criança no dia 22 de Novembro de 2014 nos Paços Novos, Corridas no Castelo organizado pela Oftel Runners dia 13 de Dezembro de 2014, Atividade dos escuteiros do Agrupamento 776 Leiria, e atividade da EPAMG – Escola Profissional de Artes da Marinha Grande. Total trimestral eventos: 741 participantes.

**Atividades Pedagógicas:** 1 oficinas Pedagógica “Castelo para Guerreiros e princesas” com 9 participantes e €7,35 de receita.

Acompanhamento de 32 grupos, do ensino pré-escolar ao superior, entre outras entidades locais e nacionais, correspondendo a 798 pessoas. Dos 32 grupos, 11 obtiveram visita guiada (363 pessoas) e 21 visitas livres (435 pessoas).

## **4. MIMO**

- **Gestão de Bilheteira/Loja e Estatística: Total de visitantes – 2481; Receita - €1.326,45; Receita da Loja - €44,50.** Total de cedências 29 com um total de 592 participantes.

— **Exposições temporárias:** “4.ª Maratona Fotográfica FNAC” entre 15-11. e 31-12-2014, com 1453 visitantes; ESAD “Confidências Criativas” entre 29-11. e 31-12-2014, com 991 visitantes; “A criança sob o olhar de Eduardo Teixeira Pinto” entre 03-01. e 07-02-2015, com 823 visitantes; “Quarto Proibido” entre 13-12-2014 e 31-03-2015; “A Terceira Imagem – A Fotografia Estereoscópica em Portugal e o Desejo do 3D” entre 17-01. e 15-03-2015.

— **Serviço educativo:** 32 visitas guiadas com 639 participantes e 8 oficinas, com 160 participantes, sendo: 3 Oficinas de Brinquedos Óticos, com 71 participantes; 3 Oficinas Curiosa Mente, com 51 participantes; 1 Oficinas Marionetas, com 23 participantes; 1 visionamento de filme, com 15 participantes.

— **Serviço do Centro de Documentação e Informação Artur Avelar (CDIAA):** 8 consultas in loco | 4 requisições externas | 15 visitantes/utilizadores (8 deles novos leitores) | 42 livros/documentos consultados | 6 utilizadores do Arquivo Fotográfico | 4 Doações | 3 Depósitos | 4 ofertas de obras ao CDIAA

## **5. MOINHO DO PAPEL**

**Gestão de Bilheteira/Loja e Estatística: Total de visitantes – 1430; Oficinas – 326; Receita - €582,40**

## **6 - AGROMUSEU D. JULINHA**

**Gestão de Bilheteira/Loja e Estatística: Total de visitantes – 163; Receita - €142,85**

## **7. ASSOCIATIVISMO**

Na sequência do preconizado no Regulamento de Atribuição de Auxílios – PRO Leiria, em vigor no Município de Leiria, foram entregues neste período 38 candidaturas para o programa de apoios 2015.

Foi efetuado atendimento pessoal a aproximadamente 23 Entidades/Associações;

Foi efetuado atendimento telefónico a aproximadamente 40 Entidades/Associações;

Foram elaboradas e registadas informações para envio à Divisão Financeira para desbloqueamento de verbas – 20 pagamentos processados.

Continuação da Temporada de Concertos nas Freguesias com:

- Orfeão de Leiria|Conservatório de Artes, na Igreja das Chãs no dia 16/01/2015. Cerca de 60 participantes.
- Grupo Corális, na Igreja Paroquial do Arrabal no dia 24/01/2015. Cerca de 30 participantes.
- Orfeão de Leiria |Conservatório de Artes, na Igreja dos Marrazes no dia 30/01/2015. Cerca de 110 participantes.
- Grupo Coral AdesbaChorus e do Grupo Coral da SAMP - Sociedade Artística e Musical dos Pousos, na Igreja Paroquial de Amor no dia 31/01/2015. Cerca de 50 participantes.

## **8. ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO - CASA DOS PINTORES | CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO LAPEDO**

Atendimento e visitas guiadas: 73 visitantes, incluindo: visitas guiadas e reuniões com munícipes, projetistas, investigadores e estudantes. A Casa dos Pintores foi visitada, desde a sua abertura, por 1318 pessoas.

### **Atividades pedagógicas e de divulgação**

- Percursos Visite Leiria - iniciativa de divulgação do património edificado e história do urbanismo de Leiria, em colaboração com equipa do Gabinete de Reabilitação Urbana e DIPOET. Balanço dos eventos anuais, e elaboração de estatística. No total verificaram-se nos Percursos de 2014 - 534 participantes nas 6 sessões, sendo que o percurso do Vale do Lapedo foi realizado por duas vezes. 55 pessoas repetiram a participação, sendo que 19 o fizeram 4 ou mais vezes.
- Revisão de itinerários turísticos: Núcleo antigo das Cortes; Judiaria de Leiria; Vale do Lapedo; Pedrógão; Património Religioso de Leiria; Monte Real. Programação de percursos para 2015.
- Agendamento e realização de serviços educativos e atividades pedagógicas na Casa dos Pintores e externamente, com recurso a maletas pedagógicas.

Participação, em parceria com a Divisão de Juventude, Educação e Biblioteca no projeto “É Natal no País dos Livros”, no dia 22/12/2014, na Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira, com o tema “Ser arqueólogo”.

### **Arqueologia e Património (Oficina de Arqueologia):**

A Carta Arqueológica de Leiria integra atualmente **334** sítios arqueológicos georreferenciados. Dada a conclusão dos trabalhos de coordenação de intervenção arqueológica da empreitada dos SMAS de A-do-Barbas, é obrigatória a apresentação do Relatório Final da intervenção, correspondente a 2012 e 2013, contudo por motivo de priorização de atividades encontra-se suspensa a sua elaboração. Apoio técnico na área de salvaguarda do património para efeitos de desenvolvimento de processos de intervenção no Centro Histórico da Cidade de Leiria, que corresponde a **94** edifícios/espacos do Centro Histórico de Leiria, e devido acompanhamento em **66** processos que incluíram a realização de trabalhos arqueológicos. Apoio em **55** processos, com intervenção arqueológica, realizados na área do restante concelho de Leiria. Apoio ao DIEM – processo de obra de reconstrução de muro, na Rua da Amoreira, no que concerne à área técnica de arqueologia, e da Variante dos Capuchos, cuja intervenção arqueológica teve início em Agosto de 2014. Suspenso o apoio técnico na área de arqueologia a 23 de outubro de 2014 e o mesmo foi retomado a 30 de janeiro de 2015. Atividades relativas à implementação do Regulamento Municipal do Centro Histórico de Leiria. Acompanhamento do processo de desenvolvimento do Projeto para o Centro de Diálogo Intercultural de Leiria, a instalar na Igreja da Misericórdia da cidade, no quadro do Projeto Rotas de Sefarad – Valorização da Identidade Judaica Portuguesa no Diálogo Interculturais, em associação com a Rede de Judiarias de Portugal. Acompanhamento do Ciclo de Concertos de Música Judaica na Judiaria de Leiria, para o concerto previsto para a Igreja da Misericórdia. Integração em projeto de investigação proposto pelo Dr. Telmo Pereira, investigador convidado da Universidade do Algarve, que foca a evolução humana, climática e o comportamento humano durante o Paleolítico na bacia do Rio Lis. O projeto foi submetido à tutela (a fim de obter aprovação) e a agências nacionais e internacionais (a fim de obter financiamento) para que se inicie em 2015. Acompanhamento arqueológico de abertura de vala para instalação de infraestrutura elétrica para Gerador/Grupo Eletrogéneo, obra promovida pelo Comando Distrital de Leiria da Polícia de Segurança Pública. Definição de conteúdos para candidatura do Abrigo do Lagar Velho/Menino do Lapedo à Marca do Património Europeu (MPE). No quadro do processo de revisão do PDM, na fase da discussão pública, procedeu-se à análise e elaboração de pareceres sobre participações relativas ao património cultural, incluindo os elementos patrimoniais arqueológicos. Integração em equipa multidisciplinar para desenvolvimento de propostas visando sustentar possibilidades de investimentos para candidatura 2020/espacos naturais: Vale do Lapedo, Salinas da Junqueira e Lagoa da Ervedeira.

**Museus, Reservas do Município de Leiria e Exposições:** Gestão das reservas municipais e Inventário e acondicionamento de peças do acervo do Museu de Leiria. Acompanhamento do protocolo com o

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) e com o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MNHNC) para estudo da coleção osteológica de S. Martinho. Desenvolvimento da parceria com a Sociedade de História Natural- Laboratório de Paleontologia e Paleoecologia, de Torres Vedras. Tratamento de material arqueológico integrado no PNTA - Carta Arqueológica de Leiria. Coordenação do processo de instalação do Museu de Leiria no Convento de Santo Agostinho: equipamento e museografia. Desenvolvimento dos procedimentos concursais e acompanhamento dos processos. Desenvolvimento do projeto da exposição de longa duração do Museu de Leiria, a instalar no Convento de Santo Agostinho. Desenvolvimento da exposição temporária, a instalar no Museu de Leiria, subordinada ao tema Arqueologia no Castelo de Leiria. Desenvolvimento de proposta de acordo programa a estabelecer entre a CML e o IPL, no âmbito do definido no protocolo datado de 2013, visando garantir uma estreita ligação do Museu de Leiria ao IPL. Reuniões e desenvolvimento de iniciativas com investigadores da ESTG, ESECS, CDRsp – Center for Rapid and Sustainable Product Development/Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado do Produto). A equipa do CDRsp já iniciou o processo de digitalização 3D de fósseis, provenientes da Mina da Guimarães, e depositados no Museu Geológico, entidade com a qual se iniciou o processo de definição de um protocolo de parceria. Elaboração de conteúdos e definição de estratégias de intervenção. Desenvolvimento de conteúdos para exposição referente ao património (paleontológico, mineiro e antropológico) da mina da Guimarães. Elaboração de proposta de minuta de protocolo para garantir a cedência temporária de peças por parte do seminário Diocesano ao Museu de Leiria. Integração de investigadora estagiária da Universidade de Lisboa – Faculdade de Belas Artes, Mafalda Garcia, para desenvolvimento de tese de mestrado associada ao Museu de Leiria. Identificação de trabalhos a executar na envolvente de Santo Agostinho para viabilizar as condições para abertura do Museu. Para o efeito completou-se o projeto da DIEM-GEP elaborado com base nos elementos relativos às telas finais da Intervenção Polis, com as indicações definidas pela equipa de Instalação do Museu.

#### **CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO ABRIGO DO LAGAR VELHO**

**Visitas:** uma visita guiada durante este período, num total de 15 visitantes, no âmbito do projeto do Museu de Leiria.

Acompanhamento de processos referentes a atividades e ocorrências anómalas na área de Zona Especial de Proteção, no quadro do processo para a salvaguarda do património arqueológico e natural do Vale do Lapedo, em parceria com a DGPC e DRCC, bem como de gestão e inventário do espólio referente ao Abrigo do Lagar Velho e Abrigo do Alecrim. Acompanhamento do processo referente ao registo no Instituto Nacional de Propriedade Industrial das marcas Vale do Lapedo, Abrigo do Lagar Velho e Menino do Lapedo.

#### **9. BANCO DE PORTUGAL**

Acolhimento da exposição “Construções em Peças LEGO” da comunidade 0937, de 29-11 a 28-12-2014, com 12.979 visitantes.

#### **10. DESIGN**

Desenvolvimento de projetos de criatividade/design dos eventos nas diversas temáticas no âmbito cultural e dos restantes serviços do Município. Todos os projetos tiveram uma divulgação própria e específica para o evento a divulgar. De salientar, que os projetos tiveram intervenções criativas nos diversos suportes de comunicação: cartazes, folhetos, desdobráveis, catálogos, lonas, painéis, *newsletters*, *facebook* e outros, assegurando sempre o acompanhamento em produção nas empresas. A intervenção nas exposições dos espaços culturais através do *design* dos suportes de comunicação e da criação circuito expositivo, bem como na logística necessária para a montagem e acompanhamento nas montagens e desmontagens.

Incluem-se ainda, suportes para a nova identidade/marca - visite Leiria, Leiria CUP, Arena Desporto, Ciclo de conferências do desporto, rede de percursos pedestres, plano dos suportes gráficos de 2015, Leiria sobre Rodas, Leiria há 100 anos, plano de decoração do pátio do Mercado de Santana.

Curadoria e design de exposições: “Construções em Peças LEGO”, exposição de escultura “Ressurgências” no Banco de Portugal e “A Terceira Imagem – A Fotografia Estereoscópica em Portugal e o Desejo do 3D” patente no Mimo.

### **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E AMBIENTE**

#### **ASSUNTOS TRANSVERSAIS/ÂMBITO GERAL**

#### **MERCADO MUNICIPAL DE LEIRIA**



- Novas instalações (projetadas) – Acompanhamento dos trabalhos da equipa a quem foram oportunamente adjudicados os estudos e projetos para a revitalização do Mercado Municipal de Leiria. Neste âmbito, foram analisados os documentos relativos ao *Estudo de Diagnóstico Comercial e Programa Base*;
- Instalações atuais – Em dezembro de 2014, tiveram início as obras de requalificação do piso 0, na zona dos talhos. Durante todo o mês de janeiro de 2015 e primeira semana de fevereiro efetuaram-se as alterações previstas no piso 0, na zona da peixaria, tendo sido, requalificados, igualmente, os sanitários públicos. Durante todas as intervenções realizadas o mercado municipal funcionou regularmente, quer no que concerne à venda de carne, quer de hortofrutícolas, quer de peixe.

**FEIRA DE MAIO** - Preparação do procedimento concursal para aluguer de módulos sanitários e balneários para a Feira de Maio e para a Feira de Levante de Leiria, em resultado da deslocalização desta última.

#### **AMBIENTE – CLIMA/QUALIDADE DO AR**

**PROJETO CLIMADAPT.LOCAL** – Decorreu, em Lisboa, no dia 15 de janeiro de 2015 a assinatura do protocolo de colaboração entre o Consórcio liderado pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa/CCIAM (*Centre for Climate Change Impacts, Adaptation and Modelling*) e o Município de Leiria (ML). Neste âmbito, incumbe ao ML, a realização de uma série de tarefas, as quais deverão ser realizadas de acordo com um cronograma rigoroso de modo a que, em Fevereiro de 2016, seja apresentada publicamente a EMAAC – Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Leiria, em paralelo com as Estratégias dos outros 25 Municípios envolvidos/selecionados no âmbito da candidatura vencedora do Projeto AdaPT (O ClimAdaPT.Local). Este projeto visa ainda capacitar os municípios portugueses para avaliar as vulnerabilidades locais e o respetivo potencial de adaptação face às alterações climáticas e aumentar a sua capacidade para incorporar a adaptação às alterações climáticas nos seus instrumentos de planeamento e intervenções. Acresce que, com base nesta Estratégia, o Município de Leiria, para além ser catapultado para o pelotão da frente em termos nacionais, juntamente com os restante 25, poderá vir a concretizar uma série de projetos que poderão consubstanciar candidaturas no novo quadro de referência comunitário.

#### **AMBIENTE – RESÍDUOS**

**TARIFÁRIO DE RESÍDUOS URBANOS 2015** – Em respeito pelas competências das autarquias locais para a fixação de preços de acordo com o Decreto-lei 75/2013, de 12 de setembro, promoveram-se as diligências necessárias à aprovação do tarifário de resíduos urbanos (RU) a vigorar no concelho de Leiria em 2015 em conformidade com a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, nomeadamente no que se refere ao equilíbrio económico, em situação de eficiência produtiva. A aprovação de tarifários está igualmente sujeita à sua compatibilização com a alínea b) do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto – Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, à Deliberação da ERSAR n.º 928/2014, de 15 de abril (novo Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos) e ao Plano Estratégico de Resíduos Urbanos (PERSU2020).

Para 2015, foram efetuadas algumas alterações ao modelo apresentado desde 2010, de modo a cumprirem com as novas orientações resultantes do recente regulamento tarifário cujo objetivo é o estabelecimento das «disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicação das tarifas e às respetivas obrigações de prestação de informação». O tarifário de RU 2015 foi submetido a aprovado em reunião de Câmara de 3 de fevereiro, logo após o parecer favorável da ERSAR ao mesmo.

**IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECOLHA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO** - Com o objetivo de dar cumprimento ao Decreto-Lei 46/2008, de 12 de Março, que aprova o Regime Jurídico de Resíduos de Construção e Demolição, o Município desenvolveu diligências tendo em vista implementar no concelho um novo serviço, eficiente, acessível e financeiramente sustentável.

**VEÍCULO EM FIM DE VIDA (VFV)** – No período considerado e na sequência dos procedimentos habituais de remoção de viaturas abandonadas da via pública, de acordo com a legislação aplicável, realizou-se no dia 21 de janeiro de 2015, mais uma hasta pública de VFV em posse da Autarquia. Assim, para além do correto encaminhamento, em termos ambientais, daqueles resíduos perigosos, obteve-se também uma receita adicional de €4.500,00.

#### **AMBIENTE – RECURSOS HÍDRICOS**

**LIMPEZA DE LINHAS DE ÁGUA** - No período considerado procedeu-se ao desenvolvimento de procedimentos com vista à resolução de solicitações diversas, apresentadas junto desta Autarquia, relacionadas com

linhas de água diversas, nomeadamente de reparação de lombos no Ribeiro do Pinto, em colaboração com a Junta da *União de Freguesias de Marrazes e Barosa e no rio Lis, nas Olhalvas*.

#### **AMBIENTE – RUÍDO**

**QUEIXAS RELACIONADAS COM INCOMODIDADE** – Preparação do concurso para realização de avaliações acústicas, promovidas por parte da Autarquia, necessárias à averiguação das demais solicitações apresentadas por munícipes.

**PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RUÍDO (PMRR) E MAPAS DE ZONAS MISTAS E SENSÍVEIS (MZMS)** - Análise, em conjunto com a DIPOET, da proposta de Plano Municipal de Redução de Ruído e das Zonas Mistas e realização de reunião conjunta com ESTG, visando a melhoria da proposta apresentada por aquela entidade.

#### **AMBIENTE – RECURSOS GEOLÓGICOS**

**REVISÃO DO PDM LEIRIA** - Colaboração com a DIPOET na revisão do Plano Diretor Municipal de Leiria, no que se refere à elaboração do Regulamento e definição de Espaços para Exploração de Recursos Geológicos, bem como análise de reclamações apresentadas no âmbito da consulta pública do futuro PDM.

#### **AMBIENTE – HIGIENE E SALUBRIDADE PÚBLICAS**

**LUTA ANTI MURINO** – Encontra-se em fase de adjudicação o "Ajuste Direto n.º 06/2015 Contratação de serviços de controlo e prevenção anti murino, bem como de outras ações de desinsetização, desinfestação, desbaratização e expurgo".

#### **AMBIENTE – ESPAÇOS NATURAIS**

**ESPAÇOS NATURAIS** - Participação na elaboração de documentação com vista ao desenvolvimento de projetos de reabilitação e valorização de espaços naturais do Concelho, nomeadamente do Lapedo, da Lagoa da Ervedeira e das Salinas da Junqueira.

#### **AMBIENTE – EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

##### **PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

- Realização de saídas de campo em novembro no âmbito do Projeto Rios, designadamente com a EB Cortes e a IPSS Oásis.
- Realização de saídas de campo Rio Lis, no âmbito da Ciência Viva, com a ESTG/IPL em novembro e em dezembro realizou-se uma saída de campo ao Rio Lis e uma sensibilização para a carreira na área da educação ambiental com uma turma da ESECS/IPL.
- Em dezembro realizou-se no Bairro Social Cova das Faias uma atividade de reutilização de resíduos, alusiva ao Natal e outra com o Centro de Explicações de S Mamede, Fátima.
- De 26 de janeiro a 27 de fevereiro, estará patente no Centro de Interpretação Ambiental de Leiria, a exposição da Marlisco, "Lixo marinho: um problema global". O Projeto MARLISCO (*Marine Litter in European Seas: Social Awareness and CO-Responsibility*) é um projeto europeu financiado pela Comissão Europeia no âmbito do 7º Programa-Quadro (FP7) para a Investigação & Desenvolvimento, que pretende aumentar a consciência social sobre os impactos do lixo marinho e possíveis soluções para o problema, de forma a inspirar mudanças de atitude e comportamento na sociedade.

#### **DIVISÃO DE DESPORTO**

##### **ASSOCIATIVISMO, FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DESPORTIVA**

##### **Apoio ao Associativismo Desportivo**

Regulamento de Atribuição de Auxílios do Município de Leiria (RAAML 2013): Desbloqueamento dos 70% e/ou 100%, consoante os casos, definidos na calendarização dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo referentes ao RAAML 2013, aprovados na Reunião de Câmara de 2013.09.10;

PRO Leiria 2014: desbloqueamento das verbas referentes aos 70% e 100% do Pro Leiria 2014 –1.ª, 2.ª e 3.ª fases;

PRO Leiria 2015: receção e análise das candidaturas para a Atribuição dos Auxílios do Município de Leiria – PRO Leiria 2015;

Apoios Pontuais e Parcerias (apoios financeiros, logísticos, cedências de espaços e ofertas institucionais a diversas entidades):

- Apoio à Associação Desportiva Recreativa de Kickboxing e Desportos de Combate para a realização da "Gala de Kickboxing", aprovado em Reunião de Câmara de 2014.11.18;
- Apoio financeiro de €2.500,00, ao Grupo Desportivo Lisesca para aquisição/instalação de plataformas pesqueiras nas margens do rio Lis, aprovado em Reunião de Câmara de 2014.12.02;
- Parceria com o Clube Offtel Runners para a realização do "III Christmas Trail", aprovado na Reunião de Câmara de 2014.12.02;
- Apoio ao Agrupamento de Escolas Domingos Sequeira para a utilização da pista de atletismo do Estádio Municipal de Leiria - Dr. Magalhães Pessoa no âmbito da realização dos "Megs – Fase Escola do Agrupamento Domingos Sequeira", aprovado na Reunião de Câmara de 2015.02.03.

#### **Programa de Formação Desportiva**

Organização do "Seminário de Gestão de Instalações Desportivas", no Auditório do Estádio Municipal de Leiria – Dr. Magalhães Pessoa, no dia 23 de janeiro de 2015 e que contou com a participação de 51 agentes desportivos;

Preparação dos "Ciclos de Conversas Desportivas: A Experiência do Treinador - liderança e motivação de equipas - à conversa com especialistas", que decorrerão no Auditório do Estádio Municipal de Leiria – Dr. Magalhães Pessoa, nos dias 2 de março, 6 de abril e 4 de maio de 2015.

#### **Divulgação Desportiva**

Atualização das diversas calendarizações/programações de divulgação, ao nível dos eventos desportivos; preparação dos conteúdos a inserir na Leiriagenda; publicação de conteúdos no facebook do Visit Leiria e do Programa Viver Activo, preparação de conteúdos dos diversos meios de comunicação/ divulgação (cartazes, folhetos, slides, lonas, etc.).

#### **PROGRAMA DE DESPORTO INFORMAL**

##### **Eventos Desporto Informal**

Criação e planeamento dos seguintes eventos na área do desporto informal: REDE PERCURSOS PEDESTRES DE LEIRIA; ARENA DESPORTO 2015 (Parque da Cidade, Feira do Desporto, Praia do Pedrógão; e LEIRIA CUP 2015).

Para o efeito, procedeu-se à produção dos cadernos dos projetos, definição dos objetivos, público-alvo, atividades, calendário de eventos e parceiros públicos e privados a integrar nos projetos.

Produção dos Planos de Comunicação, Dossiers de Marketing e apresentação dos projetos aos *stakeholders* (juntas/uniões de freguesia, clubes e associações de modalidades e entidades privadas) – Reunião Apresentação LEIRIACUP (19 dezembro 2014) e Reunião Apresentação ARENA DESPORTO (27 janeiro 2015).

REDE PERCURSOS PEDESTRES DE LEIRIA – MARRAZES | MATA DOS MARRAZES: Planeamento em conjunto com o NEL e a UF Marrazes e Barosa, definição do percurso, acompanhamento logístico dos trabalhos a realizar na mata dos marrazes, produção de material promocional, implementação do plano de comunicação, contatos com entidades (museu escolar e paróquia dos Marrazes) e operacionalização da atividade de dia 8 de fevereiro. Participaram 320 pessoas, estando incluindo no percurso uma visita ao Museu Escolar e uma atividade radical num dos pontos do percurso, slide. As publicações efetuadas nas redes sociais, nomeadamente no visit leiria, cinco, tiveram níveis de visualização na ordem das 50.000 pessoas alcançadas, 300 partilhas e cerca de 700 likes.

##### **Outros eventos**

Operacionalização do evento organizado em parceria com a Associação Mensagens Positivas *Impossibility Challenger*, dias 6 e 7 de dezembro de 2014, no Estádio Municipal de Leiria – Dr. Magalhães Pessoa, na área logística: montagem da parede de escalada, transporte e cedência de equipamento e material diverso; promoção do evento: definição de plano de comunicação, designadamente os meios promocionais, inserção de notícias, *mailing*, etc.; e apoio institucional: definição do programa do evento, convites a participação de entidades privadas e públicas do concelho de Leiria – BML, Carldora, Rodoviária do Tejo, Movicortes e Transpombalense/Scania Leiria.

Participaram concorrentes de diversos países europeus tendo sido batidos dois (2) recordes do Guinness, nove(9) mundiais e três (3) pessoais. Neste conjunto de tentativas de recorde estiveram presentes atletas e clubes de Leiria, tais como: o ciclista Carlos Vieira, Juventude Vidigalense e Nucleo de Espeleologia de Leiria.

Assistiram ao evento, ao vivo, cerca de 1.500 pessoas, tendo existido uma ampla cobertura dos órgãos de comunicação social locais e nacionais, sendo transmitido na TVI e SIC, reportagem do evento no dia 7 de dezembro, no Jornal da Uma e Primeiro Jornal, respetivamente.

Apoio à operacionalização do MEO URBAN TRAIL e COLOR RUN 2015 – participação em reuniões de organização do evento, planeamento e montagem dos percursos e acompanhamento das atividades do promotor (divulgação).

Apoio ao planeamento do LEIRIA SOBRE RODAS, nomeadamente a pesquisa de parceiros para a Mostra de Veículos Históricos 2015, zona de exposição de peças auto e moto e zona de jogos e simuladores. Produção de mapa de expositores (Leiria e Topo Norte).

#### **PROGRAMA DE DESPORTO FORMAL**

##### ***Programa Viver Activo***

Coordenação das tarefas do Gabinete Viver Activo, a funcionar no Estádio Municipal de Leiria, desde o dia 17 de novembro de 2014, para apoio ao desenvolvimento do Programa, designadamente ao nível de:

- atendimento e inscrição de novos utentes;
- receção de mensalidades e emissão das correspondentes faturas/recibos;
- ligação às Juntas de Freguesia parceiras, nos núcleos de Caranguejeira, Maceira e Bajouca, nomeadamente a emissão das faturas/recibos destes utentes;
- controlo da assiduidade dos utentes e professores;
- reajuste das turmas e contactos aos alunos inscritos, nos 4 núcleos de actividade;
- inscrições de novos utentes para a época letiva 2014/2015;
- realização de reuniões de coordenação com os professores do Programa, para articulação de procedimentos e tarefas a desempenhar pelos professores, bem como desenvolvimento do Programa de Atividades extra curriculares, designadamente Baile de Natal, realizado no EML, no dia 19 de dezembro de 2014, com cerca de 300 participantes;
- realização de palestras para os utentes do Viver Activo no Estádio Municipal, promovidas pela empresa Polidiagnóstico, nos dias 6 de janeiro – “Envelhecimento Ativo”, com cerca de 20 participantes e 3 de fevereiro – “Exercício Físico no Idoso”, com cerca de 10 participantes;
- abertura de nova aula de Dança/Baile no Estádio Municipal, desde o dia 3 de fevereiro, todas as terças feiras, com a participação de 40 utentes;
- realização do Baile de Carnaval, no dia 13 de fevereiro de 2015, com cerca de 150 participantes.

##### ***Eventos Desporto Formal***

Colaboração na preparação dos seguintes eventos em parceria ou a apoiar pelo Município:

- “Festival de Patinagem Artística do Hóquei Clube de Leiria”, no dia 6 de dezembro de 2014 Hóquei Clube de Leiria;
- “Torneio Zonal de Juvenis - Zona Sul”, nos dias 12 a 14 de dezembro de 2014 – Associação de Natação de Leiria;
- “III Christmas Night Trail”, dia 13 de dezembro de 2014 – OFFTEL Runners;
- “Taça da Europa de Lançamentos”, dias 14 e 15 de março de 2015 – Juventude Vidigalense;
- “10 km de Leiria”, dia 12 de abril de 2015 – Leiria Marcha Atletica Clube;
- “II Campeonato Ibérico de Relva”, dias 30 e 31 de maio de 2015 – Leiria *Flying Objects*;
- “Torneio Nacional de Andebol de Infantis”, de 18 a 21 de junho de 2015 – Associação de Andebol de Leiria.

#### **GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS – ACORDOS**

##### ***Pavilhões Desportivos Municipais***

Face à continuidade do modelo de gestão definido para os Pavilhões Desportivos Municipais (PDM), designadamente a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia e União das Freguesias, em vigor até a 31 de outubro de 2017, a DID operacionaliza e coordena com estas entidades a utilização dos espaços desportivos protocolados por parte dos Clubes, bem como centraliza todo o processo de marcações de jogos/ eventos.

De acordo com os contratos supracitados, a DID presta apoio técnico e supervisiona a gestão das instalações, sobretudo ao nível da manutenção e elabora as respetivas informações de desbloqueamento de verbas protocoladas para este fim.

Relativamente à gestão do Pavilhão Desportivo dos Silvas, que o ML reassumiu desde o dia 1 de janeiro de 2013, a DID desenvolve as tarefas de gestão relacionadas apenas com a limpeza e manutenção do espaço. Estão a ser desenvolvidas acções para a criação de um espaço alternativo para albergar o Clube Judo Dragão, utilizador desta instalação.

Durante o período de atividade deste relatório foram marcados 114 jogos e torneios dos respetivos campeonatos oficiais.

Foram realizadas visitas aos PDM e reuniões com as respetivas Uniões de Freguesia/ Juntas de Freguesia, entidades gestoras destas infraestruturas desportivas, para atualização do levantamento das anomalias/ pontos de situação (PDM de Caranguejeira – 4 fevereiro e PDM Pousos, Correia Mateus e Colmeias – 12 fevereiro).

#### **Piscinas Municipais**

Desenvolvimento das tarefas inerentes à Comissão de Acompanhamento criada no âmbito da passagem da gestão do Complexo Municipal de Piscinas de Leiria (CMPL), Piscina Municipal de Caranguejeira (PMC) e Piscina Municipal de Maceira (PMM) para a ADCR Bairro dos Anjos, através da celebração dos respetivos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, desde o dia 1 de julho de 2013 para o CMPL e a PMC e 1 de outubro de 2013 para a PMM.

Análise dos relatórios trimestrais enviados pela ADCR Bairro dos Anjos, pela Comissão interdisciplinar que acompanha e supervisiona os Contratos supracitados, bem como a realização das reuniões de avaliação trimestrais correspondentes.

Realização de reuniões mensais de operacionalização da gestão das Piscinas Municipais acima mencionadas, com o intuito de visitar regularmente estas instalações e verificar a qualidade do serviço prestado por parte da entidade gestora.

#### **GESTÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO MUNICIPAL – ESTÁDIO**

No período em referência, em termos gerais o equipamento apresentou os seguintes dados estatísticos:

- 5394 entradas registadas de atletas dos clubes do Concelho Leiria para utilização da Pista de Atletismo;
- 562 entradas de atletas para os 16 treinos da União Desportiva de Leiria;
- 5 Jogos oficiais da União Desportiva de Leiria no Campeonato Nacional de Seniores.
- 120 entradas de atletas para os treinos da seleção sub/16 feminino ;
- 535 entradas de árbitros da Associação de Futebol de Leiria;
- 23 entradas de público livre para utilização da Pista de Atletismo;
- 22 entradas para a realização de provas físicas dos Bombeiros Municipais de Leiria;
- 23 visitantes livres às instalações do equipamento;
- 36 visitas acompanhadas às instalações do equipamento.

No âmbito das atividades acolhidas pelo Estádio Municipal de Leiria – Dr. Magalhães Pessoa, durante o período supracitado em título, destacam-se:

A realização do evento Impossibility Challenger, parceria entre o Município e a Associação Mensagens Positivas, nos dias 6 e 7 de dezembro de 2014;

Cursos de treinadores de futebol e futsal dinamizados pela Associação de Futebol de Leiria;

Curso de juizes de atletismo dinamizado pela ADAL - Associação Distrital de Atletismo de Leiria;

As fases turma do “Mega Quilometro” do Colégio Nossa Sra. de Fátima, nos dias 25, 27 e 28 de novembro 2014 e o “Mega Sprint” nos dias 27, 29 e 30 de janeiro e 2, 3, 4 e 5 de fevereiro 2015, com a participação de 161 alunos.

#### **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Programas de comparticipação de Medicamentos – No ano civil de 2014 beneficiaram do Programa de Comparticipação a Medicamentos a Famílias Carenciadas 751 beneficiários, integrando o total de 363 agregados familiares. Até 16 de fevereiro de 2015 deram entrada na DIDS 126 processos/requerimentos encontrando-se 69 munícipes a beneficiar do Programa, integrando o total de 39 agregados familiares.

Banco Local de Voluntariado de Leiria - Neste período foram rececionadas quarenta e cinco novas candidaturas a voluntários e dois Programas de Voluntariado. Foram integrados dezassete voluntários em ações de voluntariado previstas nos Programas de Voluntariado apresentados pelas entidades organizadoras e dezoito voluntários em ações pontuais.

Rede Social: Durante este período, realizaram-se várias reuniões do Núcleo Executivo do CLASL, com vista a dar continuidade ao trabalho de avaliação das ações definidas e realizadas em consonância com o Plano de Desenvolvimento Social do CLASL, sendo que duas destas reuniões tiveram como principal objetivo a emissão de pareceres sobre candidatura à criação de Respostas Sociais: AMBESSE – Associação de Melhoramento e Bem Estar de Santa Eufémia; Associação de Solidariedade Social dos Professores – Delegação de Leiria.

Comissões Sociais de Freguesia e Inter freguesias – Foi prestado apoio técnico à Comissão Social de Freguesia de Bidoeira de Cima, e Comissão Social Inter freguesias de Coimbra, Bajouca e Monte Redondo/ Carreira através da participação em reunião das próprias Comissões.



Apoio à pessoa idosa – Foi garantida a participação na equipa técnica de acompanhamento às pessoas idosas em situação de isolamento (EPII) através do grupo de trabalho “Idosos”. No âmbito do trabalho desenvolvido com 7 grupos de voluntários do concelho que desenvolvem atividades para os idosos foi integrado mais um grupo de voluntários da freguesia de Caranguejeira.

Programa Tesouro das Famílias – No período entre 28 de outubro e 16 de dezembro decorreu uma ação do Tesouro das Famílias, dirigido a famílias indicadas pelo Centro Distrital de Leiria, ISS, IP e pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, onde participaram dezoito famílias oriundas da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes. No início de 2015 realizou-se a avaliação da ação decorrida e iniciou-se a preparação de nova ação, estando a decorrer as reuniões com os parceiros do Programa.

Gabinete de Ação Social - No presente período, o Gabinete de Atendimento Social, registou 456 atendimentos aos munícipes nas diversas áreas de intervenção.

Gabinete de Apoio Psicossocial (GAPS) - O gabinete continuou disponível para o atendimento aos trabalhadores do município, tendo acompanhado duas trabalhadoras.

Gabinete de Inserção Profissional (GIP) - No presente período o gabinete registou 661 atendimentos.

Apoio a instituições – Foram avaliadas e aprovadas em reunião de Câmara: 1 Auxílio não Financeiro/€394,80; 1 candidatura do Projeto “Classes Mobilidade”/€3.200,00; e uma candidatura a “Apoio ao Desenvolvimento de Atividades /Deficiência/€1.000,00.

Atividades Socialmente Úteis – No âmbito do Protocolo de Colaboração para o Desenvolvimento de Atividade Socialmente Útil, celebrado entre o Instituto de Segurança Social de Leiria, I.P./Centro Distrital de Leiria e o Município de Leiria foram integrados dois novos beneficiários da prestação de Rendimento Social de Inserção, sendo que estes se encontram a desenvolver as atividades socialmente úteis três dias por semana, durante três horas. Os referidos beneficiários encontram-se a desenvolver as referidas atividades no Centro de Interpretação Ambiental.

Eventos – Neste período foram realizados 3 eventos: **LUDO APTA – Dia Internacional da Deficiência** (3 de Dezembro de 2014). A iniciativa realizou-se no âmbito do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, e pretendeu sensibilizar e promover o desporto competitivo, lúdico e adaptado junto da comunidade promovendo a inclusão pelo desporto. **Natal Solidário no Mercado de Sant’Ana** (13,14,20,21 de Dezembro de 2014). Este evento teve como objetivos a dinamização do Mercado de Sant’Ana, durante dois fins-de-semana, promovendo a proximidade do Município e as IPSS’s do concelho de Leiria e proporcionar à população em geral, um espaço de gastronomia e animação durante a época natalícia.

**Natal é Magia** (18 de Dezembro de 2014). Pretendeu-se com este evento, proporcionar a 200 crianças em situação de vulnerabilidade social do concelho uma festa de Natal com vivências diversificadas, para além de promover um espaço de convívio e interação social num ambiente natalício, entre os participantes desta iniciativa. **Conferência “Vamos ser Pais!” (31 de janeiro de 2014)** - A conferência foi direcionada a futuros pais e pais sobre diversos temas relacionados com a parentalidade e família. Teve como principais objetivos sensibilizar e informar os futuros pais, bem como a comunidade em geral, para a baixa natalidade existente em Portugal.

#### UNIDADE DE GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURAIS

Anexo Mapa de Monitorização das Candidaturas QREN.

#### DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS

##### Proteção Civil Municipal

No âmbito da actividade operacional, o Centro Municipal de Operações de Socorro de Leiria (CMOS), registou/coordenou 1729 ocorrências nos meses de novembro e dezembro de 2014 verificando-se uma predominância significativa dos serviços de assistência em saúde.

Foram realizadas duas reuniões operacionais durante o período analisado, no dia 27 de novembro de 2014 e no dia 29 de janeiro de 2015, nas instalações da Divisão de Proteção Civil e Bombeiros, com a presença dos comandantes das corporações de bombeiros e representantes da GNR e PSP de modo a efectuar o balanço da actividade operacional, com a análise de dados estatísticos e ocorrências relevantes, assim como a preparação das acções conjuntas a realizar.

##### Gestão de Combustíveis

Procedeu-se à identificação e notificação de 53 proprietários de terrenos para que procedessem às devidas ações de gestão de combustíveis.

Foi solicitada à P.S.P. a colaboração para a entrega de 18 notificações e de 14 à G.N.R.

##### Mobilização de solos

No período em análise foram realizados 78 pareceres pelo Gabinete Técnico Florestal.

**Gestão de Combustíveis – Vazios Urbanos**

Durante o período considerado foram realizadas várias limpezas de terrenos com matos e silvas em propriedades do Município.

**Planos de Segurança de Eventos**

No Período em análise foram realizados 4 pareceres pela Divisão de Proteção Civil e Bombeiros.

**Comissão Municipal de Defesa da Floresta**

Durante o período em análise realizou-se uma reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, nas instalações da Divisão de Proteção Civil e Bombeiros, com a seguinte ordem de trabalhos: a apresentação e deliberação do Plano de Defesa da Floresta de Leiria e a apresentação dos dados estatísticos referentes ao período crítico de 2014.

**Outros**

No dia 04 de fevereiro, nas instalações da Divisão de Proteção Civil e Bombeiros, realizou-se uma reunião com a presença do Senhor Presidente de Câmara, o Comandante Distrital de Operações de Socorro, o Comandante Operacional Municipal, os comandantes das corporações de bombeiros, os Presidentes de Juntas de Freguesia e representantes da GNR e do ICNF, com a seguinte ordem de trabalhos: a apresentação do planeamento de ações conjuntas no âmbito municipal e no âmbito do DECIF.

Através do Programa Operacional Temático da Valorização do Território (POVT), a Divisão de Proteção Civil e Bombeiros, apresentou uma candidatura com o propósito de reforçar e melhorar o sistema de comunicações no município de Leiria com a aquisição de rádios móveis, portáteis e de secretária.

Leiria, 18 de fevereiro de 2015

O Presidente da Câmara Municipal de Leiria



Raul Castro

QREN		Inv. Elegível	Taxa média	Complicação	AL	até 15/02/2015			
TOTALS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS		€ 29.260.147,23	86,30%	€ 24.902.556,86 [comunitária] [nacional] 348.165,88	€ 6.125.337,57	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Complicação transferida	Taxa comp. transferida
TOTALS DAS CANDIDATURAS APROVADAS		€ 29.223.247,23	86,30%	€ 24.871.191,86 [comunitária] [nacional] 348.165,88	€ 6.119.802,57	€ 22.636.440,97	77%	€ 17.788.639,63	72%

Designação da candidatura	Código	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	De acordo com Contrato de Financiamento - máximos aprovados De acordo com o Relatório Final		ou	Valor elegível validado [Pedidos Pagamento]	Valor elegível por submeter [Saldo]	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física								
					Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL	até 15/02/2015											
REGENERAÇÃO URBANA/REABILITAÇÃO URBANA					€	8.158.752,26	85,00%	€	6.934.939,44	€	1.242.618,74	€	7.232.001,96	€	926.750,29	€	6.113.829,19	88%		
Centro - PALOR (Adenda ao Protocolo de Financiamento)	EPA1 - Requalificação da margem direita do Rio Lis entre Santo Agostinho e a Ponte Afonso Zuquete	2043	16-07-2009	16/09/2009 + Adenda03/02/2011 Adenda03/10/2011 Adenda16/08/2012 Adenda11/04/2013	25/10/2010 25/10/2013	€	1.095.044,79	85,00%	€	930.788,07	€	235.606,82	€	1.095.044,79	€	-	€	915.713,94	98%	100%
	EPA2 - Requalificação do Espaço Público envolvente ao Antigo Liceu Rodrigues Lobo	1962	13-07-2009	15/07/2010 + Adenda21/02/2011 Adenda04/11/2011 Adenda29/08/2012 + TERMO ENCERRAMENTO 04/06/2013	25/10/2010 21/07/2011	€	140.475,00	85,00%	€	119.403,75	€	26.529,45	€	140.475,00	€	-	€	119.403,75	100%	100%
	EPA 3 - Requalificação do Espaço Público da Zona Alta do Centro Histórico	2085	17-07-2009	10/02/2011 + Adenda13/09/2011 Adenda18/02/2014 + ENCERRAMENTO 17/07/2014	25/10/2010 19/12/2011	€	1.456.521,07	85,00%	€	1.238.042,91	€	168.384,82	€	1.456.521,07	€	-	€	1.238.042,91	100%	100%
						Objeto de uma comparticipação a fundo perdido até ao limite de 25% dos encargos a assumir pelo município com a operação, pelo Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), até ao limite de €54.795,89														
	Apoio recebido pela DGOTDU										-	€	0%							
	EPA 5 - Valorização e Requalificação do Largo Cónego Maia	1154	25-02-2009	07/08/2009 + Adenda31/01/2011 Adenda29/08/2012 Alt.Temp.07/11/2013 + TERMO ENCERRAMENTO 16/12/2013	23/07/2009 03/02/2011	€	123.105,68	85,00%	€	104.639,83	€	31.932,10	€	123.105,68	€	-	€	104.639,83	100%	100%
	EPA 6 - Iluminação da Barbacã na Rua Pêro Alvito	2087	17-07-2009	18/01/2011 + Adenda18/02/2011 Adenda04/11/2011 Adenda29/08/2012 + TERMO ENCERRAMENTO 04/06/2013	15/03/2010 21/07/2011	€	153.194,76	85,00%	€	130.215,55	€	23.826,56	€	153.194,76	€	-	€	130.215,56	100%	100%
	EPA 8 - Requalificação da Rua Tenente Valadim	2090	17-07-2009	08/02/2011 + Adenda29/08/2012 + TERMO ENCERRAMENTO 16/12/2013	25/10/2010 20/07/2011	€	543.561,78	85,00%	€	462.027,51	€	117.017,97	€	543.561,78	€	-	€	462.027,51	100%	100%
DS1 - Construção do Centro Cívico e respetiva Praça Pública	2089	17-07-2009	20/12/2010 + Adenda15/02/2011 Adenda21/10/2011 Adenda16/08/2012 Adenda11/12/2012	30/09/2010 24/09/2012	€	862.366,63	85,00%	€	733.011,64	€	135.064,96	€	862.366,63	€	-	€	696.236,67	95%	100%	
Apoio recebido pela DGOTDU										-	€	0%								

iscentro - PALOR (Adenda ao Protocolo de financiamento)



## Mapa de Monitorização das Candidaturas ao QREN

	Designação da candidatura	Código	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	De acordo com Contrato de Financiamento - máximos aprovados ou De acordo com o Relatório Final				Valor elegível validado [Pedidos Pagamento]	Valor elegível por submeter [Saldo]	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física
						Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL					
me	DC1 - Reconversão do Convento de Santo Agostinho	2083	17-07-2009	20/12/2010 + Adenda16/08/2012 Alt.Temp.07/11/2013 Adenda 14/11/2013 Aguarda aprovação PA	29/10/2010 PA30/06/2015	€ 2.893.128,18	85,00%	€ 2.459.158,95	€ 351.961,50	€ 1.966.377,89	€ 926.750,29	€ 1.708.074,40	69%	93%
	Objeto de um apoio financeiro revestindo a modalidade de incentivo não reembolsável, pelo Programa de Intervenção do Turismo (PIT) - Linha de Apoio I, até ao limite de €105.894,00													
	Apoio recebido pelo Turismo de Portugal 63.915,25 € 60%													
	DC2 - Animação, Valorização e Requalificação do Núcleo do Castelo	4213	17-12-2010	28/06/2011 + Adenda22/08/2011 Adenda15/06/2012 Adenda16/08/2012	29/09/2010 10/11/2011	€ 283.622,96	85,00%	€ 241.079,52	€ 50.424,53	€ 283.622,96	€ -	€ 228.305,02	95%	100%
	DC3 - Guias Urbanos - Novas Tecnologias	2073	17-07-2009	16/09/2009 + Adenda22/07/2011 Adenda25/01/2012 Adenda16/08/2012 Alt.Temp.07/11/2013	05/05/2010 03/10/2011	€ 127.108,20	85,00%	€ 108.041,97	€ 21.617,44	€ 127.108,20	€ -	€ 102.639,87	95%	100%
ma	DC4- Mercado das Artes/Requalificação do Mercado Santana	4216	18-12-2010	28/06/2011 + Adenda29/08/2012 + TERMO DE ENCERRAMENTO 04/06/2013	09/06/2011 31/12/2011	€ 447.888,50	85,00%	€ 380.705,23	€ 75.342,40	€ 447.888,50	€ -	€ 380.705,23	100%	100%
	Divulgação e Animação em Parceria Local	4217	18-12-2010	01/07/2011_ Adenda 04/11/2011 Adenda29/08/2012 + TERMO DE ENCERRAMENTO 04/06/2013	15/10/2010 30/09/2011	€ 32.734,71	85,00%	€ 27.824,52	€ 4.910,19	€ 32.734,71	€ -	€ 27.824,52	100%	100%
	SAÚDE					€ 789.867,22	85,000%	€ 671.387,14	€ 177.983,12	€ 736.536,80	€ 53.330,42	€ 626.056,28	93%	
maiscentro	Requalificação da unidade de saúde familiar da Caranguejeira, Leiria	5230	26-09-2013	23-01-2014	30/07/2013 30/06/2015	€ 330.090,62	85,00%	€ 280.577,03	€ 75.335,09	€ 308.886,17	€ 21.204,45	€ 262.553,24	94%	94%
	Remodelação e requalificação da unidade de saúde familiar de Coimbra, Leiria	5231	26-09-2013	23-01-2014	30/07/2013 30/06/2015	€ 180.144,56	85,00%	€ 153.122,88	€ 35.779,19	€ 167.262,24	€ 12.882,32	€ 142.172,90	93%	96%
	Requalificação da unidade de saúde de Santa Catarina da Serra, Leiria	5232	26-09-2013	23-01-2014	30/07/2013 30/06/2015	€ 279.632,04	85,00%	€ 237.687,23	€ 66.868,84	€ 260.388,39	€ 19.243,65	€ 221.330,14	93%	93%
REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR						€ 8.099.767,48	85,000%	€ 6.884.802,36	€ 2.031.336,31	€ 6.031.013,26	€ 2.068.754,22	€ 4.802.218,18	70%	
ma	Centro Escolar de Parceiros	5296	31-10-2013	01-04-2014	07/11/2011 30/06/2015	€ 1.620.725,67	85,00%	€ 1.377.616,82	€ 361.873,39	€ 747.783,58	€ 872.942,09	€ 635.616,04	46%	53%
	Centro Escolar de Barreira	5276	31-10-2013	28-03-2014	07/11/2011 30/06/2015	€ 1.529.155,28	85,00%	€ 1.299.781,99	€ 286.760,63	€ 783.697,47	€ 745.457,81	€ 666.142,85	51%	58%
	Centro Escolar de Maceira	5275	30-10-2013	28-03-2014	21/10/2010 30/06/2015	€ 1.205.291,95	85,00%	€ 1.024.498,16	€ 242.536,32	€ 754.937,63	€ 450.354,32	€ 559.752,18	55%	63%

Mapa de Monitorização das Candidaturas ao QREN

Unidade de Gestão dos Fundos Estruturais

	Designação da candidatura	Código	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	De acordo com Contrato de Financiamento - máximos aprovados ou De acordo com o Relatório Final				Valor elegível validado [Pedidos Pagamento]	Valor elegível por submeter [Saldo]	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física
						Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL					
maiscentro	Centro Educativo de Monte Redondo	3885	28-10-2010	04/08/2011 + Adenda16/08/2012 Adenda23/08/2013	19/09/2011 19/12/2013	€ 1.192.057,49	85,00%	€ 1.013.248,87	€ 601.763,97	€ 1.192.057,49	€ -	€ 973.365,56	96%	100%
	Centro Educativo de Coimbrão	1695	09-06-2009	03/12/2009 + Adenda03/05/2011 Adenda16/08/2012 Adenda04/01/2013	24/05/2010 09/11/2012	€ 1.334.472,02	85,00%	€ 1.134.301,23	€ 224.408,06	€ 1.334.472,02	€ -	€ 1.046.767,55	92%	100%
	Centro Escolar Dr. Correia Mateus (EB1)	587	30-04-2008	26/06/2008 + Adenda11/01/2010 Adenda25/01/2011 Adenda16/08/2012 Alt.Temp.07/11/2013	10/10/2008 16/05/2011	€ 765.691,08	85,00%	€ 650.837,41	€ 224.731,05	€ 765.691,08	€ -	€ 555.288,13	85%	100%
	EB1 Gândara dos Olivais	1609	26-05-2009	03/12/2009 + Adenda07/07/2010 Adenda16/08/2012	01/04/2008 31/12/2010	€ 452.373,99	85,00%	€ 384.517,89	€ 89.262,89	€ 452.373,99	€ -	€ 365.285,88	95%	100%
	MOBILIDADE TERRITORIAL					€ 7.815.526,20	85,000%	€ 6.643.235,35	€ 1.881.795,56	€ 4.679.770,37	€ 3.135.755,82	€ 2.985.643,11	45%	
maiscentro OVERBOOKING	Beneficiação com vista ao reforço de segurança rodoviária do CM 1038, troço desde o Barracão até ao limite do concelho	5504	30-03-2014	05-12-2014	31/08/2010 30/06/2015	€ 1.426.840,05	85,00%	€ 1.212.814,04	€ 217.865,86	€ 451.164,69	€ 975.675,36	€ -	0%	34%
maiscentro OVERBOOKING	Construção da Variante dos Capuchos	5503	29-03-2014	05-12-2014	20/10/2009 30/06/2015	€ 2.691.394,66	85,00%	€ 2.287.685,46	€ 1.100.282,66	€ 531.314,20	€ 2.160.080,46	€ -	0%	26%
maiscentro Contratualização	Beneficiação da E.M. 543 - Barreira	1591	21-05-2009 - 1.ª fase	26/07/2010 + Adenda26/10/2010 Adenda16/08/2012	17/08/2009 17/07/2011	€ 886.516,27	85,00%	€ 753.538,83	€ 216.137,40	€ 886.516,27	€ -	€ 715.862,13	95%	100%
	Construção da Estrada Atlântica	1612	27-05-2009 - 1.ª fase	05/05/2010 + Adenda02/02/2011 Adenda11/01/2012 Adenda12/02/2013	12/11/2009 30/03/2013	€ 1.614.526,98	85,00%	€ 1.372.347,93	€ 150.367,75	€ 1.614.526,98	€ -	€ 1.303.811,90	95%	100%
						Objeto de um apoio financeiro a atribuir que reveste a modalidade de incentivo não reembolsável, pelo Acordo de Colaboração no âmbito do apoio a projetos de Natureza Pública - PITER "Leiria/Fátima 2005", até ao limite de €148.132,54.								
						Apoio recebido pelo Turismo de Portugal 148.132,54 € 100%								
	EM 356 Maceirinha - Batalha	1615	27-05-2009 - 1.ª fase	26/07/2010 + Adenda30/07/2010 Adenda05/02/2013	06/10/2009 02/09/2011	€ 260.676,25	85,00%	€ 221.574,81	€ 48.093,85	€ 260.676,25	€ -	€ 210.495,59	95%	100%
EM 540 - Maceira (Leiria) / Picassinos (Marinha Grande)	1602	25-05-2009 - 1.ª fase	26/07/2010 + Adenda21/12/2010 Adenda01/02/2013	08/03/2010 28/05/2012	€ 527.222,03	85,00%	€ 448.138,72	€ 87.750,75	€ 527.222,03	€ -	€ 425.731,44	95%	100%	
	Estrada do Guilherme - Maceira - Zona Industrial da Marinha Grande	1608	26-05-2009 - 1.ª fase	26/07/2010 + Adenda22/10/2010 Adenda09/04/2013	15/03/2010 30/04/2013	€ 408.349,96	85,00%	€ 347.135,55	€ 61.297,29	€ 408.349,96	€ -	€ 329.742,05	95%	100%

Mapa de Monitorização das Candidaturas ao QREN

Unidade de Gestão dos Fundos Estruturais

	Designação da candidatura	Código	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	De acordo com Contrato de Financiamento - máximos aprovados De acordo com o Relatório Final				ou	Valor elegível validado [Pedidos Pagamento]	Valor elegível por submeter [Saldo]	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física	
						Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL							até 15/02/2015
EQUIPAMENTOS PARA A COESÃO LOCAL						€ 1.168.550,15	85,000%	€ 993.267,63	€ 192.584,71	€ 1.168.550,15	€ -	€ 943.604,25	95%			
maiscentro Contratualização	Construção do Pavilhão Polidesportivo do Souto da Carpalhosa	1589	21-05-2009 - 1ª fase	19/07/2010 + Adenda25/11/2010 Adenda16/08/2012	08/06/2009 31/05/2011	€ 1.168.550,15	85,00%	€ 993.267,63	€ 192.584,71	€ 1.168.550,15	€ -	€ 943.604,25	95%	100%		
REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS						€ 355.373,26	85,000%	€ 302.067,27	€ 198.192,09	€ 355.373,26	€ -	€ 289.579,54	96%			
maiscentro – Líder Seia	CULTREDE 2011/2013	4804	12-07-2011	20-12-2012	01/08/2011 31/12/2013	€ 25.481,62	85,00%	€ 21.659,38	€ 13.001,88	€ 25.481,62	€ -	€ 20.576,41	95%	100%		
maiscentro – Líder Aveiro	ReCentrar	4566	28-04-2011	21/07/2011 + Adenda16/08/2012 Adenda25/06/2013 + ENCERRAMENTO 30/10/2014	21/12/2010 21/10/2013	€ 88.533,47	85,00%	€ 75.253,45	€ 64.997,48	€ 88.533,47	€ -	€ 75.253,45	100%	100%		
maiscentro – Líder Leiria	CULTREDE	2696	16-04-2009	23/06/2010 + Adenda08/11/2011 Adenda16/08/2012	23/10/2009 23/10/2011	€ 241.358,17	85,00%	€ 205.154,44	€ 120.192,73	€ 241.358,17	€ -	€ 193.749,68	94%	100%		
REDES URBANAS PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO						€ 435.577,63	85,000%	€ 370.240,98	€ 65.604,91	€ 435.577,63	€ -	€ 366.913,48	99%			
maiscentro RUCI - Líder CIMPL	5.1_Rede Municipal de Banda Larga	3089	CIMPL Jul/2010	28/07/2011 + Adenda aguarda	01/06/2011 PA 31/12/2012	€ 78.294,25	85,00%	€ 66.550,11	€ 11.744,14	€ 78.294,25	€ -	€ 63.222,61	95%	100%		
	13_Rede de pistas cicláveis	3172	CIMPL Jul/2010	06/02/2013 + Adenda24/07/2013 + ENCERRAMENTO 30/09/2014	08/02/2012 13/06/2013	€ 357.283,38	85,00%	€ 303.690,87	€ 53.860,77	€ 357.283,38	€ -	€ 303.690,87	100%	100%		
ACÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO LITORAL						€ 140.246,87	85,000%	€ 119.209,84	€ 22.142,82	€ 140.246,87	€ -	€ 119.209,84	100%			
maiscentro	Valorização, preservação e conservação de Pedrógão - Leiria	477	30-04-2008	23/07/2008 + Adenda18/01/2011 Adenda29/08/2012 + TERMO ENCERRAMENTO 16/12/2013	04/07/2007 28/02/2011	€ 140.246,87	85,00%	€ 119.209,84	€ 22.142,82	€ 140.246,87	€ -	€ 119.209,84	100%	100%		
SISTEMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA						€ 805.493,01	85,000%	€ 684.669,06	€ 120.823,95	€ 403.277,52	€ 402.215,49	€ 320.445,50	47%			
compete – Líder AMLEI	MODERNIZA&RACIONALIZA@AMLEI - Modernização Administrativa e Racionalização na AMLEI   Projeto Leiria	33216	AMLEI	14-10-2013	01/07/2013 30/06/2015	€ 490.993,10	85,00%	€ 417.344,14	€ 73.648,97	€ 88.777,61	€ 402.215,49	€ 75.460,97	18%	18%		
maiscentro – Líder CIMPL	LDR_Simplex Autárquico   Projeto Leiria	99	CIMPL	18/09/2008 + Adenda23/03/2011 Adenda aguarda	01/08/2009 PA 31/12/2012	€ 314.499,91	85,00%	€ 267.324,92	€ 47.174,99	€ 314.499,91	€ -	€ 244.984,53	92%	100%		

Mapa de Monitorização das Candidaturas ao QREN

Unidade de Gestão dos Fundos Estruturais

	Designação da candidatura	Código	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	De acordo com Contrato de Financiamento - máximos aprovados De acordo com o Relatório Final				ou	Valor elegível validado [Pedidos Pagamento]	Valor elegível por submeter [Saldo]	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física
						Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL						
						até 15/02/2015									
						Inv. Elegível	Taxa	Fundo de Coesão (FC)	AL	Valor total submetidos	Valor por submeter	FC transferido	Tx FC transferida		
	Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos - Protecção Costeira					€ 571.618,67	100,000%	€ 571.618,67	€ -	€ 571.618,67	€ -	€ 559.957,53	98%		
POVT	Intervenção de Reforço e Protecção Estruturante do Cordão Dunar da Praia do Pedrógão no Troço entre o Casal Ventoso e o Centro Azul	POVT-12-0233-FCOES-000064	24-03-2014	14-05-2014	01/04/2014 30/06/2015	€ 571.618,67	100,00%	€ 571.618,67	€ -	€ 571.618,67	€ -	€ 559.957,53	98%	100%	
	PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS - ACÇÕES MATERIAIS					€ 495.317,51	85,000%	€ 421.019,88	€ 74.297,63	€ 458.417,51	€ 36.900,00	€ 370.349,78	88%		
POVT	Equipamento Terminal de Comunicação TETRA e respetivos acessórios (ETC) - LEIRIA	POVT-99-9999-FCOES-001879	28-01-2015	Em fase de análise de admissibilidade	06/02/2015 30/06/2015	€ 36.900,00	85,00%	€ 31.365,00	€ 5.535,00	€ -	€ 36.900,00	€ -	0%	0%	
POVT	Implementação do Centro Municipal de Operações de Socorro de Leiria (CMOSLeiria)	1257	13-04-2009	09/10/2009 + Adenda20/12/2010 Adenda05/12/2012 + transição POVT Adenda 03/01/2014	09/08/2010 31/12/2012	€ 398.637,51	85,00%	€ 338.841,88	€ 59.795,63	€ 398.637,51	€ -	€ 321.899,78	95%	100%	
POVT	Veiculo Ligeiro de Combate a Incêndios dos Bombeiros Municipais de Leiria	4408	25-03-2011	04/08/2011 + Adenda01/02/2012 + transição POVT Adenda13/08/2012	23/01/2012 31/12/2012	€ 59.780,00	85,00%	€ 50.813,00	€ 8.967,00	€ 59.780,00	€ -	€ 48.450,00	95%	100%	
						Inv. Elegível	Taxa	FSE	AL	Valor total submetidos	Valor por submeter	FSE transferido	Tx FSE transferida		
POPH	Designação da candidatura	Código	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	€ 367.753,97	72,518%	€ 266.687,14	€ 101.066,83	€ 367.753,96	€ -	€ 251.420,84	100%		
	QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL (TIPOLOGIA 3.4)														
	Qualificação dos Profissionais das Administração Pública Local [T3.4]	96494/2013/34	X	X	07/10/2013 05/09/2014	€ 42.953,21	79,08%	€ 33.967,40	€ 8.985,81	€ 42.953,21	€ -	€ 18.701,10	55%	100%	
	PROMOÇÃO DAS ACESSIBILIDADES (TIPOLOGIA 6.5)														
	Plano Municipal de Promoção das Acessibilidade (PMPA)	11901/2008/65	X	X	18/11/2008 18/11/2010	€ 198.320,53	71,65%	€ 142.096,66	€ 56.223,87	€ 198.320,53	€ -	€ 142.096,67	100%	100%	
	Plano Local de Promoção das Acessibilidade (PLPA)	11796/2009/65	X	X	18/11/2008 18/11/2010	€ 126.480,23	71,65%	€ 90.623,08	€ 35.857,15	€ 126.480,23	€ -	€ 90.623,07	100%	100%	
	Medida Gestão do Espaço Florestal e Agro-florestal					Inv. Elegível	Taxa	FEADER	AL	Valor total submetidos	Valor por submeter	FEADER transferido	Tx FEADER transferida	Taxa de execução física	
PRODER	Designação da candidatura	Código	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	€ 56.303,00	70,000%	€ 39.412,10	€ 16.890,90	€ 56.303,00	€ -	€ 39.412,10	100%		
	Ação Minimização de riscos - Operação n.º 0200000007968		X	20-07-2010	30/09/2011 21/05/2014	€ 56.303,00	70,00%	€ 39.412,10	€ 16.890,90	€ 56.303,00	€ -	€ 39.412,10	100%	100%	